



PROFHISTÓRIA

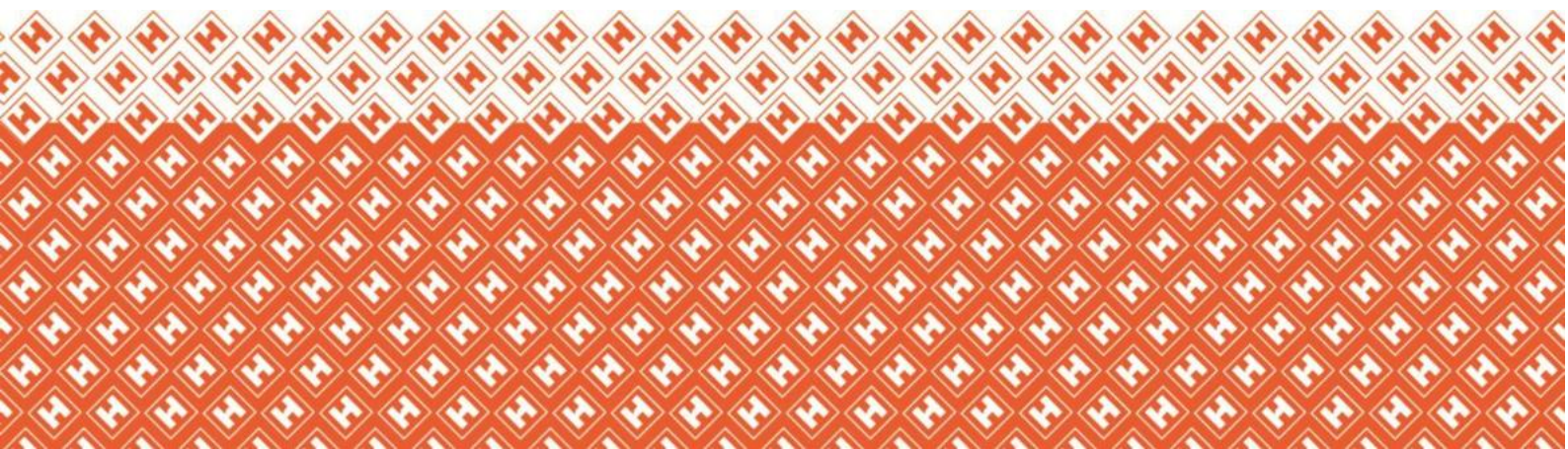
MESTRADO PROFISSIONAL
EM ENSINO DE HISTÓRIA

DANIEL MEDINA DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ: POSSIBILIDADES
E POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS**

UNIVERSIDADE FEDERAL DO RIO DE JANEIRO - UFRJ

Fevereiro / 2026



DANIEL MEDINA DA SILVA

**ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ: POSSIBILIDADES
E POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS**

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Garcez de Carvalho

**Rio de Janeiro
2026**

ENSINO DE HISTÓRIA LOCAL DE SÃO JOÃO DE MERITI/RJ: POSSIBILIDADES E POTENCIALIDADES PEDAGÓGICAS

Dissertação apresentada, como requisito parcial para obtenção do título de Mestre, ao Programa de Pós-Graduação em Ensino de História, Curso de Mestrado Profissional em Rede Nacional PROFHISTORIA, da Universidade Federal do Rio de Janeiro. Área de concentração: Ensino de História.

Orientador: Prof. Dr. Fabio Garcez de Carvalho

BANCA EXAMINADORA:

Prof. Dr. Fabio Garcez de Carvalho

Universidade Federal do Rio de Janeiro – UFRJ

Prof.^a. Dra. Warley da Costa

Universidade Federal do Rio de Janeiro - UFRJ

Prof. Dr. Rui Aniceto Nascimento Fernandes

Universidade Estadual do Rio de Janeiro – UERJ

DEDICATÓRIA

A Deus, fonte de fé e de caminho, por sustentar meus passos ao longo desta jornada; aos meus pais, raízes firmes de amor, exemplo e dedicação, sempre me incentivando estudar e continuar estudando sem cessar; à minha esposa, presença de luz, afeto, paciência e companheirismo nos dias difíceis e nas conquistas; e aos meus filhos, que transformam cada sonho em esperança e cada conquista em sentido. Aos professores e professoras de História, que, em sua prática cotidiana, reafirmam o compromisso com a memória, com o pensamento crítico e com a formação de sujeitos conscientes, mantendo viva a luta pela educação pública de qualidade e pela construção de uma sociedade mais justa, democrática e humana.

AGRADECIMENTOS

Alcançar o mestrado em Ensino de História não foi uma tarefa simples, tampouco fácil; igualmente, permanecer no ProfHistória, diante dos múltiplos caminhos e possibilidades que se apresentaram ao longo dessa trajetórias, só se tornou possível graças à participação, ao apoio e ao incentivo de muitas pessoas, que foram fundamentais nesse percurso. Talvez se fosse mencionar cada pessoa aqui que contribuiu com a execução desse trabalho, seja com o conteúdo ou apenas desejando bons estudos, deveria haver um capítulo com incontáveis menções à familiares, amigos, colegas e professores estiveram ali, desejando um bom trabalho, então tratarei de lembrar e ser o mais breve possível.

Agradeço primeiramente ao meu orientador, Prof.º Dr.º Fábio Garcez, também professor da disciplina História Local, com muita paciência e didática, me apresentou o caminho certo a trilhar pelo campo teórico-metodológico da história local no ensino de história, através de sua orientação pude continuar em frente, rumo à construção e conclusão deste trabalho.

Agradeço também a todo o corpo docente do programa ProfHistória/UFRJ, em especial as professoras Ana Maria Monteiro, Carmem Gabriel, Warley Costa e Alessandra Carvalho, pelo intenso cuidado carinhoso e acadêmico com a turma 2023 e pelo consistente arcabouço de leituras proporcionado ao longo do curso.

Agradeço também aos colegas de trabalho que acompanharam o desenvolvimento da pesquisa, em especial às equipes diretivas das seguintes unidades escolares: Ciep 398 Mário Lima, Colégio Estadual Governador Roberto da Silveira, Colégio Estadual Josué de Castro, Escola Municipal Pera Flor e Escola Municipal Iramar da Costa Lima Miguel.

A minha turma 2023 do mestrado, meus agradecimentos. Nossa parceria foi e ainda é incrível, continuamos juntos mesmo após o mestrado e caminhando rumo ao doutorado. Sem dúvidas a companhia e a força de vocês foram decisivas para continuar me dedicando à conclusão desta dissertação.

Aos amigos dos grupos da “Confraria” e “Amigos da UFRJ para a Vida” e “Confidencial”, obrigado pelo apoio amigo e acadêmico de sempre. Agradecimentos cordiais ao grupo do Instituto histórico Vereador Thomé Siqueira de Duque de Caxias, sob a coordenação da Profª. Dr.ª Tânia Amaro e o Instituto de Pesquisas Históricas, Artísticas e Geográficas da Baixada Fluminense e André Moraes, criador do canal “Crônicas de Meriti”.

Agradeço também ao Mestrado Profissional em Ensino de História – ProfHistória e à UFRJ pela possibilidade de estar em um ambiente acadêmico de excelência, e a CAPES, fundamental no financiamento e apoio para esta pesquisa.

RESUMO

A dissertação analisa o ensino de história local a partir da história de São João de Meriti, abordando o processo de formação urbana por meio dos loteamentos como eixo investigativo e pedagógico. A pesquisa busca articular história local e ensino de história, investigando como o estudo do território pode contribuir para a construção do pensamento histórico e do pertencimento do aluno ao lugar. O trabalho objetiva compreender a formação histórica do município, identificando potencialidades pedagógicas da história local com a elaboração atividades didáticas destinadas à alunos do 9º ano do ensino fundamental. Na pesquisa, adota-se abordagem teórico-metodológica da história local, fundamentada em revisão bibliográfica, análise de fontes memorialísticas, obras historiográficas, registros iconográficos, mapas, materiais digitais e documentos sobre os loteamentos de Vila Rosali e Éden. A pesquisa conclui que a história local constitui recurso significativo para o ensino de História, pois aproxima conteúdos escolares das experiências dos estudantes e evidencia sujeitos historicamente invisibilizados. Como produto pedagógico, apresenta sequências didáticas alinhadas à BNCC, voltadas ao estudo da cidade e à problematização das relações entre espaço, sociedade, urbanização e cidadania.

Palavras-chave: Ensino de História; História Local; Micro-História; São João de Meriti

ABSTRACT

This dissertation analyzes the teaching of local history based on the history of São João de Meriti, addressing the process of urban formation through land subdivisions as an investigative and pedagogical axis. The research seeks to articulate local history and history teaching, investigating how the study of the territory can contribute to the construction of historical thinking and the student's sense of belonging to the place. The work aims to understand the historical formation of the municipality, identifying the pedagogical potential of local history with the development of educational activities for 9th grade students. The research adopts a theoretical-methodological approach to local history, based on a literature review, analysis of memorialistic sources, historiographical works, iconographic records, maps, digital materials, and documents on the land subdivisions of Vila Rosali and Éden. The research concludes that local history is a significant resource for teaching history, as it brings school content closer to students' experiences and highlights historically invisible subjects. As an educational product, it presents teaching sequences aligned with the BNCC (National Common Core Curriculum), focused on the study of the city and the problematization of the relationships between space, society, urbanization, and citizenship.

Keywords: History Teaching; Local History; Microhistory; São João de Meriti

LISTA DE FIGURAS

Figura 1: Mapa do Estado do Rio de Janeiro.....	20
Figura 2. Em destaque, mapa de São João de Meriti na cor Lilás.....	20
Figura 3. Divisão dos bairros de São João de Meriti.....	22
Figura 4. Municípios da Baixada Fluminense.....	24
Figura 5. Municípios que formavam a Baixada Fluminense em 1872.....	25
Figura 6. Anúncio em jornal de grande circulação.....	26
Figura 7. Classificados de jornais dos anos 40, vendas de lotes.....	27
Figura 8. Anúncio de lotes direcionado diretamente ao trabalhador.....	27
Figura 9. Mapa do então 2º distrito de São João de Meriti em 1939.....	31
Figura 10. São João de Meriti. Evolução Urbana de São João de Meriti.....	34
Figura 11. Foto de satélite de São João de Meriti.....	59
Figura 12. Uso e cobertura da terra do município de São João de Meriti.....	59
Figura 13. Mapa viário com bairros, regiões e centralidades.....	60
Figura 14. Vila Rosaly, 1932.....	65
Figura 15. Dr. Rubens Farrula e escritório de vendas de terrenos	66
Figura 16. Antiga sede da “Territorial Lar Econômico”. Fonte:.....	66
Figura 17. Casa da sede do loteamento de Vila Rosaly em 2005.....	67
Figura 18. Cena do documentário exibindo uma fotografia de Rubens Farrula.....	68
Figura 19. Rota utilizada pelo ônibus que vai até a Avenida Fluminense.....	75
Figura 20. Rota ser utilizada pelo ônibus entre a Avenida Fluminense.....	76
Figura 21. Casas e terrenos da loteadora “Parque Fluminense”.....	78
Figura 22. Propaganda de loteamento próximo à estação, em 8/5/1930.....	79
Figura 23. Documentário da mulher que foi acusada de “bruxaria”	80
Figura 24. O Bairro de Éden através do Google Maps.....	80
Figura 25. O caminho a ser seguido da escola até a Praça de Éden.....	84

LISTA DE SIGLAS

ABM – Associação de Bairros de São João de Meriti

BNCC – Base Nacional Curricular Comum

CAPES – Coordenação de Pessoal do Ensino Superior

CEDIM – Centro de Documentação e Imagem

CIEP – Centro Integrado de Educação Pública

FIOCRUZ – Fundação Oswaldo Cruz

IDHM – Desenvolvimento Humano Municipal

IPAHB – Instituto de Pesquisa e Análises Históricas da Baixada Fluminense

PROFHISTÓRIA – Mestrado Profissional em Ensino de História

TCE – Tribunal de Contas do Estado

UFRJ – Universidade Federal do Rio de Janeiro

UFRRJ – Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro

SUMÁRIO

INTRODUÇÃO.....	11
CAPÍTULO 1 – DA CIDADE ESQUECIDA À CIDADE LEMBRADA: SÃO JOÃO DE MERITI	
1.1 Conhecendo São João de Meriti.....	19
1.2 A Baixada Fluminense	23
1.3 São João de Meriti e sua história.....	29
1.4 São João de Meriti: produção acadêmica, historiográfica e história local.....	36
CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA LOCAL: UMA ESCOLHA PEDAGÓGICA	
2.1 Um breve percurso historiográfico da história local.....	40
2.2 Ensino de História e História Local no Brasil: articulações e possibilidades.....	45
2.3 Potencialidades do Ensino de história local de São João de Meriti: algumas considerações	50
CAPÍTULO 3 - PROPOSTAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DE SÃO JOÃO DE MERITI.....	55
3.1 PROPOSTA 1: explorando o território e a história de São João de Meriti.....	57
3.1.1 São João de Meriti: explorando o nosso lugar.....	58
3.1.2 Jogando com as escalas: acesso à terra e a ocupação de São João de Meriti.....	61
3.1.3 Loteamentos de São João de Meriti: ocupação de formação dos bairros, Vila Rosaly e Éden	63
3.2 PROPOSTA 2: Conhecendo o nosso bairro.....	71
3.3 Considerações parciais: Integrações, Desafios e Caminhos	85
CONSIDERAÇÕES FINAIS.....	87
REFERÊNCIAS	88

INTRODUÇÃO

As primeiras palavras da introdução deste trabalho tecem uma reflexão a partir de meu encontro com a história local, que começou desde cedo, antes mesmo da minha formação, no estágio obrigatório, quando era estudante de bacharelado e licenciatura em História pela Universidade Federal do Rio de Janeiro, a UFRJ. Entre anotações e relatórios em desenvolvimento na prática de ensino, na Escola Politécnica de Saúde Joaquim Venâncio, uma escola de ensino médio técnico administrada pela Fundação Oswaldo Cruz, a FIOCRUZ, algo me chamava a atenção: o bairro vizinho, o Complexo da Maré, estava presente ali, na aula de história, na reserva de vagas para alunos de escolas públicas da comunidade. Trabalhos que mostravam como era o local antes das primeiras casas e da construção da avenida Brasil. Assim, muitos alunos sabiam como e porquê das transformações daquela região.

Essa sensibilização para o ensino de história local se materializou na cidade de Macaé, interior do Estado do Rio de Janeiro, onde lecionei História e um componente interdisciplinar similar à educação ambiental, para turmas do 6º ao 9º ano, numa escola diferenciada, chamada de Colégio Municipal de Pescadores, a escola possuía van e dois barcos que poderiam levar até 15 alunos para o mar ou o rio Macaé, com finalidade de diversificar e disseminar o conhecimento para os alunos, elevando a compreensão do lugar e da aprendizagem. Durante essa experiência docente percebi que conteúdos relacionados à cidade deveriam estar presentes na sala de aula, aprendendo e ensinando aos estudantes, que Macaé tem uma história, bem distantes daquela reproduzida pelo senso comum, que levava à cidade, o estigma de “cidade-petróleo”, expressão que perdura sobre Macaé até os dias atuais. Nesse sentido, ocorreu o primeiro contato com a história local durante o exercício da docência em história.

Passado alguns anos após a primeira experiência com a história local, a minha trajetória profissional não se resumiu ao ensino fundamental: como tutor presencial em disciplinas de História no curso de Licenciatura em Pedagogia a distância, EAD, da Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro, UNIRIO, polo Barra do Piraí, pesquisei, fiz leituras e orientei a respeito da importância da história local no ensino fundamental anos iniciais, porque a maioria das discentes do curso eram professoras do 1º ao 5º anos do ensino fundamental.

No mesmo período, comecei a trabalhar como professor na rede estadual de ensino, SEEDUC/RJ a rede municipal de educação da cidade de nova Iguaçu, começando então o meu contato com a Baixada Fluminense, passando por Mesquita e Belford Roxo. Lembro-me muito

bem, de uma atividade nesta última cidade, na qual planejei com o professor de Artes, que foi um varal com impressões de imagens fotográficas antigas e atuais para alunos do sexto e sétimo ano, resultando no conhecimento da realidade local, anteriormente desconhecida para os pequenos estudantes. Tal experiência com o ensino de história local contribuiu para o reforçar o meu interesse com a temática. Eu percebia que o local era “um laço entre o aluno e a cidade/bairro em que ele mora”, na qual não somente a Europa, África e temas nacionais, inseridos, mas o lugar que ele mora, a rua, o entorno da escola.

Há cerca de 7 anos, comecei a trabalhar no Ciep 398 Mário Lima, uma unidade escolar estadual na cidade de São João de Meriti, também na Baixada Fluminense. Durante os últimos anos, o trabalho docente me trouxe reflexões: a ausência da história local no ensino de história, o desconhecimento do desenvolvimento dos bairros, a luta diária dos moradores diante da falta de infraestrutura nos terrenos comercializados e a falta de materiais pedagógicos disponíveis para que o professor de história planejasse a sua aula com o objetivo que trazer a cidade, o bairro ou o entorno da escola para a sala de aula. O Ciep 398 Mario lima, como exemplo, apresentou também enorme potencial exploratório para a inserção do “local”. É uma construção histórica de um programa educacional inovador, cujo nome faz uma homenagem à uma pessoa que se destacou na associação comercial da cidade, nas décadas de 1940-50 e que teria doado o terreno para a construção da unidade escolar no início da década de 1990.

Em sala de aula, a experiência cotidiana no ensino de história com o lugar me fez refletir sobre os sentidos que os estudantes atribuem à sua cidade. Reforçado pela imprensa e o preconceito provenientes das regiões mais valorizadas da região metropolitana, São João de Meriti é vista e reproduzida como um lugar “que somente tem históricos de violência”. E esse estereótipo é reproduzido entre os alunos. Assim, a cidade se tornava esquecida e sua história lembrada sempre pela violência, predominando o preconceito e a invisibilidade do lugar.

Isto foi um incentivo que me motivou para a pesquisa em história local e assim reencontrei a UFRJ, através do Mestrado Profissional em Ensino de História, Profhistória/UFRJ. Durante as aulas das disciplinas ofertadas pelo programa, pude avaliar a minha trajetória profissional enquanto professor de história, às questões teórico-metodológicas do ensino de história na atualidade e, especificamente, na disciplina de História Local, onde encontrei orientação do Prof.º Dr. Fábio Garcez, que encaminhou os debates e sugeriu o melhor caminho a ser percorrido a partir da história local. Assim, a possibilidade de desenvolver uma pesquisa que viesse a completar uma lacuna da história local de São João de Meriti,

considerando a experiência dos estudantes, estava amadurecida.

Em conformidade com as orientações para a proposta de trabalho, a linha de pesquisa “Saberes Históricos no Espaço Escolar” foi a que melhor confere adequação a nossa pesquisa, pois oferece a oportunidade para explorar o estudo da história local a partir da história da cidade de São João de Meriti em aspectos relacionados ao modo como a cidade foi ocupada, através de diversos empreendimentos imobiliários, os chamados loteamentos. Com a formação dos principais loteamentos, poderíamos trabalhar a história e o desenvolvimento da população, os desafios no estabelecimento no lugar e as origens dessas pessoas.

Como mencionei acima, o interesse e vontade de se debruçar sobre este tema tem relação com as preocupações e indagações referentes ao meu trabalho como professor nesta escola de São João de Meriti, no que diz respeito às abordagens sobre o “local/regional” durante as aulas. Apesar de grande parte dos professores de história se dedicarem ao conteúdo curricular dito “geral ou cultural”, tenho me dedicado à aplicação de conteúdo de história local e regional em sala de aula, desenvolvendo atividades que aproxima o aluno ao lugar onde vive. As narrativas e memórias mencionadas pelos estudantes de São João de Meriti indicam em muitos casos, lugares, construções, pessoas que não possuem ou não tiveram mínimas relações com a cidade de São João de Meriti e nem com a Baixada Fluminense. A referência quase sempre é o bairro de Pavuna, na zona norte da cidade do Rio de Janeiro, vizinho ao centro de São João de Meriti; em alguns casos, a cidade é apenas o lugar onde vivem e vão para a escola, ou ainda relatam aspectos da violência local, sempre muito presente nos relatos.

Portanto, tratar do ensino de história local da cidade de São João de Meriti é possibilitar preencher uma lacuna do ensino de história da cidade. É a potencialidade da história local que deve orientar a construção dessa pesquisa, pois:

(...) as atividades relacionadas ao estudo do meio e da localidade, são enfaticamente, indicadas como renovadoras para o ensino de história e salutaras para o desenvolvimento da aprendizagem (SHIMIDT, 2004).

Fica evidente que o caminho a seguir através da história local aproxima o estudante do meio no qual vive, além de trazer a realidade do aluno para a sala de aula, pois ele verá que o que presencia próximo a sua residência ou em um olhar pela janela do ônibus será debatido na aula de história; uma estratégia para trazê-lo à aula.

Entendendo o “ensino de história enquanto lugar de fronteira” (MONTEIRO e PENNA, 2011), é necessário o diálogo com autores do campo da historiografia acadêmica que nos

ajudam a pensar a pesquisa em história local e seus possíveis diálogos campos historiográficos diversos (REVEL, 1998; GOUBERT, 1988; LEVI, 2009; BARROS, 2013) e da historiografia escolar (CAVALCANTI, 2018; ORIÁ, 1995; BARBOSA, 2015), que, por sua vez, tem contribuído para o estudo da história local e suas aplicações no ensino básico. Se pretendemos trabalhar com o local, vale o debate sobre o próprio conceito de local, um dos nossos referenciais teóricos.

A contribuição de autores que fundamentam a construção de uma história local de São João de Meriti, durante a trajetória desta pesquisa, nos ajudou a completar ou cobrir lacunas na escrita desta dissertação. São João de Meriti é um município cuja trajetória esteve, por longo período, subordinada administrativa e politicamente a outras localidades da Baixada Fluminense, especialmente Nova Iguaçu, o que resultou na dispersão documental e na fragmentação dos registros oficiais. Parte significativa das fontes primárias encontra-se diluída em acervos municipais de outras cidades, em arquivos estaduais pouco organizados ou em coleções privadas, muitas vezes sem catalogação adequada. Soma-se a isso a precariedade ou inexistência de políticas públicas contínuas voltadas à preservação da memória local, o que compromete tanto a conservação dos documentos quanto o acesso de pesquisadores e professores a materiais fundamentais para a investigação histórica.

No âmbito do ensino, tais dificuldades se refletem na dependência de relatos orais, de memórias individuais e de materiais didáticos produzidos de forma pontual, o que exige do pesquisador e do professor um esforço metodológico adicional para articular essas fontes às exigências da escrita acadêmica e aos referenciais da historiografia. Assim, trabalhar a história de São João de Meriti implica não apenas enfrentar a escassez de fontes, mas também construir estratégias teórico-metodológicas que permitam transformar registros dispersos e memórias locais em conhecimento histórico sistematizado e pedagogicamente consistente.

Apesar dos desafios e dificuldades, é possível dar andamento a pesquisa com base na bibliografia disponível em repositórios institucionais, *sites* com abordagem histórica sobre São João de Meriti, dados esses essenciais para a condução desta pesquisa, incluindo assim, consultas à trabalhos monográficos. Nesse sentido, consultamos a monografia “São João de Meriti: Uma cidade esquecida na Baixada Fluminense” de Rayani Oliveira Carvalho da Silva (2020) propõe uma análise histórica da cidade de São João de Meriti, com o intuito de compreender os fatores que contribuíram para o seu “apagamento” na narrativa histórica regional.

De modo a manter uma relação estreita com a produção acadêmica do ProfHistória, é consultada a base dados de dissertações já defendidas. As dissertações que unem ensino de história e história local no Mestrado Profissional em Ensino de História - ProfHistória - têm despertado a atenção de professores-pesquisadores da educação básica. Efetuando uma consulta ao “site” ProfHistória Nacional, observamos que há inúmeras dissertações sobre a Região da Baixada Fluminense, porém há apenas duas dissertações sobre São João de Meriti, até o ano de 2025: A primeira, “João Cândido e Almirante Negro: disputas de memória e sensibilização para o local”, de Edison de Oliveira Rangel, apresenta um olhar sobre o “almirante negro” João Cândido, líder da Revolta da Chibata e as memórias constituídas em torno da figura histórica, a sua biografia e o ensino de história. A relação estabelecida entre o “almirante negro” e a cidade de São João de Meriti, ocorreu após o líder da Revolta da Chibata ter saído da prisão: residiu por trinta anos até sua morte, em 1969, estando a sua casa localizada no bairro de Coelho da Rocha.¹

A segunda dissertação que encontramos, também do Programa ProfHistória, é de Saulo Nunes de Souza, “O local no ensino de História: Ações didáticas para pensar historicamente”. Saulo defende que através das memórias dos alunos e de suas famílias, pode ser elaborado um acervo sobre a localidade. Até o momento, são as duas dissertações do ProfHistória que abordam a história local de São João de Meriti.

No corpo da pesquisa, são consultadas diversas fontes relacionadas a história de São João de Meriti, na qual se mostrou válido o acesso ao livro do professor e historiador da Baixada Fluminense Gênesis Torres, “Em Busca de Memórias, Baixada Fluminense – A Construção de Uma História – Sociedade Economia e Política (2004)”, onde há um capítulo sobre São João de Meriti. No capítulo, Torres procurou traçar as origens históricas de São João de Meriti, seu passado agrário, a estagnação e formação do município.

Outro trabalho de grande valor, do historiador Jorge Luis Rocha “São João de Meriti: um balaio de ideias - História & seus usos em sala de aula”, na qual articula a história da cidade com sugestões de atividades escolares. O texto possui uma riqueza de fontes que foi essencial para a construção e conclusão deste trabalho.

Pesquisando em sites de busca, encontrei o livro “Redescobrimos São João de Meriti, da arquiteta Luciana Neiva. Apesar de não ser um livro propriamente de história, a autora se

¹ RANGEL, Edilson de Oliveria. **João Cândido e Almirante Negro: disputas de memória e sensibilização para o local**. Dissertação de Mestrado (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal do Estado do Rio de Janeiro. 2020.

dedicou a fontes primárias que abordam a formação de alguns bairros de São João de Meriti, importante via analítica para compreender a transição de grandes fazendas para loteamentos, nos fornecendo fontes para a compreensão dos indutores e primeiros moradores dos loteamentos de São João de Meriti.

Um trabalho que não pode deixar de ser mencionado, é o canal do youtube “Crônicas de Meriti São João passado limpo”, produzido e mantido pelo professor de história André Moraes apresenta-se como um dispositivo de história pública digital voltado para a preservação e difusão da memória histórica do município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Em um contexto no qual a narrativa historiográfica tende, com frequência, a marginalizar as periferias, o canal desempenha um papel fundamental ao promover a “territorialização” do conhecimento histórico, ressignificando espaços do cotidiano e convertendo-os em objetos legítimos de reflexão acadêmica e de problematização social.

Também realizamos uma leitura criteriosa de fontes memorialistas, com destaque para a obra “Memória Histórica de São João de Meriti”, de Arlindo de Medeiros, bem como para sites de memória e redes sociais, nos quais se identifica a disponibilização de materiais relacionados à expansão ferroviária no município.

O objetivo geral da dissertação consiste em possibilitar a articulação entre a história local de São João de Meriti e o ensino de História, utilizando os loteamentos que se desenvolveram na cidade para a elaboração de atividades para alunos do 9º do ensino fundamental. A nossa intenção é que professores de história possam desenvolver as atividades, modificar e acrescentar o que for necessário inserindo a cidade no ensino de história.

No que se refere aos objetivos específicos, busca-se a elaboração de uma proposta de história local no âmbito do ensino de história que tenha por finalidade:

- Compreender as potencialidades do ensino de história local no ensino fundamental.
- Motivar a inserção do estudante na cidade na qual ele faz parte, criando e ressignificando a sua própria história.
- Analisar a história local de São João Meriti, afastando-a dos estereótipos e referências postos pela história da capital ou história nacional.
- Desenvolver materiais pedagógicos sobre o ensino de história local de São João de Meriti com outras temáticas e diferentes propostas.
- Estimular a visibilidade aos sujeitos históricos silenciados.

Com isso, pretendemos elaborar nessa dissertação uma intervenção pedagógica que contribua para o ensino de história local de São João de Meriti na educação básica. Tomando como eixo analítico o processo de formação urbana da cidade a partir do loteamento de antigas fazendas e engenhos. Inicialmente, reconstrói-se o percurso histórico do território meritiense, passando pelas transformações do século XIX, pela crise das estruturas agrárias, pela Lei de Terras de 1850 e pela chegada das ferrovias, até a intensificação dos loteamentos no início do século XX, que deram origem aos bairros e à configuração urbana atual.

A partir desse panorama, propomos sequências didáticas articuladas à Base Nacional Comum Curricular, destinadas principalmente ao 9º ano do ensino fundamental, que mobilizam diferentes fontes históricas, conceitos de espaço e território, escalas de análise e atividades de campo. As propostas enfatizam o estudo dos bairros de Vila Rosali e Éden, bairros próximos a unidade escolar, abordando temas como urbanização, acesso à terra, migrações, relações de poder local, memória, diversidade cultural, presença judaica, direitos humanos e invisibilidade feminina nas narrativas históricas. Ao integrar sala de aula e espaço urbano, as atividades buscam promover o protagonismo discente, o sentido de pertencimento e a compreensão crítica das contradições sociais inscritas na formação da cidade, reafirmando a história local como campo fértil para a pesquisa e para a prática do ensino de História.

Cumpramos destacar que as propostas de atividades apresentadas nesta dissertação não têm por finalidade cercear a autonomia pedagógica dos docentes. A pesquisa objetiva o reencontro do ensino de história com a história local de São João de Meriti, professores poderão elaborar novas atividades e complementá-las com as experiências dos alunos e suas memórias.

No **capítulo 1**, fizemos um percurso histórico sobre a cidade de São João de Meriti e a Baixada Fluminense, na qual verificamos o processo de fragmentação territorial em loteamentos, envolvendo a elite e a administração local. No caso meritiense ressaltamos a urbanização acelerada, o abandono administrativo após o comércio dos lotes e autoconstrução como forma de ocupação do território. Por fim, enfatizamos a importância da produção acadêmica sobre São João de Meriti importante no fortalecimento do ensino de história e a história local.

No **capítulo 2**, traçamos um panorama teórico-metodológico da história local, na qual debatemos sobre principais artigos, textos e livros que fundamentaram esta pesquisa. A redução de escala, a micro-história e abordagem metodológica sobre o espaço-território possuem grande

importância nesse sentido, pois permitem revelar dinâmicas sociais invisibilizadas em abordagem macroscópica.

No capítulo 3, produzimos um conjunto de atividades norteadoras de ensino de história local, cuja a abordagem é centrada em dois loteamentos de São João de Meriti, oferecendo aos professores da cidade um instrumento de acesso a história local do município. As atividades estão de acordo com a Base Nacional Curricular Comum, a BNCC.

Cumpramos destacar que as propostas de atividades apresentadas nesta dissertação não têm por finalidade cercear a autonomia pedagógica dos docentes. Ao contrário, busca-se que os professores responsáveis pela eventual implementação dessa disciplina sintam-se encorajados e à vontade para desenvolver práticas autorais, fundamentadas em suas próprias reflexões acerca da História Local do território em que atuam, bem como nas experiências, narrativas e memórias mobilizadas pelos estudantes no decorrer das atividades realizadas em sala de aula.

CAPÍTULO 1 – DA CIDADE ESQUECIDA À CIDADE LEMBRADA: SÃO JOÃO DE MERITI

1.1 - Conhecendo São João de Meriti

O desafio de um professor de história dentre tantos outros que o permeiam diariamente é ensinar história de uma cidade, em um território com características particulares, a Baixada Fluminense, que compõe a região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro - antiga capital do Brasil -, também conhecida como região do Grande Rio. Na qualidade de centro político-administrativo do Brasil independente, durante o Império e parte da República, a cidade exerceu papel político central na construção do Estado brasileiro. Não por acaso, ao se estudar a cidade do Rio de Janeiro ou mesmo as regiões ao seu entorno, a ênfase na perspectiva nacional acaba por nublar aspectos relativos às relações locais, ocultando possibilidades de exploração de histórias locais no âmbito do ensino. Conforme é mencionado por Carlos (2025, p. 26), vários acontecimentos da história do Brasil ocorreram no Rio de Janeiro, onde a cidade é uma caixa de ressonância da história nacional e por isso tem “peso de tradição de perspectiva nacional”, criando obstáculos para direcionar olhares e expressões locais.

São João de Meriti foi fundado em 21 de agosto de 1947. Durante a segunda metade do século XX, o território se caracterizou por intensos debates políticos e disputas de pelo poder na administração da cidade, enquanto área urbana crescia, sem a devida organização municipal, ocorria insegurança social e violência. Assim ficou caracterizada a cidade, nos noticiários e em muitas conversas que chegam às escolas da cidade. Essa não é sua história. A urbanização da cidade, construída sob a intensa comercialização de lotes e terrenos é bom exemplo de aspto histórico que não devidamente abordada em sala de aula. Portanto, uma das premissas desse trabalho é mostrar as potencialidades que o ensino de história local oferece ao nos debruçar sobre a cidade de São João de Meriti, uma das menores cidades da Baixada Fluminense, na região metropolitana do Rio de Janeiro.

A cidade de São João de Meriti está localizada na Baixada Fluminense, na região metropolitana da cidade do Rio de Janeiro. Limita-se a leste com as cidades de Nilópolis e Mesquita, ao norte Belford Roxo, a Leste Duque de Caxias e ao sul, Rio de Janeiro. Abaixo, há um mapa apresenta em vermelho a cidade de São João de Meriti, considerada uma cidade espacialmente pequena, se comparadas com o tamanho de outras cidades do Estado do Rio de

Janeiro

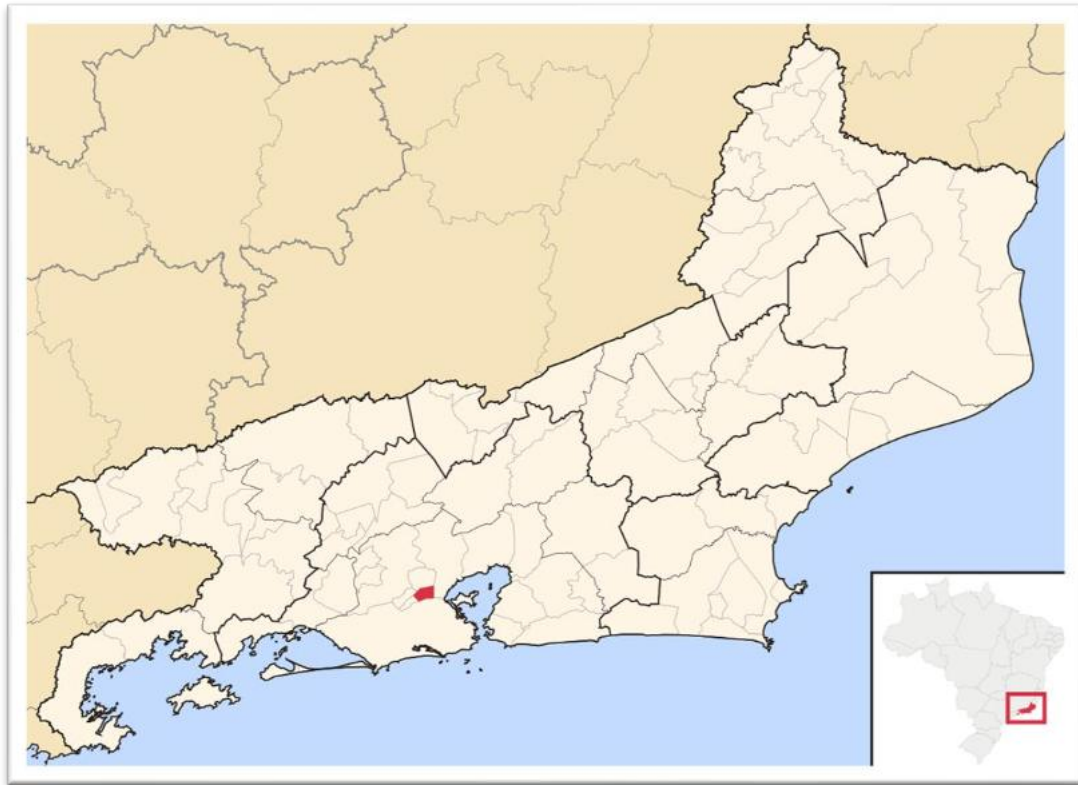


Figura 1. Mapa do Estado do Rio de Janeiro onde está destacado, na cor vermelha, a posição geográfica de São João de Meriti em relação ao mapa do Estado do Rio de Janeiro. Fonte: São João de Meriti no Rio de Janeiro. Fonte: <https://pt.wikipedia.org>. Acesso em 10/10/2025

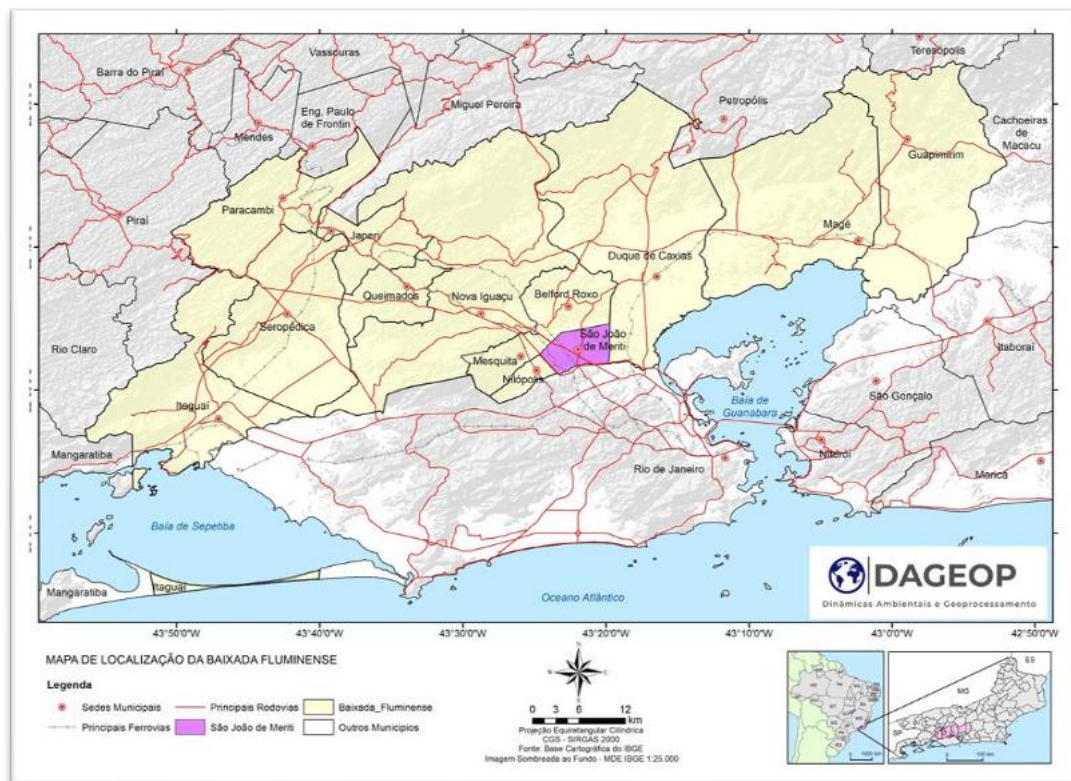


Figura 2. Mapa da Baixada Fluminense. Em destaque, São João de Meriti na cor Lilás. de localização do município e algumas cidades vizinhas. Em vermelho, São João de Meriti. Fonte: Prefeitura da Cidade de São João de Meriti. Fonte: <https://www.dageop.com.br/sao-joao-de-meriti>, acesso em 15/12/2025.

São João de Meriti possui uma população de 440.962 pessoas residindo em uma área de cerca de 35 km², uma das cidades brasileiras com maior densidade demográfica², e uma das menores cidades do estado do Rio de Janeiro, possuindo 21 bairros e três distritos. A localização do município é bem estratégica pois é atravessada pela rodovia Presidente Dutra (BR-116) e a Via Light, importante via expressa que atravessa o município no seu limite leste. Outra via importante é a avenida Automóvel Clube, atravessando o município de norte ao sul. O município é cortado também por ferrovias, como a Supervia, ramal Belford Roxo, onde possui quatro estações de trens metropolitanos para passageiros, e a antiga Linha Auxiliar, que já transportou muitos passageiros, mas atualmente somente trafegam trens cargueiros. Além disso, há uma estação de metrô nas proximidades, no bairro de Pavuna no Rio de Janeiro.

² A densidade demográfica de uma cidade representa a distribuição espacial dos habitantes por km². O Censo apontou que atualmente 440.962 pessoas moram em São João de Meriti. São 12.521,64 habitantes por km². CONHECIDA como 'Formigueiro das Américas', São João de Meriti perdeu habitantes, mas segue como a mais densa do RJ, e a 3ª do Brasil, Globo.com,2022. Disponível em: [http:// https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/29/conhecida-como-formigueiro-das-americas-sao-joao-de-meriti-perdeu-habitantes-mas-segue-como-a-mais-densa-do-rj-e-a-3a-do-brasil.ghtml](http://https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/29/conhecida-como-formigueiro-das-americas-sao-joao-de-meriti-perdeu-habitantes-mas-segue-como-a-mais-densa-do-rj-e-a-3a-do-brasil.ghtml). Acesso em 01/08/2025.

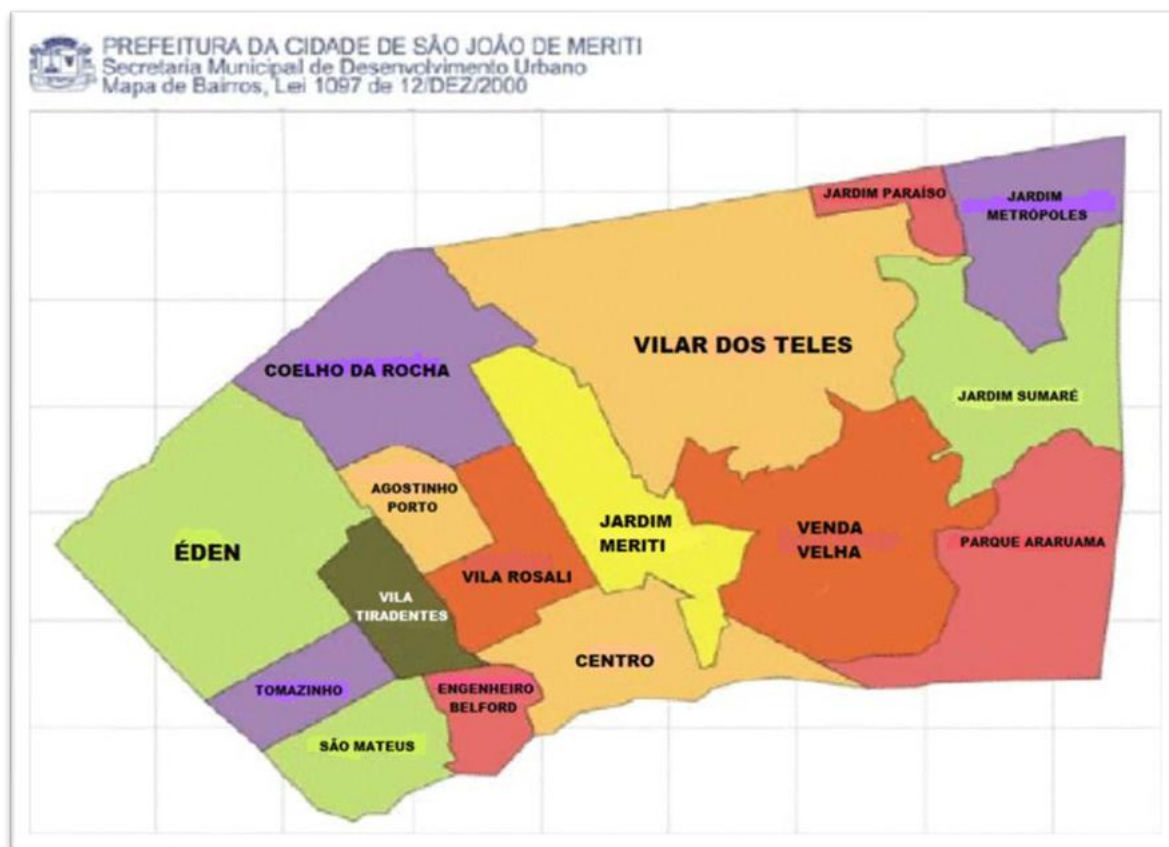


Figura 3. Mapa da cidade de São João de Meriti com divisão dos bairros. Fonte: Mapa da cidade de São João de Meriti com a divisão dos bairros https://pt.wikipedia.org/wiki/Ficheiro:Mapa_de_bairros_de_S%C3%A3o_Jo%C3%A3o_de_Meriti.gif, acesso em 10/12/2025.

Em relação a geografia física, podemos mencionar a presença em seu território do Rio Meriti, também conhecido como Pavuna, em seu trecho inicial, assim como o Rio Sarapuú; todos nascendo fora do município e desaguando na Baía de Guanabara. Ambos os rios tiveram no passado da Baixada Fluminense imperial e colonial função de transporte de pessoas e o escoamento de produtos agrícolas destinados a capital Rio de Janeiro. Hoje os rios e demais riachos e canais recebem boa parte do esgotamento sanitário da população e fonte de inundações quando ocorre chuvas fortes de verão.

A rápida urbanização ao longo do século XX trouxe outra referência para a cidade: “O lugar com a maior temperatura ambiente da Baixada Fluminense”. Essa menção nada positiva está relacionada a falta de grandes áreas verdes preservadas, parques municipais e praças arborizadas. Nesse sentido, além de tantos problemas como a violência, enchentes e infraestrutura incompleta, o meritiense enfrenta o calor excessivo no verão. Na unidade escolar onde essa pesquisa se desenvolve, há projetos em desenvolvimento relacionados ao plantio de

árvores históricas, incluindo o Pau-Brasil.³

No que diz respeito ao contexto social do município, vale destacar que o Índice de Desenvolvimento Humano Municipal (IDHM) de São João de Meriti é considerado alto, apresentando crescimento de 0,580 em 1991 para 0,771 em 2010, em uma escala que vai de 0,000 a 1,000. O cálculo desse índice baseia-se em três dimensões: longevidade, escolaridade e renda per capita. As maiores evoluções ocorreram nas áreas de educação e longevidade (TCE, 2021). O dado da escolarização é relevante, uma vez que é um indicador de capilarização do sistema de ensino municipal. Portanto, cabe a ele contribuir para a construção de um saber crítico-reflexivo sobre o próprio município.

Se o atual município de São João de Meriti integra a vasta região metropolitana do Grande Rio, vale tecermos algumas considerações sobre a Baixada Fluminense

1.2 - A Baixada Fluminense

A Baixada Fluminense tem sido estudada, analisada e debatida em diversas obras no campo do ensino de história, seja nos debates que envolvem a sua formação e, posteriormente as emancipações que deram origens aos 13 municípios que a compõe. A região passou por uma grande fragmentação política durante o século XX e vem despertando o interesse de vários estudiosos de nas áreas de urbanismo, sociologia, antropologia e história (COSTA, 2019, p. 23). O cenário da ocupação e desenvolvimento do lugar se mostrou de forma ímpar do restante do Estado do Rio de Janeiro: uma área que era rural, autossustentável e que também abastecia de produtos alimentícios a capital, havia se tornado dependente na política da nascente república, de alianças que ficaram marcadas pelo “negócio da terra”: seja da produção da citricultura seja do comércio de lotes e terrenos.

A Baixada Fluminense é uma grande área territorial e administrativa que faz parte região metropolitana da capital, Rio de Janeiro. Com 13 municípios, entre eles São João de Meriti, integra uma população estimada de 2.075.291 de pessoas.⁴ Apesar da estagnação do

³ A carência de árvores é problema histórico derivado do desmatamento para e limpeza de áreas destinadas a comercialização de terrenos para a construção de habitações. Não havia preocupação com anatureza. “A falta de cobertura vegetal tem como consequência um desequilíbrio no clima da cidade”: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/11/14/sem-areas-verdes-sao-joao-de-meriti-e-ilha-de-calor-arvore-aqui-e-complicado-diz-morador.ghtml>.

⁴ De acordo com dados do Instituto Brasileiro de Geografia e Estatística – IBGE, informados Observatório Setorial Territorial do Sebrae Fonte: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/rj-baixada-fluminense-i>, acesso em 12/12/2025.

crescimento populacional da região, a Baixada está em processo contínuo de desenvolvimento, porém, ainda assim, uma parcela da população se dirige à capital para estudar e trabalhar, algo que muitos estudiosos chamam de “desenvolvimento pendular” ou “cidades-dormitórios”.⁵



Figura 4. Mapa do Estado do Rio de Janeiro e Baixada Fluminense e seus municípios em destaque. Fonte: <https://oglobo.globo.com/politica/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398>. Acesso em 30/12/2024.

O termo Baixada Fluminense é polissêmico, ou seja, possui vários sentidos. O termo foi muito estudado e analisado por Lamego (1945), na qual considerava a baixada (faixa de terra baixa que se estendia da região metropolitana do Rio de Janeiro até a extensa planície do norte do Estado. No dicionário da língua portuguesa Houaiss, temos outros significados: o termo se refere área plana entre montanhas, e a palavra “fluminense” significa rio em latim. A presente interpretação nasceu no âmbito de estudos geográficos e geológicos, no século XIX e na primeira metade do século XX.

Durante o período colonial serviu de caminhos para o tráfico de ouros, alimentos e escravizados para a região de Vila Rica, e ao mesmo tempo, as terras entre brejos e rios passaram a ser ocupadas, sendo construídos diversos engenhos para a produção de açúcar e aguardente. O transporte era facilitado pela navegabilidade de diversos rios da região, como

⁵ Esses conceitos são analisados por diversos pesquisadores em História e Geografia em se tratando de áreas de desenvolvimento urbano recente, nas quais a população se desloca para um centro urbano maior e/ou principal para poder trabalhar e estudar.

Rios Meriti, Sarapuí, o Iguaçu, Pilar e Estrela. A partir desses rios, havia galpões com trapiches, onde as mercadorias eram embarcadas com destino ao Rio de Janeiro, conforme é destacado por Borges (2025, p. 6), em seu estudo sobre o Porto de Meriti.

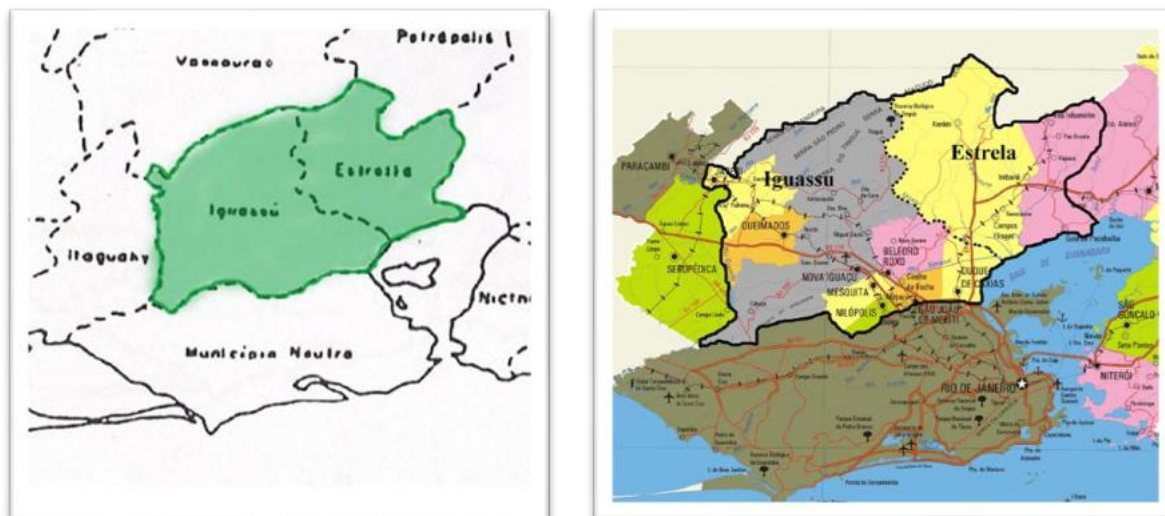


Figura 5. À esquerda, mapa dos municípios que formavam a Baixada Fluminense em 1872. À direita, os mesmos municípios sobrepostos na Baixada Fluminense atual. Fonte: SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais da Baixada Fluminense.** Mesquita: Entrono, 2007.

O cenário social e econômico da Baixada foi alterado na segunda metade do século XIX com a chegada da ferrovia. Em 30 de abril de 1854 é inaugurada a primeira ferrovia do país, em Guia de Pacobaíba, antiga Vila de Estrela. A partir dessa data a ferrovia foi avançando pela Baixada Fluminense, e a cada inauguração de estações, a população se fixava no entorno. A navegação foi deixada de lado, devido ao abandono de muitas localidades próximas aos portos fluviais.

A ferrovia foi o “novo caminho do ouro” na região, possibilitando o surgimento ou o deslocamento de vilas e freguesias. Foi o caso da antiga Vila de Iguaçu, que tinha a sua sede nas proximidades do porto do mesmo nome, distante da Baía de Guanabara. Com a construção da Estrada de Ferro D. Pedro II (nome mudado após a Proclamação da República para Estrada de Ferro Central do Brasil), ocorreu o desenvolvimento da freguesia de Maxambomba, que se tornou sede do município que foi denominado Nova Iguaçu. Em relação ao município de Estrela, observa-se que seu território igualmente passou por um processo de fragmentação após o abandono do porto, ao passo que o eixo de ocupação e de desenvolvimento político-social se consolidou nos municípios de Magé e Duque de Caxias.

Como mencionamos no início do subcapítulo, o século XX para a Baixada Fluminense foi literalmente “um divisor de águas”, que moldou a formação da baixada, principalmente em

relação à população, que migrava de várias partes do Brasil e do mundo, sendo então atores desse desenvolvimento e formação das cidades. Muitos desses imigrantes também se tornaram membros da elite desse lugar, ocupando cargos políticos, tecendo alianças com favorecimentos pessoais, além de impor regras rígidas de ocupação para quem estivessem chegando. Assim, observamos na Baixada, o declínio da agricultura e o fenômeno rápido do loteamento.

A chamada “empresa loteadora da Baixada Fluminense” foi uma forma rápida de mudar de ramo de negócio para aqueles que viviam a deterioração da economia agrícola baixadense e a possibilidade de se enriquecer em pouco tempo. Um grande acordo de empresários do ramo imobiliário e poderes públicos municipais permitiu-se que terrenos fossem vendidos sem muitos empecilhos, onde o que menos importava era o futuro habitante. Havia apenas o mínimo para “que se chegasse ao terreno”, ou que houvesse uma estação de trem próxima, ou com o acesso rarefeito à água e luz. Em muitos casos, somente a água. Como os lotes eram baratos e a demanda era alta, levas de migrantes chegavam com intuito de fazer de construir a sua casa em uma localidade não muito distante da capital, Rio de Janeiro (MONTEIRO, 2016).

Nesse sentido os antigos pomares de citricultura, ou no caso de São João de Meriti antigas propriedades rurais do império, fazendas que produziam gêneros agrícolas diversos foram loteadas, com muitos anúncios em jornais de grande circulação com promessas, em muitos casos, longe da realidade concreta.



Figura 6. Anúncio em jornal de grande circulação, oferecendo terras. As ofertas de terrenos de grandes negociadores da Baixada Fluminense eram amplamente divulgadas, atraindo gente que queria plantar e lotear. Fonte: JORNAL DO BRASIL Rio de Janeiro, 4 de junho de 1938, p.20.

No anúncio acima, observamos as terras que formam a maior parte da Baixada Fluminense e são consideradas de extremo valor, de acordo com o anúncio e a ferrovia é colocada em primeiro plano, incluindo o traçado e as principais estações (tem-se até a figura de um trem), incluindo também a tecnologia utilizada na tração, explicando que as ferrovias eram eletrificadas, com trechos em eletrificação.

Ademais, os anúncios em classificados de jornais ressaltavam as facilidades com transporte, pois a partir do final dos anos 1940-50, fábricas e indústrias começaram a ser implantadas nos três eixos viários que compõe a nova baixada, como a Rio-São Paulo, atualmente a BR 116 Rodovia Presidente Dutra, a Rio-Petrópolis, atual BR 040, Rio-Brasília e indiretamente a Estrada das Bandeiras – atual Av. Brasil. Esta última estava totalmente fora do território da Baixada, porém recebia o trânsito das outras vias. Era importante para o empregador e principalmente para o trabalhador, o acesso rápido e facilitado entre a casa e o trabalho.



Figura 7. Anúncio de classificados de jornais dos anos 40, mostrando a íntima relação entre loteamento e zonas industriais. Percebemos que estes anúncios eram direcionados diretamente grandes negociadores de terrenos. Fonte: O GLOBO (1945, p. 2) e O GLOBO (1953, p. 7), Apud ALBURQUERQUE, 2020, p.149.



Figura 8. Anúncio de lotes direcionado diretamente à trabalhadores. (Fonte: Diário de notícias, Rio de Janeiro,

domingo, 3 de abril de 1949)

A qualidade dos loteamentos somados ao distanciamento do poder público configurou as relações de sociabilidade locais, em que os novos moradores faziam uso de estratégias variadas para a construção de casas e ocupação do território. Foi assim que diante das incertezas do aluguel e da vontade de se obter um terreno próprio que o morador da Baixada Fluminense aderiu a “autoconstrução”, ou seja, construir sozinho a casa para morar. Contudo se mostrou notória em um contexto de urbanização e precarização do acesso à moradia para os trabalhadores. Dessa forma concluímos que o poder público na Baixada Fluminense transferiu sua responsabilidade para os novos moradores. Tal fenômeno social de ocupação do território foi estudado por MONTEIRO (2016, p. 23), que considera que os bairros pobres da Baixada surgiram da junção de diversos loteamentos, no qual os novos moradores construíram e conseguiram, diante de todas as adversidades, (sobre)viverem. Recorrendo aos testemunhos de moradores, o pesquisador nos permite mergulhar nesse complexo processo de ocupação do território, conforme podemos atestar:

“Não lembro de casa aqui no bairro que não fosse feita pelo morador mesmo. Todo mundo é pobre e faz do jeito que dá, mas fica direitinha e se por fora feia é assim, por dentro tem até algum conforto. Todo mundo constrói porque a maior parte é pedreiro ou servente e vai fazendo a própria casa as vezes até com resto de obra que a gente faz lá embaixo [para o morador da Baixada Fluminense o município do Rio de Janeiro é chamado de “lá embaixo” e “cidade”] que traz aqui pra cima e vai montando a casa. É de pobre, mas é muito melhor que barraco de favela ou aluguel lá de baixo” (Depoimento de SILVA, Marcos Vinícius da, apud MONTEIRO, 2016, p. 25).

Assim, os loteamentos na Baixada Fluminense devem ser compreendidos como processo histórico de produção do espaço urbano, no qual se entrelaçam estratégias de sobrevivência, desigualdades estruturais e disputas políticas. Para o Ensino de História local, essa abordagem possibilita problematizar narrativas sobre a formação do lugar, valorizando a experiência dos sujeitos periféricos como agentes históricos. Ao analisar os loteamentos, propomos articular escalas locais e nacionais, conectando a história dos bairros da Baixada Fluminense às dinâmicas mais amplas do capitalismo urbano brasileiro, contribuindo para uma leitura crítica do passado e do presente das cidades da Baixada, em particular, São João de Meriti que é o núcleo da pesquisa.

1.3 - São João de Meriti e sua história

As terras que hoje estão no território meritiense se originou de uma sesmaria doada a Brás Cubas, um fidalgo e explorador português, em 1568 nascendo então próximo a foz do Rio Meriti (atualmente Duque de Caxias). O início do século XVII marca o surgimento da comunidade Trairaponga, onde mais tarde surgiria a Igreja de São João Batista de Trairaponga.

Em 1747, a freguesia de Trairaponga passou se chamar São João Batista de Meriti. A palavra “Meriti” deriva da palavra indígena “Buriti”, denominação de uma palmeira abundante na região. A freguesia e toda a região do Recôncavo da Guanabara correspondente a maioria das cidades da Baixada Fluminense atualmente, era o ponto de partida ou chegada ao Rio de Janeiro, tanto que à época da exploração aurífera, após a descida da Serra do Mar, vários caminhos e estradas se desenvolveram, surgindo também várias fazendas de engenhos, e chegada de escravizados para trabalhar nas lavouras de cana-de-açúcar. Em 1747, torna-se freguesia São João Batista de Meriti. Destacam-se na produção de açúcar e aguardente os seguintes engenhos: Engenho do Brejo, Engenho de São Mateus, Fazenda do Carrapato, cujo proprietário é a família Tavares Guerra e a Fazenda da Família Teles. (ROCHA, 2000, p13). Entretanto, cabe ressaltar que essas fazendas e engenhos mencionados incluíam terras que hoje pertencem a outros municípios.

Além das antigas propriedades rurais, os primeiros núcleos de povoamento consolidaram-se às margens do rio Meriti, área que corresponde atualmente ao centro do município e aos bairros de São Matheus e Pavuna, no Rio de Janeiro. Entre esses núcleos, destaca-se o arraial de Nossa Senhora do Desterro da Pavuna, formado nas proximidades de um canal construído na primeira metade do século XIX. Às suas margens localizavam-se os trapiches pertencentes à família Tavares Guerra, uma das mais influentes e prósperas da região naquele período. (TORRES, apud Fernandes, 2025, p.208).

Na segunda metade do século XIX, ocorre um processo de decadência da região, com o assoreamento dos rios Meriti e, por conseguinte, a baixa utilização dos portos, o que provocou esvaziamento populacional na região. A freguesia fora absorvida pela criação do município de Nova Iguaçu e logo após a transferência da sede deste município para a localidade de Maxambomba, em 1891, São João de Meriti passou a ter “pressão política e seu território se tornou o 4º distrito de Iguaçu, abrangendo os atuais municípios de Nilópolis e Duque de Caxias. (SIMÕES, 2007, p. 108).

O que acabou ocasionando a visibilidade do então 4º distrito foi a inauguração das Estrada de ferro Rio D'ouro em 1876, construída para dar apoio as obras de adutoras que traziam água da Serra de Tinguá, que passava pelas terras de São João de Meriti, incluindo o centro do distrito. A ferrovia cortava as principais fazendas que faziam parte da antiga freguesia de São João Batista de Meriti.

Em 1898 foi concluída a construção da Estrada de Ferro Melhoramentos do Brasil, que mais tarde se tornaria a Linha Auxiliar da Estrada de Ferro Central do Brasil (EFCB), localizada a poucos quilômetros da Estrada de Ferro Rio D'Ouro. Em 1905, a implantação de um desvio interligando a Linha Auxiliar à Rio D'Ouro promoveu uma nova configuração no sistema ferroviário da região, destinando a primeira, na área da Baixada Fluminense, prioritariamente ao transporte de cargas. Já em 1910, com a construção do Ramal Circular da Pavuna, que conectava a Rio D'Ouro a São Mateus, passando por São João de Meriti, o município consolidou-se como um importante ponto de baldeação de passageiros, fortalecendo seu papel no desenvolvimento urbano e econômico da região. Assim podemos entender que:

esta situação privilegiada, de se localizar junto a um entroncamento ferroviário de passageiros e fazer limite com o Distrito Federal, que já sofria um intenso processo de urbanização, foi fundamental para o processo de retalhamento da terra e sua venda em lotes urbanos, a semelhança do que acontecia junto a estação de Engenheiro Neiva na EFCB e de Meriti junto a EF Leopoldina. (SIMÕES, 2007, p109).

A ferrovia foi importante na formação e na revenda de lotes. As empresas loteadoras se concentraram próximas da sede do distrito, onde passavam a Linha Auxiliar (Antiga Estrada de Ferro Melhoramentos) e a Estrada de Ferro Rio d'ouro. Se valendo das facilidades de transporte para a capital e outras áreas da Baixada Fluminense, houve um intenso processo de loteamento e urbanização, que à medida que se afastava da ferrovia, não havia muito interesse da população em comprar e adquirir um terreno para a construção de uma casa. O mapa a seguir comprova essa afirmação: as áreas loteadas estão próximas as ferrovias.

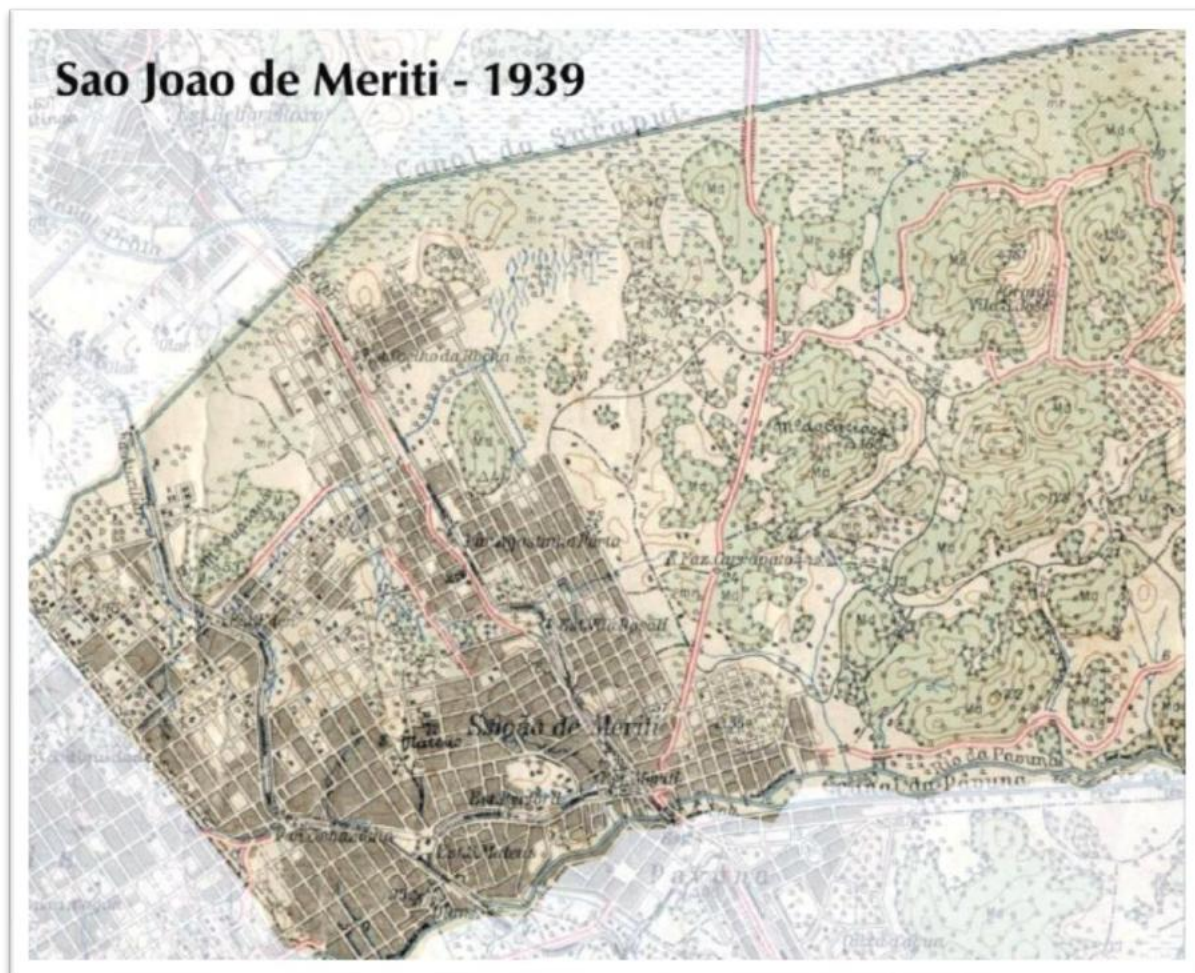


Figura 9. Mapa do então 2º distrito de São João de Meriti em 1939. Fonte: Acervo Cartográfico do Exército. Acervo IPAHB *apud* Moreira (2012, p. 42).

Como se pode se observar neste mapa de 1939, elaborado pelo Centro de Cartografia do Exército, as figuras retangulares e preenchidas são áreas urbanizadas com ruas delimitadas (onde também há um sombreado escrito São João de Meriti). As linhas tracejadas são as ferrovias, as vermelhas são estradas e caminhos que percorriam as antigas propriedades e fazendas, a parte verde ainda não havia sido loteada naquele período, prevalecendo até então muitas chácaras, sítios e pequenas propriedades que produziam hortaliças, frutas além de modesta criação de galinhas que abasteciam a população local. Essas propriedades não possuíam perspectivas de se transformarem em grande propriedade, pois com diversos loteamentos em curso e a alta procura por terrenos baratos com facilidades oferecidas no financiamento, provaram com o tempo que tal atividade seria muito mais lucrativa que qualquer

comercialização de verduras, galinhas e ovos.⁶

Enquanto o São João loteava suas fazendas e chácaras, recebia imigrantes de diversas regiões do Rio de Janeiro. Durante a primeira metade do século XX, imigrantes do interior do Estado, como por exemplo a população negra que era estabelecida no Vale do Paraíba, além de populações de Minas Gerais, do Espírito Santo e do Nordeste acabavam por se instalar na Baixada. Vale destacar o fluxo de populações nordestinas que se deslocaram para Rio de Janeiro em busca de melhores condições de trabalho (lembrando que São João de Meriti e demais cidades da Baixada Fluminense passaram por um processo de industrialização a partir dos anos 1940-50, época também da inauguração da Rodovia Presidente Dutra, onde nas suas margens, se instalaram diversas fábricas e indústrias). No entanto, o contingente populacional não se resumiu à brasileiros, a cidade recebeu também contingentes populacionais de várias partes do mundo:

São João Batista de Trairaponga, São João Batista de Meriti, São João de Meriti, da palmeira veio-lhe o nome, do rio a integração e do restante do Brasil do Brasil e do mundo o seu povo. Suas terras de muitos acidentes, ricos vales e muitos riachos que engrossaram as águas de seus dois rios. Sua terra ontem era inóspita, hoje ela hospeda nordestinos, mineiros, baianos, sulistas, nortistas, campistas, árabes, judeus, portugueses, espanhóis, alemães, africanos, italianos, turcos, libaneses, japoneses e muitos outros que aqui chegaram e ajudaram a construir esta cidade. (TORRES, 2004 *apud* NEIVA, 2017 p.35).

Como já dissemos aqui, a oferta de lotes baratos e prontos para construir atraía pessoas de todas partes. Hoje na cidade, é possível ver muitas ruas e escolas com nomes árabe-libaneses além da existência do cemitério judaico mais antigo do Estado do Rio de Janeiro. Mantido pela “Associação Religiosa Chevra Kadisha”. O terreno do cemitério foi adquirido pela comunidade judaica em 1920 e o cemitério inaugurado em 1921. Com o passar do tempo, outro cemitério israelita foi construído, na mesma localidade, para suprir as demandas de sepultamentos em conformidade com as tradições judaicas (FERNANDES, 2024, p. 218).

As principais companhias de loteamento faziam propagandas nas quais informavam que os terrenos possuíam acessibilidade ao transporte e facilidades de pagamento. Um exemplo de loteamento é o caso do empresário do ramo imobiliário Dr. Rubens Farrula. Médico que se

⁶ A geografia do lugar deve ser levada em consideração para a ocupação do território: a região leste tem muitas elevações, com morros inconstantes que dificultava os loteamentos imediatos. Ao norte, se observa na área terrenos encharcados. Contudo, ao longo do século XX, toda a região foi loteada e construída, incluindo encostas e margem do Rio Sarapuí e Pavuna-Meriti.

especializou na Europa e exerceu a profissão de médico cirurgião no Brasil até 1928. Após ter se casado, sua esposa Rosaly de Araújo Farrula o ajudou a comprar parte das terras da antiga Fazenda Carrapato, que pertenceu à família Tavares Guerra, proprietária de grandes extensões de terras em São João de Meriti, durante o império. A fazenda foi transformada em área de loteamento com o nome original de “Villa Rosaly”, em homenagem a sua esposa. Farrula circulava facilmente pelos meios políticos, conseguindo com sua influência a abertura de uma estação ferroviária (Vila Rosaly) e o desvio da Estrada de Ferro Rio D’Ouro para as suas terras. As facilidades de financiamento do lote somada ao transporte ferroviário tornaram a “Villa Rosaly” um dos principais loteamentos de São João de Meriti.

Assim, conseguimos observar que a política meritiense estava envolvida diretamente com os loteamentos, ou seja, havia uma relação entre os empresários loteadores e o governo local. De acordo com ROCHA (2000, p. 20), com advento da República no Brasil, o Distrito Federal ampliava a sua rede urbana e os contingentes populacionais periféricos também cresciam, aumentando a influência econômica e políticas dessas regiões. Se no período anterior, no Império, São João de Meriti e região possuíam uma relação de certa dependência e pouca autonomia, que ficou evidente com o abandono administrativo que a região sofreu no final do século XIX (ROCHA, 2000, p. 14)⁷, no regime republicano os políticos meritienses teceram alianças e afinidades políticas com políticos do Distrito Federal.

A partir do início do século XX, o governo republicano se fez presente mediante a repartição do território em glebas destinadas à moradia popular, acompanhada por especulação imobiliária. Nesse sentido, como era possível tornar os loteamentos rentáveis se a maioria das grandes áreas destinadas ao parcelamento de terras possuíam alagadiços e brejos? Era necessária uma intervenção de forma que os terrenos deveriam ser “saneados” para depois serem comercializados. São João de Meriti e grande parte da Baixada Fluminense estavam inseridos em um contexto geográfico de rios, manguezais, brejos e alagadiços, sendo que no período de chuvas as águas demoravam a escoar para os rios, até desaguar na Baía de Guanabara.

Apesar das alterações ambientais e do esforço na adaptação para a continuidade da utilização da planície como um todo, durante as precipitações do verão,

⁷ O abandono “administrativo” de São João de Meriti e fins do Império está diretamente relacionado à decadência econômica na região e o assoreamento do rio Pavuna-Meriti, importante via de transporte de gêneros agrícolas das grandes fazendas da região. A baixa produtividade e a falta de navegabilidade do rio colocaram São João de Meriti distante dos interesses políticos. Contudo, em 1875 ocorreu a construção da nova igreja que se tornou mais tarde matriz e em 1892 São João de Meriti se torna 4º distrito de Iguaçu, devido a pressão de políticos locais.

principalmente, eram gerados novos e maiores problemas na região, e isso servia tanto para a baixada “próxima” (Guanabara) do Distrito Federal quanto para a mais “distante” (b. dos Goitacazes). De uma maneira geral, colheitas eram arrasadas, leito de estradas de ferro submersos ou arrancados, rios transbordavam e demoravam a retornar ao leito original, formando grandes lagoas e proliferando doenças. A necessidade de dessecamento e manutenção da salubridade tornava-se inerente a cada enchente, a pressão aumentava sobre o poder público, gerando a necessidade de reconhecimento do problema a fim de que fossem criadas políticas públicas de intervenção e transformação da grande planície (SOLTO, 2016, p. 78-79)

Entre os anos de 1910 e 1916, Nilo Peçanha, então presidente do Brasil, cria a Comissão de Saneamento da Baixada Fluminense cujo objetivo era o planejamento e a realização de obras que promovessem o dessecamento de rios, construção de diques, canais, desobstrução de rios e o redirecionamento e retificações de cursos d’água. Tais intervenções no território possibilitaria o aproveitamento do solo, em um primeiro momento para a agricultura.⁸ Já no território de São João de Meriti, após as primeiras intervenções saneadoras, as empresas loteadoras se multiplicaram no centro e na região oeste do município que aliada à ferrovia, foi um grande estímulo para a urbanização do lugar.

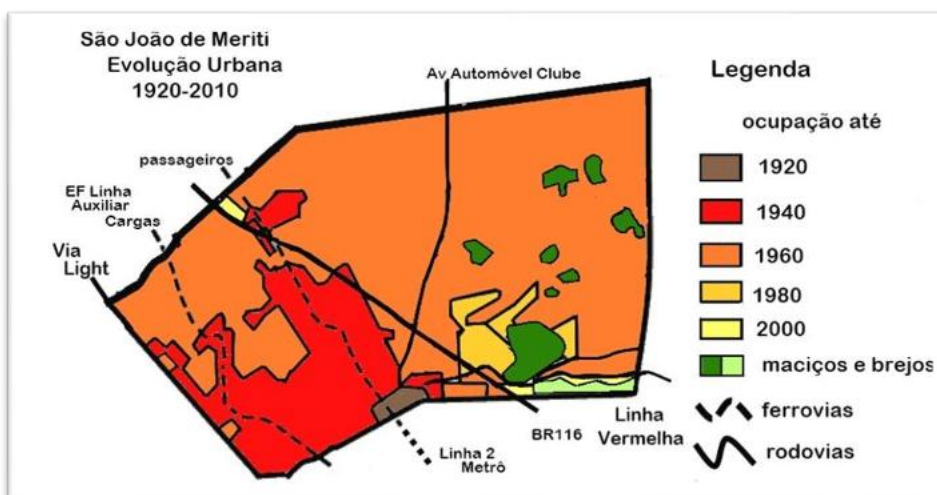


Figura 10. São João de Meriti. Evolução Urbana de São João de Meriti. Fonte: SIMÕES, Manoel Ricardo. Ambiente e sociedade na Baixada Fluminense. pág.124.

As áreas de loteamento em vermelho correspondem aos loteamentos mais antigos da cidade, começando por volta do século XX. Entre 1930 e 1940 essa região, somada ao centro que cresceu em torno da Igreja Matriz de São João Batista, em marrom no mapa, se constituíram como área intensamente urbanizada. Assim, além de transformar a paisagem urbana de Meriti, com a urbanização veio o aumento populacional, intensificando conflitos socioambientais,

⁸ Nilo Peçanha planejou revitalizar a agricultura na região da baixada fluminense, e de certa forma, essa política foi vitoriosa na sede do município de Nova Iguaçu, com as plantações de laranjais (FERNANDES, 2024, p. 213)

deixando evidente a distância entre o ritmo da expansão demográfica e a capacidade do poder público de estruturar políticas eficazes de saneamento. Essa desigualdade se tornaria um traço marcante da urbanização do município durante a segunda metade do século XX.

Entretanto, esse contexto formado “moldou” a elite política da cidade, se compararmos com elite política da sede administrativa do município, que era em Nova Iguaçu: Enquanto nesta localidade a elite possuía sua fonte de renda e poder a citricultura local, em São João de Meriti comerciantes, profissionais liberais, empresários do setor de imobiliário se constituíram como força política local, mas não possuíam a mesma força política que Nova Iguaçu e outras localidades da região. E foi isto que definiu os rumos territoriais da antiga São João de Meriti.

Na década de 1930 houve uma grande mudança na região, a localidade de “Merity” se separou de São João de Meriti, tornando-se o 8º distrito de Nova Iguaçu. Ainda na mesma década, a localidade se configurou com o nome de Duque de Caxias. Essa mudança na região pode ser entendida como uma ação de políticos locais que possuíam influência junto à política do Distrito Federal e aos vereadores de Nova Iguaçu. No entanto, os distritos ainda se vinculavam aos interesses da sede do município.

Essa reformulação territorial já anunciava o distanciamento de interesses políticos entre os distritos e a sede do município de Iguaçu. Os representantes dos distritos passam a reivindicar maiores investimentos, mas sentem que esses recursos são direcionados prioritariamente para a sede do município. A partir dos anos 1940, então, os políticos de São João de Meriti vão se aliar aos políticos de Caxias, o que culminou na elaboração do manifesto pró-divisão do município de Nova Iguaçu, enviado ao interventor Amaral Peixoto no ano de 1940 (FERNANDES, 2025, p. 218).

O documento não conseguiu sensibilizar os políticos do distrito federal, sofrendo recusa, processo e prisões de autores do documento. Contudo, cerca de três anos depois, em 1943, O interventor federal Ernani do Amaral Peixoto editou a Decreto-lei n. 1055, de 31/12/1943, emancipando Duque de Caxias. Contudo nesse processo, São João de Meriti tornou-se 2º distrito de Duque de Caxias.

O distanciamento de Nova Iguaçu e a condição de dependência política de Duque de Caxias não consolidaram a autonomia do novo distrito. Impostos, melhorias urbanas e políticas de desenvolvimento da cidade foram direcionadas para a sede de Duque de Caxias. Essa condição possibilitou políticos meritienses a lutar pela autonomia política. Em 1945, foi criada a Associação de amigos do 2º distrito, que contava com muitos atores políticos que assinaram o documento de 1940. De acordo com Peres, 2011, essa associação era presidida pelo dr.

Alberto Jeremias da Silveira Menezes, contando ainda com a participação de Domingos Correia da Costa e Oswaldo Coelho de Castro, e as reuniões eram feitas na casa do jornalista Silvio Goulart. Esse grupo fazia oposição a Caxias e proviam campanha para não pagamento de impostos à prefeitura.

A emancipação de São João de Meriti somente ocorreu com um projeto de lei estadual de Lucas Andrade Figueira, no qual foram criados os municípios de São João de Meriti e Nilópolis. Em 21 de agosto de 1947, de fato os dois municípios foram criados.

1.4 - São João de Meriti: produção acadêmica, historiográfica e história local

A história de São João de Meriti, por muito tempo silenciada ou tratada de forma marginal nas narrativas históricas mais amplas, vem gradualmente conquistando espaço na produção acadêmica, especialmente nas pesquisas voltadas ao Ensino de História. Entendemos que investigar a história local significa aproximar o conhecimento histórico das experiências cotidianas, das memórias e dos sujeitos que constroem o município. Nesse sentido, propõe-se a analisar a produção acadêmica que toma São João de Meriti como objeto de estudo buscando compreender como esses trabalhos têm contribuído para a construção de interpretações sobre o passado local e para sua incorporação nas práticas escolares.

Ao dialogarmos com a produção acadêmica, podemos destacar a importância de reconhecer São João de Meriti como um espaço histórico legítimo, cuja trajetória, conflitos e permanências podem fortalecer o ensino de história e favorecer a formação de sujeitos críticos, capazes de se reconhecerem como parte ativa dessa história. Como referências históricas sobre São João de Meriti em trabalhos acadêmicos, utilizamos o catálogo de teses e dissertações CAPES além daquelas produções disponibilizadas no Portal ProfHistória Nacional:

- Dissertação de mestrado em Ensino de História, Universidade Federal do Rio de Janeiro: “As potencialidades de usos biográficos no ensino de história: um estudo a partir das memórias construídas em torno de João Cândido”. Defendido em 2022 pelo historiador Angelo José Alves.
- Dissertação de mestrado em Ensino de História, Universidade Federal Fluminense: “O local no ensino de História: Ações didáticas para pensar historicamente”. Defendido em 2020 pelo historiador Saulo Nunes de Souza.

- Dissertação de mestrado em História, Universidade Severino Sombra “História Política e Movimentos Sociais em São João de Meriti: 1980-2000”. Defendido em 2002 pelo historiador Rodinei Knopp.

No catálogo de teses e dissertações da CAPES, há teses e dissertações na área de Geografia, Meio Ambiente, Saúde e Psicologia. As dissertações acima são direcionadas na área de História e Ensino de História, portanto a delimitação escolhida para esta pesquisa. A primeira dissertação “As potencialidades de usos biográficos no ensino de história: um estudo a partir das memórias construídas em torno de João Cândido”, de Ângelo José Alves, não traz consigo o objetivo central de analisar a história local de São João de Meriti, mas aparece na pesquisa com a palavra São João de Meriti. Contudo, ALVES (2020), analisa a biografia de João Cândido e sua importância na história do país e conceito de biografia sensível, com produção de um jogo a ser aplicado em sala de aula.

A segunda dissertação O local no ensino de História: “Ações didáticas para pensar historicamente” de Saulo Nunes oferece uma proposta de história local no ensino de história, através de ações didáticas com alunos da Educação de Jovens e Adultos, a EJA. Através de atividades didáticas, Nunes, 2020, traz o ensino de história local para a sala de aula, com participação ativa dos alunos. Com entrevistas, a memória do bairro onde se localiza a escola se torna um importante acervo que pode ser utilizado no ensino de história de São João de Meriti.

Na terceira dissertação “História Política e Movimentos Sociais em São João de Meriti: 1980-2000” O autor investiga como os movimentos de base, associações de moradores e outras organizações populares emergiram e se articularam para reivindicar direitos, melhorias urbanas e participação nas decisões políticas do município. A pesquisa provavelmente aborda temas como a luta de moradores por serviços básicos, como saneamento, transporte e infraestrutura, que são carências históricas da Baixada Fluminense, o papel das associações de bairro, como por exemplo a Federação de Bairros de Meriti, a ABM, na construção de uma identidade política para a população a partir da pressão sobre o poder público para atender as demandas da população meritiense no contexto político e social da transição para a democracia. Esse estudo feito por Knopp aponta para uma pesquisa que se debruça sobre o cidadão comum, se afastando da perspectiva tradicional da historiografia.

Em relação aos trabalhos acadêmicos atuais, o Centro de Documentação e Imagem, da Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, o CEDIM/UFRRJ, realiza pesquisa e extensão

no contexto da Baixada Fluminense. Em 2025, o centro lançou dois volumes que apresentam a história dos municípios da Baixada, tendo o volume 1 um capítulo destinado a São João de Meriti, das origens, passando pelas migrações, loteamentos e movimentos sociais, resultado da pesquisa historiográfica realizada no âmbito do CEDIM.

Importante fonte de pesquisa histórica sobre a cidade, Gênesis Torres (1946-2020) produziu livros, apostilas, artigos sobre a Baixada Fluminense e São João de Meriti, tornando-se um dos pioneiros na valorização histórica do município. Ao se debruçar sobre fontes dispersas, como documentos administrativos, registros paroquiais, jornais locais, memórias orais e iconografia, Torres construiu uma narrativa histórica que contribui significativamente para a compreensão dos processos de ocupação, urbanização e constituição social de São João de Meriti. Foi fundador do Instituto de Pesquisa e Análise Histórica da Baixada, IPAHB. Podemos destacar as seguintes obras de Torres: *Baixada Fluminense - A Construção de uma História - Sociedade, Economia, Política*. IPAHB Editora. Vários Autores. Organização de Gênesis Torres. 2004, onde há um capítulo de sua autoria sobre as origens coloniais de São João de Meriti. Apesar de ser importante fonte histórica, Torres é de uma geração historiográfica onde prevalece a sequência linear (colônia-república e império), com ênfase as personalidades históricas ligadas à economia agrária e aos grandes feitos políticos desses atores históricos.

Há ainda obras que também seguem essa linha historiográfica como Arlindo de Medeiros, em seu livro “Memória Histórica de São João de Meriti” enfatiza diversas personalidades políticas, agrárias e comerciais, a associação comercial, as linhas telefônicas, a imprensa e os transportes. destacando políticos da geração que participou da emancipação do município, não oferecendo análise sobre a população, como se estabeleceu nos loteamentos e o abandono administrativo dessas áreas que vieram a se transformar em bairros.

A contribuição de Jorge Luís Rocha para o campo do Ensino de História manifesta-se de forma contundente em seu livro “São João de Meriti: um balaio de ideias - História & seus usos em sala de aula”. A obra transcende a mera descrição factual para fundamentar uma abordagem plural, articulando dimensões socioculturais ao fazer pedagógico. Ao estruturar propostas didáticas que perpassam diferentes campos do saber, Rocha oferece um instrumental teórico-prático essencial para a valorização da história local de São João de Meriti. A atualidade da obra reside em sua capacidade de situar os sujeitos históricos no centro do processo educativo, defendendo que a compreensão do passado de São João de Meriti é ferramenta

indispensável para o exercício da cidadania e para a construção de uma educação historicamente situada.

Outra fonte de pesquisa para entender e compreender a cidade é o livro “Redescobrimos São João de Meriti, da arquiteta Luciana Neiva (2017). Apesar de não ser um livro propriamente de história, a autora se dedicou a fontes primárias que abordam a formação de alguns bairros de São João de Meriti, importante via analítica para compreender a transição de grandes fazendas para loteamentos, ressaltando os primeiros moradores, o primeiro comércio e os indutores dos primeiros loteamentos.

Outra pesquisa importante, a monografia “São João de Meriti: Uma cidade esquecida na Baixada Fluminense” de Rayani Oliveira Carvalho da Silva (2020) propõe uma análise histórica da cidade de São João de Meriti, com o intuito de compreender os fatores que contribuíram para o seu “apagamento” na narrativa histórica regional. O trabalho se concentra, sobretudo, nas primeiras décadas do século XX até a década de 1950, articulando mudanças urbanas, econômicas e de representação social no jornal “Correio da Lavoura” e à perda de centralidade historiográfica de Meriti.

Um trabalho que não pode deixar de ser mencionado, é o canal do youtube “Crônicas de Meriti São João passado limpo”, produzido e mantido pelo professor de história André Moraes apresenta-se como um dispositivo de História Pública digital voltado para a recuperação e popularização da memória histórica do município de São João de Meriti, na Baixada Fluminense. Em um contexto no qual a grande narrativa historiográfica tende, com frequência, a marginalizar as periferias, o canal desempenha um papel fundamental ao promover a “territorialização” do conhecimento histórico, ressignificando espaços do cotidiano e convertendo-os em objetos legítimos de reflexão acadêmica e de problematização social.

Um exemplo que utilizamos na produção do terceiro capítulo foi o vídeo sobre “As vidas de Rubens Farrulla e Rosaly (2025)”, a narrativa utiliza personagens específicos do lugar para explicar o loteamento e a urbanização de São João de Meriti, conectando a história de um bairro (Vila Rosaly) com a formação da cidade de São João de Meriti e os estreitamentos políticos e econômicos das elites locais com o Distrito Federal.

CAPÍTULO 2 – HISTÓRIA LOCAL: UMA ESCOLHA PEDAGÓGICA

Iniciamos esse capítulo com o diálogo com Michel de Certeau e a sua argumentação na operação historiográfica. Na reflexão de Michel de Certeau acerca da escrita da história, a noção de “lugar” ocupa posição central, pois toda operação historiográfica se inicia a partir de um espaço social, institucional e epistemológico, previamente escolhido pelo historiador. Em “A Escrita da História”, Certeau (1982, p. 65) sustenta que o discurso histórico não emerge de um ponto neutro ou exterior ao mundo social, mas é produzido a partir de um lugar específico de enunciação, marcado por pertencimentos, interesses, condições materiais de pesquisa e regimes de saber.

Esse lugar pode ser a universidade, o arquivo, a cidade, o bairro ou o campo disciplinar ou mesmo uma posição social concreta, condiciona tanto as perguntas formuladas quanto os procedimentos metodológicos e as formas narrativas mobilizadas. Ao reconhecer essa determinação, Certeau não relativiza a validade do conhecimento histórico, mas explicita os limites e as possibilidades da escrita da história, sublinhando que a objetividade historiográfica é construída no interior de escolhas situadas.

Assim, a consciência do lugar de onde se escreve torna-se um gesto epistemológico fundamental, pois permite ao historiador refletir criticamente sobre sua própria prática da escrita da história, assumindo a historicidade de seu olhar e a natureza situada de toda produção histórica em curso.

Tendo em vista as considerações acima, destacamos que a elaboração da proposta pedagógica se insere em um dado contexto da produção historiográfica, inclusive da história local, e do próprio lugar de exercício crítico da docência. Nesse sentido, propomos tratar nesse capítulo das escolhas teórico-metodológicas.

2.1- Um breve percurso historiográfico da história local

Propomos aqui tratar em linhas gerais, no campo da historiografia, as principais tradições e orientações que marcaram a produção de pesquisas voltadas à história em escala local, contribuindo para a compreensão de seus pressupostos teóricos e metodológicos no contexto do ensino de História.

Iniciaremos pelas discussões relativas ao conceito de história local, tomando como ponto de partida a definição clássica formulada por Pierre Goubert (1988, p. 70), que a

considera como um campo de estudo que diz respeito a uma aldeia, a uma cidade média, “ou uma área geográfica que não seja maior que a unidade provincial comum”. Ao definir a história local nesses termos, a ênfase recai sobre o tamanho físico de um espaço previamente definido a partir de recortes político-administrativos.

Segundo Goubert (1988, p. 70), a gênese da história local na historiografia francesa foi no século XIX, escrita pela minoria intelectual, com ênfase às atitudes de elite arraigada nas suas próprias tradições. Contudo, foi no século XX que pesquisas elaboradas por historiadores franceses alocados nas academias proporcionou as condições para o surgimento de um formato acadêmico à história local. Em seu artigo, há a relação do crescimento da abordagem do local, à influência e importância das pesquisas desenvolvidas na Escola dos Annales, que já predominavam nas pesquisas históricas de meados do século XX. A escrita da história local ganha novos formatos com o retorno aos arquivos inexplorados de certas regiões, acompanhado por novas propostas de exploração metodológica, uma vez que:

a volta da história local origina-se de um novo interesse pela história social, ou seja, a história da sociedade como um todo, e não somente daqueles poucos que, felizes, a governam, oprimam e doutrinaam – pela história de grupos humanos algumas vezes denominados ordens, classes e estados. (Goubert, 1988, p. 73)

Ao definir o conceito de história local, o historiador francês preocupou-se em estabelecer limites para o recorte espacial como condição metodológica para análise histórica, assim, o espaço passa a ser ressignificado nas produções monográficas regionais, não estando mais na condição de “cenário historiográfico”, mas como um quadro que possibilita observar permanências, ritmos e rupturas sociais.

Até a primeira metade do século XX, o espaço enquanto categoria conceitual no campo da Geografia, passou a ser incorporado de forma mais sistemática às pesquisas historiográficas. Dosse (2004, p.120) “chegou a proclamar que foi a geografia vidaliana que gerou a história dos Annales”, evidenciando as estreitas relações entre história e geografia. Assim percebemos como o espaço foi incorporado à pesquisa historiográfica, mas não problematizado; tendência que vem sendo desafiada pelos historiadores nas últimas décadas, inclusive buscando diálogos com os saberes diversos das ciências humanas.

Nesse sentido, François Dosse destaca as tradições que perpassam a escrita de Pierre Goubert em seu esforço de conceitualização de história local, uma vez que

A perspectiva histórica própria dos Annales adapta-se bem, portanto a essas unidades

geográficas de dimensão restrita. Para trabalhar a fundo, é preciso escolher unidades de dimensão humana; essa é a única maneira de realizar a síntese à qual aspiram os promotores dos Annales. (Dosse, 2004, p. 122).

Mas a perspectiva de recortes mínimos foi engolfada pela construção braudeliana de um espaço macro em que vicejam diferentes tipos de civilizações. O espaço ganha centralidade analítica, segundo Dosse (2004, p. 122), quando Fernand Braudel, historiador formado sob a influência de Lucien Febvre, elabora a obra de “O Mediterrâneo e o Mundo Mediterrâneo na Época de Felipe II”, conferindo ao espaço papel central como fator explicativo de múltiplas civilizações. A forma como Braudel opera com o espaço o torna fator estruturante na interpretação histórica, possibilitando uma nova forma de leitura do tempo histórico, sintetizada no conceito de geo-história. Barros (2013, p. 1), sinaliza que se trata de um conceito de uma história quase imóvel, caracterizada por um ritmo lento de desenvolvimento e transformação, frequentemente marcada por permanências, recorrências e ciclos de longa duração. Portanto, o espaço incorpora-se à história a partir de uma relação com a Geografia, compreendidas por José D’Assunção Barros (2013, p. 1) como campos de conhecimento articulados.

Nesse século, a historiografia vem incorporando o debate do espaço sob novas perspectivas. Para a pesquisas no campo de pesquisa da história local, o debate sobre espaço pode enriquecer sobremaneira os debates epistemológicos sobre o conceito de local. Nesse sentido, a mobilização de noções como território, espaço e região podem contribuir para explicitar o caráter interdisciplinar da história local. Ao tratar do conceito de espaço, Barros o entende como uma categoria mais ampla, da qual território e região derivam como formas específicas de apreensão e interpretação do espaço. Ainda segundo o autor, essas categorias possibilitam diferentes modos de compreender as dinâmicas históricas em sua dimensão espacial.

De fato, as ações e transformações que afetam aquela vida humana e social que pode ser historicamente considerada produzem-se e incidem frequentemente em um espaço que muitas vezes é um espaço geográfico ou político, que, sobretudo, sempre necessariamente constituir-se-á em espaço social. (Barros, 2013, p.1)

O agente “espacial” infere nas escolhas humanas. Para o autor, o grande sujeito histórico, o “espaço”, abre o campo de possibilismos para a subseqüentes histórias dos movimentos coletivos e dos indivíduos. Conforme argumenta Barros (2017, p. 13), a consciência dos historiadores a respeito do espaço se tornou tão viva ao longo das últimas décadas que seria melhor redefinir a História como “o estudo do homem no tempo e no espaço”.

Trazer o debate do espaço para o âmbito da história local apenas dá sequência a tendência de forte diálogo com outros ramos da historiografia, já que a história local não caminha por si, mas se alimenta de sua fluidez e de trilhas oferecidas pela riqueza de conceitos, noções e categorias da ampla constelação de campos historiográficos. Este é o caso, por exemplo, da micro-história. Neste arcabouço teórico, utilizamos Carlos Antonio Aguirre Rojas, que fez um estudo profundo sobre a micro-história, tanto do México, quanto a italiana, de onde se originou. Segundo Rojas (2012, p. 89), a micro história não é história local, mas utiliza o “local” como simples e estrito espaço de experimentação. É comum ainda que fora do âmbito das pesquisas, exista indevida associação de igualar ambos os sentidos. Contudo, Rojas alerta para o fato de que

Micro-história italiana, ao contrário do que o termo “micro” poderia equivocadamente evocar, uma história de micro espaços, microrregiões e micro localidades, ou seja, uma história local ou de espaços pequenos e reduzidos – mas antes uma maneira de enfocar a História. Essa nova abordagem, reivindica entre seus procedimentos principais, a “mudança de escalas” do nível de observação e de estudo e problemas. (Rojas, 2012, p. 89).

O autor explica que o micro pode ser reduzido a escalas pequenas, individuais. Rojas ao abordar as raízes da micro-história, fundamenta-se em Geovani Levi (2009), no qual a “redução de escala” pode ser aplicada em amplo espectro temático dos estudos históricos. Portanto, tal sentido da micro-história e a redução de escala poderia levantar questões específicas que a totalidade não iria trazer em um pressuposto desejado. A redução da escala de observação contribui para que os elementos constitutivos da investigação, neste caso, a cidade de São João de Meriti e seu processo de ocupação por meio dos loteamentos, possam emergir de forma mais nítida, possibilitando a compreensão dos sentidos e das referências que estruturam o recorte da história local. Tal abordagem permite evidenciar os significados que essa trajetória histórica assume para seus habitantes e, de modo particular, para os alunos do ensino fundamental do Ciep 398 Mário Lima.

O historiador Jacques Revel (1998) apresenta uma defesa da microanálise ao sustentar que a adoção de uma escala particular de observação produz efeitos específicos de conhecimento, podendo ser mobilizada a serviço de distintas estratégias cognitivas. Nessa perspectiva, a variação ou ampliação da escala implica a transformação de sua forma e de sua trama analítica, redefinindo, assim, os modos de apreensão do objeto histórico.

Conforme sustenta o autor, desde os anos de 1980, operar com as escalas de observação

assumiu um lugar importante no debate dos historiadores. A micro-história foi recebida como uma proposta nova, rompendo com os hábitos da historiografia dominante, resultado do crescimento da história social. Uma das perspectivas conceituais da micro-história está ligada ao destaque das complexidades e multiplicidades de relações contidas em uma cidade ou um bairro, identificando estruturas invisíveis, mas não se finaliza em si, já que o uso da escala também comporta a sua variedade de possibilidades, em um contínuo jogo de ampliação e redução, de reposicionamento e deslocamento do foco de observação.

As variações de escala possibilitam que o conhecimento produzido a partir da investigação de processos históricos estabeleça interlocução com a macro-história. Conforme assinala Revel (2010, p. 435), não se deve conceber uma relação dicotômica entre micro-história e macro-história, tampouco atribuir primazia de uma sobre a outra; ao contrário, a mudança de escala impõe a construção de novas narrativas, capazes de relativizar análises totalizantes e de evitar leituras hierarquizantes.

Portanto, para a compreensão da história local e do “fazer” história local da cidade de São João de Meriti, a partir da criteriosa escolha dos principais loteamentos urbanos que deram origem a importantes bairros da cidade (este é o nosso recorte enquanto história local), encontramos na micro-história a possibilidade de analisar, através da redução da escala de observação, aspectos que à luz de um ângulo macro analítico poderiam passar despercebidos.

Para a nossa proposta, o importante é considerarmos os efeitos analíticos que o uso da micro-história pode proporcionar.

Tal como deve ser ressaltado, pode-se dizer que a Micro-História não se relaciona necessariamente ao estudo de um espaço físico reduzido, embora isto possa até ocorrer. O que a Micro-História pretende é uma redução na escala de observação do historiador com o intuito de se perceber aspectos que de outro modo passariam despercebidos. Quando um micro-historiador estuda uma pequena comunidade, ele não estuda propriamente *a* pequena comunidade, mas estuda *através* da pequena comunidade (não é por exemplo a perspectiva da História Local, que busca o estudo da realidade micro-localizada por ela mesma. (Barros, 2009, p. 9).

A reflexão proposta por José D’Assunção Barros contribui para a compreensão conceitual da micro-história e para a necessária distinção dessa abordagem em relação à história local, especialmente no recorte elaborado pelo historiador para iniciar sua análise historiográfica. Ao afirmar que a micro-história não se define pelo estudo de um espaço físico reduzido, mas pela redução da escala de observação, o autor desloca o foco da dimensão territorial para o procedimento metodológico adotado pelo historiador. Trata-se, portanto, de

uma escolha analítica que visa apreender práticas, relações e significados que permaneceriam invisíveis em abordagens de larga escala.

Nesse sentido, quando o micro-historiador toma uma pequena comunidade como objeto, ela não constitui um fim em si mesma, mas um meio privilegiado para a investigação de dinâmicas sociais mais amplas, articulando o singular ao geral. Tal perspectiva diferencia-se da história local que tem como interesse a compreensão da realidade micro-localizada enquanto objeto central, destacando que o espaço delimitado, um bairro, um município ou uma comunidade específica, não é apenas um meio para alcançar generalizações mais amplas, mas constitui o próprio foco da investigação histórica.

Nessa perspectiva, encontramos na história local e na micro-história um campo fecundo para analisar a nossa pesquisa e orientando caminhos ainda não percorridos na história local de São João de Meriti reconstruindo a interpretação das experiências, das práticas sociais e das trajetórias históricas da sociedade que conferem singularidade àquele espaço restrito dos loteamentos.

2.2 – Ensino de História e História Local no Brasil: articulações e possibilidades

Na escrita da história local, a atuação de memorialistas e historiadores diletantes ocupa um lugar ambíguo, simultaneamente produtivo e problemático, como evidencia Correa (2002, p.12) ao analisar o devir historiográfico desse campo. De um lado, tais autores foram responsáveis pela preservação de memórias, acervos documentais privados e narrativas fundadoras das comunidades, conferindo visibilidade a experiências locais frequentemente negligenciadas pela historiografia nacional; de outro, sua escrita, marcada por forte subjetividade, linearidade teleológica e ausência de problematização teórico-metodológica, contribuiu para o descrédito acadêmico da história local, sobretudo no contexto brasileiro, onde predomina o diletantismo em contraste com a tradição europeia de maior profissionalização.

Conforme demonstra Corrêa, embora esses agentes recorram a fontes inéditas e adotem uma narrativa acessível ao público leigo, frequentemente confundem memória, biografia e história, projetando trajetórias individuais como síntese da experiência coletiva. Nesse sentido, o desafio contemporâneo da história local não reside na exclusão dos memorialistas e diletantes, mas na construção de um diálogo crítico entre esses produtores de memória e os historiadores profissionais, capaz de articular rigor epistemológico, crítica das fontes e problematização analítica, sem abdicar da riqueza empírica e do enraizamento social que caracterizam a escrita

local.

Nesse sentido, se a história local teve avanço significativo em meados do século XX na Europa, no Brasil ainda predominava obras de “memorialistas”, viajantes ou cronistas, que descreviam o lugar de acordo com feitos históricos de políticos, fazendeiros e empresários. Ao se dedicarem à fixação de um “marco de fundação”, os memorialistas organizaram o tempo histórico a partir de um acontecimento inaugural, frequentemente dotado de forte carga simbólica, que passa a operar como ponto de origem e de legitimação da coletividade local. Tal procedimento responde menos a uma problematização histórica rigorosa e mais à necessidade de conferir sentido, continuidade e identidade a uma comunidade específica, convertendo a fundação em elemento estruturante da memória coletiva.

A partir da produção de memorialistas ou de historiadores diletantes, numerosas localidades brasileiras constituíram registros documentais que passaram a ser concebidos como uma “história local oficial”, mesmo sem a participação efetiva de historiadores no processo de elaboração da pesquisa ou a consulta a profissionais da área, como historiadores ou professores de História. Barbosa (2015, p. 28) vai ao encontro da argumentação:

No Brasil, a partir do século XIX, com a criação, nas províncias, dos Institutos Históricos Geográficos e, durante a primeira metade do século XX, com a produção dos memorialistas – configurada em estudos dos espaços históricos locais, buscava-se estabelecer uma identidade nacional brasileira que contemplasse mecanismos de homogeneização na concepção de nação, na qual priorizavam-se os aspectos político-administrativos e econômicos. Barbosa (2015, p. 28),

Durante muitos anos, esse tipo de escrita configurou-se como a principal base do conhecimento histórico local de bairros e municípios, permanecendo, ainda na atualidade, como referência para a produção de materiais didáticos destinados às escolas municipais, sobretudo nos anos iniciais do ensino fundamental, bem como para a elaboração de verbetes em páginas institucionais oficiais e de bibliografias utilizadas em concursos públicos. É, portanto, a partir dessa tradição escrita que se estruturou, em grande medida, a história local em âmbito municipal.

Apesar da falta do rigor historiográfico, foi a partir das tradições memorialísticas é que se constituiu as primeiras tendências em se pensar o local no ensino de história. De acordo com Schmidt (2007, p.188), a história local esteve presente desde a década de 1930, nas “Referências Curriculares e Instruções Metodológicas” que compunham a referida legislação brasileira. Segundo a autora:

Até 1971, o trabalho com a história local era sugerido como um recurso didático, como uma técnica para desenvolver atividades de ensino, principalmente nas quatro primeiras séries do ensino fundamental. No entanto, nesse ano, o Parecer 853 do Conselho Federal de Educação, que fixou Núcleo Comum para os currículos de 1º e 2º graus (Lei 5692/71), incluiu algumas modificações que mudaram a perspectiva da história local. (Schmidt, 2007, p.188)

As modificações instituídas pelo Parecer nº 853 promoveram a introdução da Integração Social nas séries iniciais do ensino fundamental, concebida como um conjunto de atividades voltadas ao “ajustamento progressivo do educando ao meio”. Tal orientação conferia a esse componente um caráter predominantemente formativo e além de aproximar os processos educativos à adequação do aluno ao contexto social imediato.

Nas séries subsequentes, o componente curricular passava a ser denominado Estudos Sociais, devendo ser compreendido como uma “área de estudos”, e não mais como atividade, o que implicava uma organização curricular distinta, com maior sistematização dos conteúdos. Nesse arranjo, a disciplina histórica não ocupava um lugar autônomo no ensino fundamental, sendo reservados de forma mais específica e aprofundada apenas para o ensino médio.

A partir da década de 1980, a história local no Brasil passou a assumir novos contornos teórico-metodológicos. Com a renovação da ciência histórica ocorrida no país entre as décadas de 1970 e 1980, bem como com a criação dos cursos de mestrado e doutorado em História, abriram-se novas perspectivas para uma produção historiográfica capaz de contemplar as especificidades locais. A adoção de referenciais teóricos mais consistentes e de procedimentos metodológicos rigorosos possibilitou a ampliação dos objetos de estudo, bem como a articulação entre o micro e o macroprocesso histórico, superando leituras isoladas e fragmentadas do passado local. Nesse contexto, a história local passou a constituir-se, de forma gradual, como objeto de investigações de caráter científico (ORIÁ, 1995, p. 45).

Ao analisar a presença e as lacunas da história local no contexto escolar, Oriá (1995) enfatiza sua relevância e necessidade no ensino de História. Segundo o autor, o ensino de História no Brasil ainda apresenta marcas de uma narrativa homogênea e pouco sensível às especificidades regionais. Contudo, ao direcionar o olhar para a localidade, o ensino de História torna-se capaz de recuperar singularidades e particularidades próprias dos diferentes contextos regionais. Nessa perspectiva, o autor propõe uma reflexão sobre a inserção da história local na escola, evidenciando a fluidez do conceito e suas múltiplas possibilidades no campo do ensino de História, ao concebê-la como um instrumento fundamental para a construção da identidade

do aluno enquanto sujeito histórico e cidadão.

Ele tece críticas aos ditos “modelos hegemônicos” presentes na aula de história. Mesmo sabendo que o texto tem quase três décadas, é oportuno comentar sobre tal afirmação pois, modelos hegemônicos ainda são visíveis, por exemplo expresso na quantidade de povos e sociedades da antiguidade que são parte do currículo do 6º ano do ensino fundamental, em detrimento da história local.

“Na sala de aula, nossos alunos estudam a influência dos Rios Nilo, Tigre e Eufrates, no desenvolvimento das sociedades do Antigo Oriente e desconhecem, muitas vezes a importância dos rios Jaguaribe e Acaraú como vias de penetração e ocupação do espaço cearense. (ORÍÁ, 1995, p. 45).

O artigo, ainda que datado, nos apresenta uma crítica à concepção tradicional do ensino de História, problematizando seu caráter excessivamente generalizante e a centralidade atribuída às datas comemorativas e às narrativas de grandes personagens. Ao deslocar o foco dessas abordagens consagradas, o autor propõe a valorização do homem comum do bairro como sujeito histórico, conferindo visibilidade a experiências cotidianas frequentemente silenciadas pela historiografia escolar.

Portanto, os documentos didáticos em muitas localidades foram produzidos enfatizando que os conquistadores do período colonial possuíam um papel central na formação de municípios e bairros, como em São João de Meriti, onde sua história é sempre lembrada pelas sesmarias e seus proprietários, prefeitos e nobres do período imperial escravizados e migrantes.

Porém, Oriá (1995, p.47), traz importante contribuição ao aproximar o aluno do fazer histórico, na medida em que favorece o contato direto com documentos, arquivos e outras fontes locais, promovendo uma relação mais concreta, investigativa e significativa.

Pesquisador e professor na área do ensino de História, Erinaldo Cavalcanti (2018) contribui de forma significativa para o debate ao ampliar as possibilidades de abordagem da história local, concebendo-a como um espaço privilegiado de problematização histórica. Para o autor, a história local não deve ser compreendida de maneira isolada ou dissociada das escalas nacional e global, uma vez que tais dimensões mantêm relações dialógicas que se estabelecem conforme os objetivos e as questões orientadoras da pesquisa.

Nesse sentido, torna-se fundamental a delimitação espacial do objeto de investigação, considerando que São João de Meriti integra a Baixada Fluminense, região composta por diversos municípios da área metropolitana da capital fluminense. Todavia, essas cidades são

frequentemente tratadas de forma homogênea, como se a Baixada Fluminense constituísse uma identidade única e indivisível. Tal percepção é recorrente no senso comum e, por vezes, manifesta-se também entre docentes que atuam na região, mas residem na capital. Reconhece-se, portanto, a existência de relações entre São João de Meriti e a Baixada Fluminense. Contudo, são as especificidades históricas e sociais do lugar que orientam e fundamentam o desenvolvimento deste trabalho.

Para Cavalcanti (2018, p. 274), as formulações acerca da história local são antecidas pela problematização do próprio conceito de “local”. A polissemia do termo conduz, de modo recorrente, a uma associação imediata com a noção de espaço, de modo que a referência ao local implica, simultaneamente, uma dimensão espacial. Diante da multiplicidade de sentidos atribuídos ao conceito, o autor explicita desafios, limites e possibilidades que se colocam como ponto de partida para a investigação em história local, exigindo do pesquisador uma abordagem analítica que vá além de definições restritas ou naturalizadas.

Enquanto Oriá (1995, p.44), ressalta a necessidade de distanciamento entre os estudos locais e as generalizações próprias da história geral, Cavalcanti (2018, p. 283), em consonância com Schmidt (2007, p. 193), defende que a história local não deve ser abordada de forma isolada ou concebida como autoexplicativa. Tal perspectiva implica reconhecer que os fenômenos históricos locais se constituem em redes complexas de relações, articuladas a escalas mais amplas, especialmente no contexto do mundo globalizado. Nessa direção, o autor enfatiza que a configuração local da história é construída por práticas e interações que atravessam os âmbitos local, nacional e global, rejeitando leituras fechadas ou descontextualizadas do passado.

Consideramos também as reflexões de Márcia Gonçalves sobre a história local no ensino de história. Para a autora, a história local é produtora de consciência sobre história, “um conjunto de experiência dos sujeitos de um lugar, e também, do conjunto dessas experiências” (Gonçalves, 2004, p.177). A autora considera que há uma relação intrínseca entre o lugar e seus habitantes. A população, que habita um determinado lugar, com outras pessoas, amigos ou parentes; no trabalho e na escola.

Ao tratarmos do nosso local de pesquisa, loteamentos que deram origem a dois bairros importantes da cidade de São João de Meriti, nos encontramos com as experiências locais. O conjunto dessas experiências estão nas relações entre a ação e o lugar, no âmbito da globalização. Por isso, identificamos a categorização de Bourdieu (2001, p. 3), na qual desenvolve as relações do local com nacional no âmbito da globalização. De acordo com o

autor, há uma relação intensa entre o lugar e seus habitantes:

É na escala local, na do bairro, da cidade, ou da microrregião que alguns problemas da vida diária podem ser regulados, os que referem à organização de serviços públicos. (...) Enfim, o quadro local pode servir para se organizarem grupos muito unidos, ou coalizões para a ação. (...). A vizinhança, o bairro, a cidade ou a região urbana constituem pontos de referência relativamente estáveis(..) (Bourdain, 2001, p. 3)

Assim, evidenciam-se as relações historicamente constituídas entre o espaço e os sujeitos que o habitam. Nessa perspectiva, Alain Bordin, em “A questão local”, propõe uma compreensão de localidade fundada nas interações estabelecidas entre a cidade e seus habitantes, considerando dimensões culturais, políticas e sociais que emergem das práticas cotidianas. Para o autor, o lugar não se limita a um recorte espacial, mas constitui-se como uma experiência vivida, na qual “o lugar se internaliza em seus habitantes e seus habitantes se internalizam no lugar”, evidenciando um processo dialético de construção mútua entre espaço e sujeitos.

Desse modo, o conceito de local, entendido como uma relação indissociável entre o lugar e aqueles que o produzem e o significam, oferece um caminho analítico indispensável para a compreensão da história de São João de Meriti. Ao considerar as múltiplas formas de apropriação do espaço urbano, bem como as demandas sociais, políticas e culturais de seus moradores, torna-se possível interpretar a trajetória histórica do município não apenas a partir de eventos ou marcos institucionais, mas sobretudo a partir das experiências, conflitos e negociações, nas questões sociais, políticas e econômicas que conformaram as relações entre a cidade e sua população ao longo do tempo.

2.3 – Potencialidades do Ensino de história local de São João de Meriti: algumas considerações

Trazer a reflexão sobre espaço, local e lugar como construções humanas é válido uma vez que a proposta pedagógica a ser apresentada se propõe a explorar um espaço geográfico, que outrora foi denominado de Nova Iguaçu pelo poder público e que hoje é o município de São João de Meriti; um espaço que outrora fora agrícola e que atualmente detém uma das maiores concentrações urbanas do país. A ocupação desse espaço geográfico mediante os loteamentos é a temática central da proposta de intervenção pedagógica.

Entendendo também que toda e qualquer proposta de intervenção pedagógica é um

recorte realizado a partir de uma dada seleção, ao professor-pesquisador é reservado o papel de construção de seu local de pesquisa e de definição de suas estratégias de ensino. Daí, destacamos dois bairros:

Éden e Vila Rosali são dois bairros do município de São João de Meriti escolhidos para a proposta de intervenção pedagógica de nossa pesquisa, a escolha se relaciona à duas questões primordiais: a proximidade com o Ciep 398 Mário Lima, onde essa pesquisa é desenvolvida, e a presença de alunos que moram nesses dois bairros. Porém, como já foi debatido em linhas anteriores, a delimitação do espaço geográfico requer condicionantes que o próprio historiador dispõe. Sendo assim, a escolha do lugar também está intrinsecamente ligada as afinidades do professor-pesquisador. Os limites impostos pela pesquisa estão além das delimitações apresentadas, relacionadas ao fazer a pesquisa em história local.

No âmbito da investigação historiográfica voltada ao ensino de história local, a análise documental acerca dos loteamentos de Éden e Vila Rosali enfrentou obstáculos metodológicos significativos que comprometeram o acesso a uma maior variedade de fontes, porém, esses obstáculos não impediram a densidade analítica da pesquisa. Observa-se uma acentuada escassez de fontes primárias e a inoperância de arquivos públicos estruturados, como uma biblioteca, ou um instituto histórico municipal, cuja ausência de sistematização relega o pesquisador a um vácuo de evidências que poderiam complementar a proposta de pesquisa em história local.

Embora se registre informações de historiadores diletantes, cuja a natureza assistemática dessas memórias frequentemente carece de aderência aos objetivos essenciais do estudo, uma vez que as narrativas tendem à subjetividade memorialística em detrimento da precisão necessária para a elaboração de atividades pedagógicas fundamentadas na no processo de ocupação fundiária do lugar e suas relações sociais. Tal descompasso entre a abundância de testemunhos informais e a carência de registros oficiais dificulta a transposição didática do conhecimento, exigindo um rigoroso esforço de triangulação para que a história dos loteamentos não se converta em uma crônica, mas em um instrumento de conhecimento histórico para os alunos.

Em consonância com o delineamento metodológico da pesquisa, optou-se por tomar como objetos de análise os loteamentos de Vila Rosaly e Éden (antiga Itinga), com o propósito de evidenciar as potencialidades da história local no processo de ensino-aprendizagem de história junto aos estudantes do Ciep. Tal abordagem busca não apenas subsidiar práticas

pedagógicas voltadas à realidade local, mas também constituir-se como referência aberta a outros docentes interessados em aplicar, complementar ou ampliar as possibilidades de problematização do lugar no contexto educativo, especialmente no âmbito da formação histórica dos estudantes meritienses.

Para a elaboração das aulas e atividades voltadas ao ensino de história local, adotamos como referência orientadora a Base Nacional Comum Curricular - BNCC, em consonância com seus princípios, diretrizes e competências gerais. Propomos as atividades pedagógicas com o foco no 9º ano do ensino fundamental, contudo as atividades podem ser adaptadas para os outros anos, podendo servir de base para discussões e debates no ensino médio. Tal alinhamento assegura que as propostas pedagógicas desenvolvidas dialoguem com os objetivos formativos previstos para a Educação Básica, ao mesmo tempo em que possibilitam a contextualização dos conteúdos históricos a partir da realidade local.

Priorizamos inicialmente o encontro do aluno com o espaço e o território da cidade de São João de Meriti, concebendo tal aproximação como uma estratégia de ensino que dialoga com os arcabouços conceituais da Geografia, abrindo a possibilidade para futuros trabalhos pedagógicos interdisciplinares. Nessa perspectiva, o espaço não é compreendido como mero suporte físico, mas como uma construção histórica e socialmente produzida, resultante das ações humanas ao longo do tempo.

Em diálogo com as contribuições de José d'Assunção Barros, entende-se o espaço como uma dimensão constitutiva da experiência histórica, continuamente ressignificada pelas práticas, relações e representações dos sujeitos. O território, por sua vez, extrapola a delimitação cartográfica ou administrativa, configurando-se como espaço apropriado e atravessado por relações de poder, pertencimento e identidade. Para entender esse processo, entendemos ser necessário a utilização de mapas e um anexo de atividades descritas, na qual o estudante pode se localizar e se familiarizar com o espaço. Ao aproximar o estudante do território de São João de Meriti, torna-se possível compreender a cidade como resultado de processos históricos complexos, nos quais se entrecruzam dinâmicas econômicas, políticas e culturais.

Para a elaboração das atividades apresentadas no capítulo 3, recorreremos a documentos provenientes de fontes diversas. Apesar das dificuldades enfrentadas no processo de levantamento, foi possível reunir fotografias e anúncios antigos de jornais, os quais permitiram analisar as especificidades da cidade no período em que os loteamentos se encontravam em processo de implantação. Também utilizamos um canal de documentários que apresenta

entrevistas de moradores antigos, “Crônicas de Meriti” elementos de propaganda comercial de venda de terrenos, em grande parte desse panfletos contendo anúncios de venda de lotes associava a proximidade com a ferrovia, e o papel da mulher, neste caso, a exclusão de Rosaly, onde mencionada sua ausência de eventos políticos ao lado do marido, Rubens Farrula, proprietário do loteamento homônimo à sua esposa e o vídeo documentário “Bruxa de Itinga”, na qual uma mulher que vivia solitária no loteamento Itinga e era apontada como feiticeira, associada à “espíritos ruins.”

As duas personagens femininas abrem caminho para a problematização da representação e da atuação das mulheres na sociedade brasileira no período compreendido entre as décadas de 1920 e 1940, permitindo a abordagem de questões relativas às hierarquias de gênero, às expectativas sociais e aos limites impostos à participação feminina nos espaços público e privado, em um contexto marcado por transformações políticas, urbanas e culturais, bem como por permanências estruturais que condicionavam as experiências e as possibilidades de ação das mulheres naquele tempo histórico.

A análise desse conjunto documental conduziu à constatação de que a relação entre empresários e o poder político era estreita, marcada por interesses específicos, transferindo à população adquirente dos lotes a responsabilidade pela construção das moradias, pela limpeza das vias, pela iluminação pública e pela obtenção e manutenção do acesso à água. Tal dinâmica urbana é conceituada como autoconstrução, onde o novo morador passa a assumir atribuições que seriam, em princípio, de responsabilidade do poder público, suprimindo, assim, obrigações que não foram cumpridas nos contratos de venda dos lotes ou terrenos.

As articulações com as questões nacionais e globais, decidimos pela “Quebra da Bolsa de Nova York em 1929” e a Segunda Guerra Mundial. No primeiro evento histórico, entendemos estabelecer as consequências para a sociedade brasileira e a nível local. Rubens Farrula, atribui facilidades para aqueles que estivessem com atrasos no financiamento de lotes, tais atrasos estavam ligados ao desemprego e a crise econômica no Brasil. Em se tratando do segundo evento, trouxemos o debate do holocausto, visto que em Vila Rosali há dois cemitérios israelitas, atualmente desativados. Articulamos a atividade com um texto-documento sobre campos de concentração e informações contidas em um blog sobre a “história judaica no Rio de Janeiro.

Em ambos os bairros, trouxemos atividade de campo, pois acreditamos que enriquece as atividades propostas em história local:

A pesquisa de campo envolve, envolve, entre outros procedimentos, uma investigação baseada em entrevistas com pessoas cuja opiniões podem contribuir para esclarecer, informar e enriquecer o conteúdo trabalhado em sala de aula. Um dos procedimentos importantes desse tipo de atividade é delimitar o tema que será objeto de pesquisa e os sujeitos a serem pesquisados. Com as devidas adequações, esse tipo de atividade pode ser desenvolvido em todas as séries da escola fundamental e de ensino médio. Schmidt e Cainelli, (2004, p. 119)

Desenvolvemos eixos de aula de campo como estratégia de aproximação dos estudantes com o entorno e com a localidade problematizada em sala de aula. Propusemos um roteiro de atividades no qual se destacam pontos de interesse histórico, articulado a um planejamento coletivo entre professores e alunos, com o objetivo de culminar na produção de um trabalho final sobre a história do bairro do Éden. Desse modo, o trabalho final foi concebido de forma a valorizar a autoria discente, favorecendo a mobilização e a recuperação de experiências individuais e coletivas dos estudantes e a produção de conhecimentos históricos sobre o lugar em que vivem.

Assim, pretendemos trabalhar o ensino de história de São João de Meriti, considerando principalmente ligados à produção memorialística, é apontado com gênese do território da Baixada Fluminense, região na qual a cidade está inserida, a produção da citricultura. Isso implica dizer que São João de Meriti, produzia laranjas e o declínio dessa produção dera origem aos diversos loteamentos da cidade. Outro ponto de tensão é a contínua marginalização da cidade e de sua sociedade. Atributos ligados a carência e a violência costumam dominar a imprensa e a sala de aula. Nesse sentido, problematizar a história local permite mobilizar sentidos no ensino de história, conduzindo ao espaço das experiências e conhecimento das especificidades da cidade e de seus sujeitos.

CAPÍTULO 3 - PROPOSTAS PARA O ENSINO DA HISTÓRIA DE SÃO JOÃO DE MERITI

Neste capítulo, propomos uma variedade de atividades pedagógicas relacionadas ao ensino de história local de São João de Meriti, compondo o que chamamos de propostas de intervenção pedagógica desta pesquisa de mestrado, de acordo com as orientações do mestrado profissional em ensino de história. Optamos pela abordagem da formação da cidade através dos antigos loteamentos de fazendas e engenhos, que preencheram o território do então 4º distrito de São João de Meriti, ainda sob a jurisdição de Nova Iguaçu. É uma possibilidade de enriquecer o ensino de história, identificando possíveis relações entre moradores e a apropriação do espaço.

Trazer para o ensino de história essa abordagem nos apresenta uma das diversas possibilidades de se trabalhar o local em sala de aula, abrindo o caminho, no futuro, para que outros professores da cidade de São João de Meriti se motivem a utilizar atividades pedagógicas de história local. A temática escolhida nos insere em um assunto que pouquíssimos professores conhecem, e como consequência boa parte dos alunos não tem acesso a esse conhecimento. Portanto consideramos aqui uma proposta pedagógica que tem potencial para se fazer pesquisa em ensino de história.

Antes de iniciar a apresentação do roteiro de pesquisa é necessária a apresentação do percurso histórico dos loteamentos. São João de Meriti como a Baixada Fluminense foi efetivamente desde tempos coloniais um local dedicado à agricultura. Durante o período colonial se caracterizou com plantios dedicados à subsistência e plantações de milho, mandioca, arroz, feijão e cana-de açúcar. Após a descoberta do ouro na região central do atual estado de Minas Gerais, São João de Meriti foi um dos caminhos “de terra firme” a se seguir após a descida da Serra do Mar. A região começou a ser ocupada, formando vilarejos em torno dos rios, Meriti e Pavuna.

Já durante o período Imperial, os engenhos de cana-de-açúcar estavam presentes em praticamente todo o território meritiense, aqui se destaca o Engenho de São Mateus (atual bairro de São Matheus, Fazenda Carrapato (Vila Rosali e Centro) e Fazenda dos Teles (hoje Vilar do Teles e adjacências), muitos escravizados produziam em suas terras, principalmente, a cana de açúcar e a mandioca (Rocha, 2000, p. 13). Até meados do século XIX, as fazendas da região abasteciam a população local e a capital (corte imperial), na qual toda a produção era escoada nos portos que havia ao longo do Rio Meriti. Contudo, entre 1850 e 1920 inúmeros fatores

impactaram a região: a epidemia de cólera, as dificuldades econômicas com o fim da mão de obra escravizada e a chegada das ferrovias. A cafeicultura fluminense também pode entrar no bojo das modificações da ocupação do espaço. De acordo com Monteiro (2016), “os trens que carregavam café para o porto do Rio de Janeiro, deixaram na Baixada Fluminense gente que se juntou ao redor das estações de trem”.

O fracasso dessas propriedades, o desenvolvimento das ferrovias com inaugurações de estações de trem no início do século XIX fizeram São João de Meriti um lugar de desenvolvimento do processo de loteamentos das grandes fazendas dando origem a bairros e distritos que formam a cidade atual, São João de Meriti. Enquanto Nova Iguaçu que até meados da década de 1940 possuía em seu território imensos laranjais, grande parte do território meritiense (integrando administrativamente o município de Nova Iguaçu) já possuía a região do Centro, São Mateus, Éden, Vila Rosali e Agostinho Porto loteadas, mesmo com precariedade de infraestrutura e saneamento. Os terrenos já estavam demarcados e com intensa procura para a construção de casas já na década de 1920 e com propostas e facilidades para a compra, uma vez que oferecia terrenos próximos ao transporte público. Começava-se assim, nessas condições, o assentamento dos primeiros moradores urbanos desses loteamentos: pode-se afirmar que a vítima do acordo entre proprietários agrários à beira da falência e poder público municipal foi o morador proletário de lotes localizados na Baixada Fluminense. (Monteiro, 2000, p. 25)

O processo de loteamento foi vitorioso e se tornou muito lucrativo e vantajoso porque havia procura e facilidades na venda. O acesso ao material de construção, provavelmente financiado não era um empecilho, pois a necessidade principal é conseguir por vias legais a posse de um terreno, onde posteriormente poderia ser construída uma humilde casa Além da chegada de migrantes de várias regiões do então Distrito Federal (Rio de Janeiro), do interior do Estado do Rio e de outros países (portugueses, espanhóis e libaneses), uma vez que morar na capital era muito caro e os novos moradores não possuíam muitas exigências para a ocupação do terreno. O importante era pagar e adquirir um terreno, se afastando do “flagrante grande medo da incerteza do aluguel e o alívio que significara a obtenção da casa através da autoconstrução” (Monteiro, 2000, p. 25).

3.1 - PROPOSTA 1: explorando o território e a história de São João de Meriti:

Ao longo do século XX um aspecto comum presente em diversas regiões do Brasil e do mundo é a urbanização, seja ela planejada ou não. O crescimento das cidades impulsionadas pela industrialização e/ou falência de estruturas agrárias almejou um rearranjo das formas de habitação, suprimindo a carência de casas para os trabalhadores mais pobres e atendendo um “apelo” do capital, pois os mais pobres foram deslocados para áreas mais distantes dos principais centros urbanos. Cidades se remodelaram com derrubadas de quarteirões e abertura de grades avenidas. Praças foram inauguradas com imensos chafarizes. Enquanto outras cidades lotearam grandes parcelas de terras nas quais em outros tempos eram dedicadas às atividades agrícolas. Todas essas transformações seguiram os direcionamentos da lei, do Estado ou dos grandes proprietários de terra, que queriam lucrar com a venda de terrenos.

Com essas palavras, apontamos as contribuições de David Harvey, no tratamento ao conceito de “Direito à Cidade”:

A questão de que tipo de cidade queremos não pode ser divorciada do tipo de laços sociais, relação com a natureza, estilos de vida, tecnologias e valores estéticos desejamos. O direito à cidade está muito longe da liberdade individual de acesso a recursos urbanos: é o direito de mudar a nós mesmos pela mudança da cidade. Além disso, é um direito comum antes de individual já que esta transformação depende inevitavelmente do exercício de um poder coletivo de moldar o processo de urbanização. A liberdade de construir e reconstruir a cidade e a nós mesmos é, como procuro argumentar, um dos mais preciosos e negligenciados direitos humanos. (Harvey, 2012, p. 74).

Os primeiros moradores dos loteamentos foram responsáveis por delinear a configuração urbana de São João de Meriti tal como a conhecemos hoje. Embora motivados por interesses individuais, foi a ação coletiva que possibilitou a consolidação das moradias, especialmente por meio da autoconstrução. Os recém-chegados eram amparados pelos habitantes que já haviam se estabelecido na região, além do apoio, ainda que limitado, de comerciantes de terrenos.

Para o estudante meritiense, contudo, a própria cidade permanece pouco conhecida no espaço escolar; há escassa difusão de informações sobre sua formação e sobre os sujeitos que participaram desse processo. Nesse sentido, compreender a cidade como objeto de investigação no ensino de História, valorizando a história local, constitui-se simultaneamente como um “direito à cidade” e como um dever formativo da disciplina. Tal perspectiva possibilita ao estudante apropriar-se da história do lugar em que vive, compreendendo as disputas sociopolíticas presentes no surgimento dos loteamentos e o papel dos diferentes sujeitos na

construção da cidade de São João de Meriti.

Portanto, propomos a seguir, atividades pedagógicas que onde são contemplados os loteamentos e o acesso à população sobre os mesmos. As atividades propostas são dedicadas para turmas do ensino fundamental, 9º ano, mas poderão ser adaptadas ou acrescentadas para outros anos ou ensino médio. Nosso percurso pedagógico está organizado em sequências didáticas, dialogando sempre com a Base Nacional Curricular Comum – a BNCC.

3.1.1 - São João de Meriti: explorando o nosso lugar

De acordo com Barros (2017, p. 13), “A história fortalece uma consciência de espaço como aspecto fundamental para o pleno exercício do ofício do historiador”, ou seja, o professor de história deve inserir a questão espacial para que o aluno possa compreender que todas as ações humanas tem um espaço, tem um lugar, onde se constituirá como espaço social. Compreender o espaço, no nosso caso a cidade pode trazer os seguintes temas e perguntas: “quais as referências que os alunos possuem sobre a cidade? O caminho de casa para a escola, há sentidos, há transformações? Quais as mudanças e permanências podem ser abordadas sobre a cidade?

Assim, a partir destas questões, apresentamos dois mapas com a proposição de questões tendo como temática principal a cidade e as transformações urbanas, dialogando com a habilidade:

(EF9HI05) – Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região onde vive.

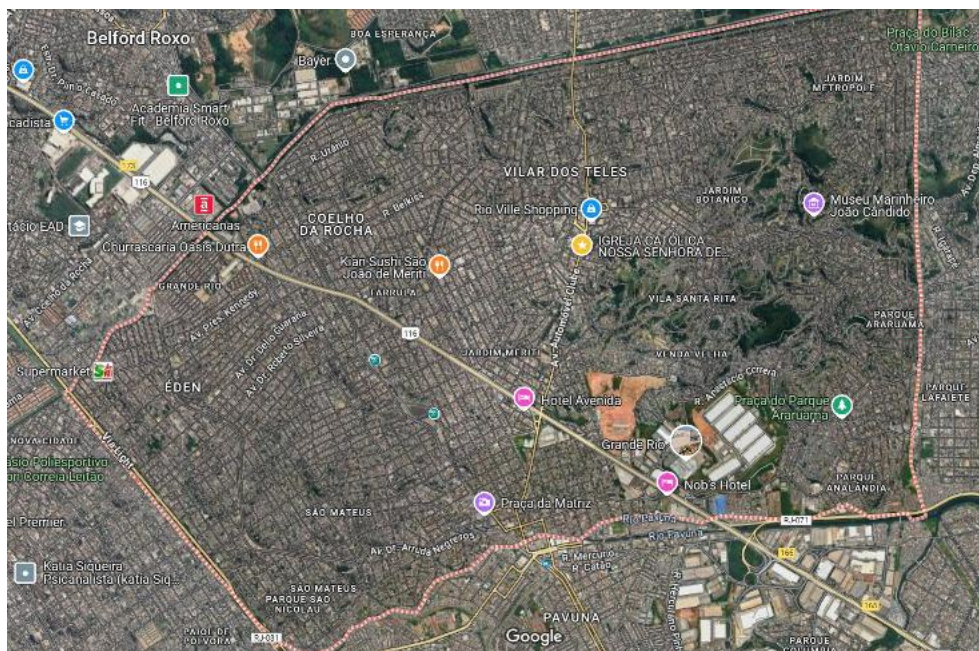


Figura 11: Foto de satélite de São João de Meriti. A cidade está delimitada no mapa pelo pontilhado em vermelho. Fonte: https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Jo%C3%A3o+de+Meriti,+RJ/@-22.7867647,-43.3660092,6423m/data=!3m1!1e3!4m6!3m5!1s0x996454fda3e67b:0x7a3f4c17541603a3!8m2!3d-22.7908017!4d-43.3699405!16s%2Fg%2F11bc5d8rp_?hl=pt-BR&entry=tu&g_ep=EgoyMDI1MDYyOS4wIKXMDSoASAFAw%3D%3D. Acesso em 25/06/2025.

MAPA DE USO E COBERTURA DA TERRA DO MUNICÍPIO SÃO JOÃO DE MERITI, RIO DE JANEIRO

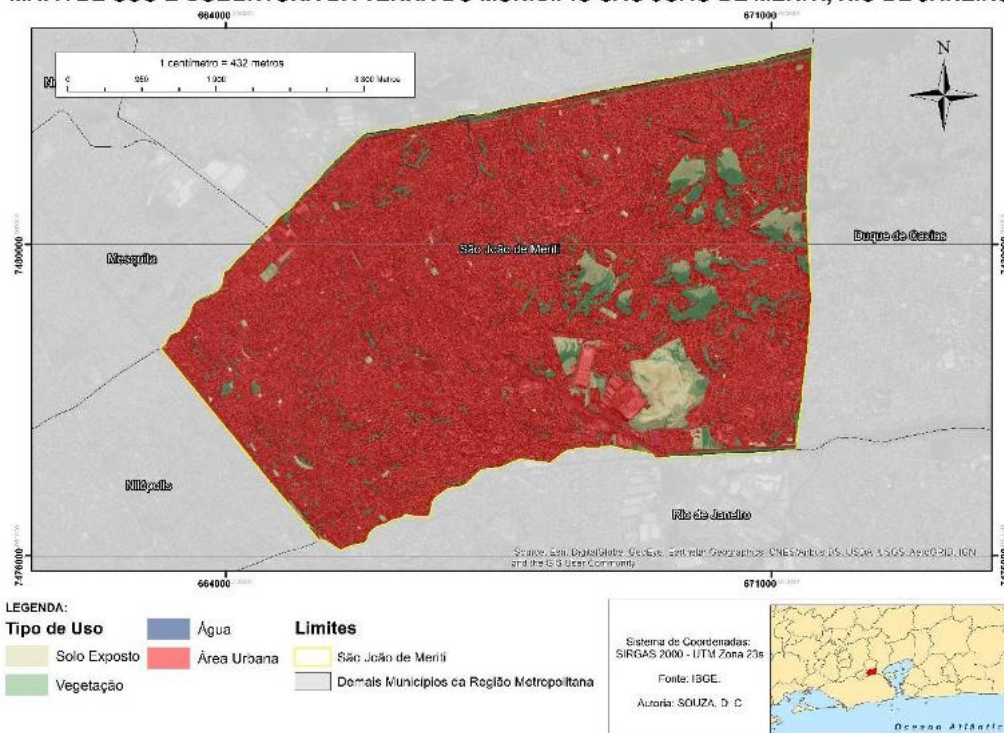


Figura 12. Mapa de uso e cobertura da terra do município de São João de Meriti. SOUZA, Diego de Castro. AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: [S.l.], n. 14, p. 139-168, ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/22>. Acesso em: 15 dezembro de. 2025.

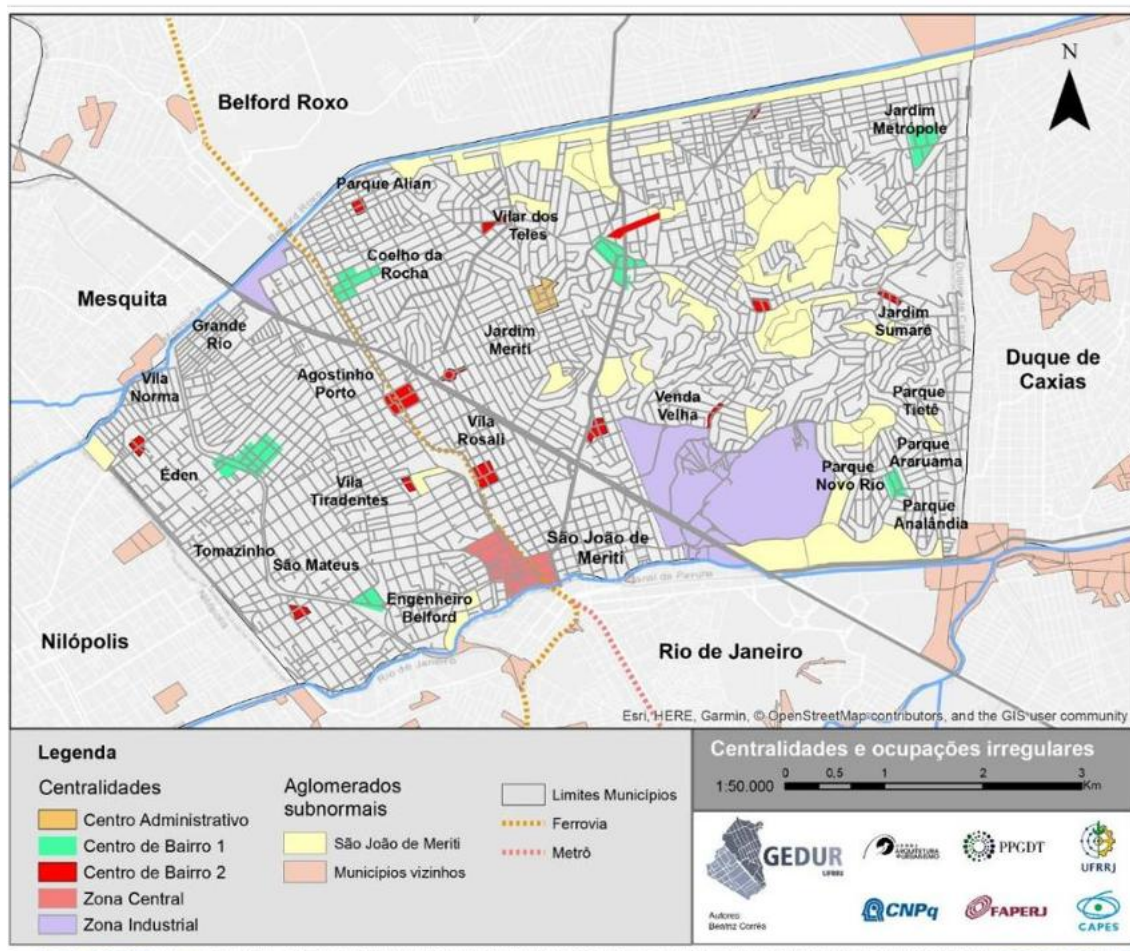


Figura 13. Mapa viário com bairros, regiões e centralidades. Fonte: <http://gedur-ufrj.net.br/producao-cartografica/>. Acesso em 25/06/2025.

Observe com atenção o mapa fotográfico de satélite de São João de Meriti acima e preencha a ficha a seguir:

1. Descreva os três mapas.
2. Bairros da cidade que aparecem em cada mapa.
3. Identifique o bairro da sua escola.
4. Escreva o nome do bairro que você reside, mesmo que não apareça no mapa.
5. Há áreas verdes na cidade, ou seja, florestas ou serras?
6. Pesquise as seguintes informações sobre a cidade:
 - * população, área do município, indústrias, comércios...
 - *Quantidade de escolas e hospitais do município
7. Considerando a sua opinião, que conclusão pode se chegar sobre a ocupação e urbanização da cidade?

3.1.2. Jogando com as escalas: acesso à terra e a ocupação de São João de Meriti

A sequência didática a ser apresentada visa à compreensão do processo de aquisição de terrenos, chácaras e grandes extensões de propriedades rurais com a criação da Lei de Terras em 1850, cuja consequência principal foi e continua sendo o acesso à terra pela população mais pobre, pois a terra somente poderia ser comprada.

No período colonial brasileiro, o acesso à terra se dava através de sesmarias - terras doadas de papel passado pelo rei português, com exigência de que fossem cultivadas - e a população pobre e livre poderia receber uma pequena parcela de terra de uma grande propriedade, apenas para morar e alimentar a sua família. Em 1823, no Brasil independente e imperial, D Pedro I proibiu novas doações de sesmarias, mas não houve qualquer lei ou regra sobre apropriação, ocupação ou posse da terra pela população. Na ausência de uma regra geral que comprovasse o título de propriedade, tanto rico como pobres poderiam ter a terra confiscada.

Já no Segundo Império, o debate acerca da propriedade e acesso à terra estava se ampliando no senado. Havia senadores que se preocupavam com a possibilidade da ampla posse da terra por escravizados e pobres livres, poucos defendiam o acesso amplo à terra. A pressão dos latifundiários e escravocratas culminou em vitória: a “Lei de terras” foi decretada em 1850 ficando definido que as terras devolutas, terras públicas e terras não ocupadas só poderiam ser adquiridas pela compra, inviabilizando a ocupação e posse de terras pela população mais pobre. A lei também criminalizou quem ocupasse terras públicas. Assim, essa opção de acesso à terra legitimou os interesses de latifundiários e assegurou a concentração de terra no país, aumentando a desigualdade social. Consequências dessa lei são vistas até hoje na sociedade brasileira.

Assim como diversas partes do país, São João de Meriti em tempos que seu território pertencia a antiga Vila de Iguaçu, possuía seu território tomado de sesmarias que foram “legalizadas” com a Lei de Terras. Eram fazendas e engenhos que estavam ligados ao circuito comercial da província, abastecendo a capital com farinha de mandioca, milho, feijão, açúcar e aguardente a capital da província. Em meados do século XIX, há pequenos vilarejos em torno da sede das fazendas, dos pequenos portos ao longo do rio Meriti e da Matriz de São João Batista. Devemos considerar que a chegada da ferrovia vai atrair moradores para o seu entorno, modificando e definindo os rumos do então distrito de São João de Meriti ao longo do século

XX.

A seguir, a proposta de atividade contemplando a Lei de Terras e o acesso a terra em São João de Meriti. A atividade consiste na análise de dois documentos: A lei de terras e a fragmentação das fazendas engenhos de São João e Meriti.

Documento 1 – Lei de Terras 1850

D. Pedro II, por Graça de Deus e Unânime Aclamação dos Povos, Imperador Constitucional (...) do Brasil: Fazemos saber a todos os Nossos Súditos, que (...) Nós queremos a Lei seguinte:

Art. 1º Ficam proibidas as aquisições de terras (...) por outro título que não seja o da compra. (...)

Art. 2º Os que se apossarem de terras devolutas ou alheias, e nelas derrubarem matos ou lhe puserem fogo, serão obrigados a despejo, com perda de bem feitorias, e de mais, sofrerão a pena de dois a seis meses de prisão e multa de 100\$(...).

Fonte: https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/10601-1850.htm, acesso em 07/08/2025.

Documento 2 – “Retalhamento” de terras em São João de Meriti

A crise da mão de obra nas fazendas e engenhos do século XIX e construções de ferrovias com paradas nas decadentes fazendas, o assoreamento do rio Meriti (importante via para o transporte e escoamento de gêneros agrícolas) modificaram a ocupação do território meritiense, essas propriedades já não possuíam o esplendor econômico para seus proprietários. Era necessária uma forma de obter lucro com tais terras improdutivas e decadentes. A “retalhação”, ou seja, a divisão em lotes e terrenos dessas fazendas se tornou um negócio bastante lucrativo para os herdeiros das antigas unidades produtoras, principalmente nas áreas distantes de mangues ou brejos, onde passava a estrada de ferro Rio D’Ouro além daquelas que possuíam caminhos para a região central do distrito. Várias companhias loteadoras se instalaram em São João de Meriti, abarcando primeiramente a região próxima às ferrovias e o centro, e em seguida as terras do leste, cuja a maior parte pertencia a família Telles, e a fazenda do Brejo. A população era atraída pela proposta e facilidades no financiamento do terreno, mesmo que o acesso água e luz era praticamente inexistente. Assim também para a municipalidade, que via uma forma de recolher impostos. (Rocha, 2000 et Monteiro, 2016).

Após a leitura dos documentos, apresenta-se as seguintes sugestões de atividades:

- 1- Qual o assunto do documento 1?
- 2- Há consequências da criação da “Lei de Terras” para a população pobre? Explique sua resposta.
- 3- Estabeleça uma relação entre o documento 1 e o documento 2.
- 4- No documento 2 há uma explicação sobre o modo como o território viria formar a cidade de São João de Meriti. Escreva esse trecho.
- 5- Faça uma breve pesquisa e escreva um pequeno texto sobre loteamentos ou empreendimentos imobiliários existentes na cidade de São João de Meriti.

3.1.3 – Loteamentos de São João de Meriti: ocupação e formação dos bairros, Vila Rosaly e Éden.

Como dissemos anteriormente, São João de Meriti tivera todas as suas áreas agrícolas loteadas, principalmente no início do século XX. A concomitância entre as decadentes fazendas e os preços atrativos e a proximidade com o Rio de Janeiro (neste momento capital federal) foi o ambiente para o surgimento de diversas empresas loteadoras que se estabeleceram no lugar, facilitando a venda e o estabelecimento de pessoas que chegavam do interior do Rio de Janeiro, de outras partes da Baixada Fluminense e até mesmo de outros países, São João de Meriti foi o lar de portugueses, espanhóis, e libaneses e judeus.

Para o estudo da formação dos bairros Vila Rosaly e Éden, propomos mobilizar as seguintes habilidades propostas pela BNCC:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.

(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

Assim, apresentamos ao estudante do 9º ano as principais áreas de loteamentos que tiveram presença no passado da cidade, com a utilização da produção historiográfica existente, imagens fotográficas antigas, mostrando também a relação com os meios de transporte, a ferrovia principalmente, pois a maioria dos habitantes que adquiriram lotes trabalhavam na cidade do Rio de Janeiro e precisavam de acesso rápido ao transporte. Este ponto pode levar o aluno a compreender como está a cidade hoje, levando a uma reflexão sobre as condições em que se apresenta a sua cidade, mas compreendê-la a partir da sua historicidade, um tanto esquecida, evitando as explicações e dependências exclusivas da cidade do Rio de Janeiro.

Loteamento “Villa Rosaly”

Documento 1 – Origem e localização do loteamento

O bairro Vila Rosali localizado bem próximo ao centro da cidade se desenvolveu a partir da Fazenda Carrapato, de propriedade de Rubens Farrula, médico-cirurgião, adquirida da família Tavares Guerra. Era uma grande extensão de terra que compreendia aos atuais bairros de Vila Rosali, Vila Tiradentes, uma pequena parte Agostinho Porto e a região central de São João de Meriti. A empresa tinha como nome “Farrula & C. Ltda” e a companhia loteadora possuía denominação “Territorial Lar Econômico”. No processo de divisão e comercialização dos lotes, toda a região ganhou o nome de Rosaly em homenagem a sua esposa. Com a passagem da Estrada de Ferro Rio D’Ouro em fins do século XIX, Farrula conseguiu desviar o traçado da ferrovia do seu leito original para o interior de sua propriedade, tornando o território

da fazenda ainda mais valorizado. No loteamento havia um escritório de vendas, na Avenida Fluminense que ainda permanece presente, assim como o nome da avenida. NEIVA, Luciana. **Redescobrimdo São João de Meriti**. Curitiba: Appris, 2017.

Documento 2- A Depressão de 1929 e loteamento de Villa Rosaly

A “quebra da Bolsa de Nova York em outubro de 1929 gerou uma grande crise no mundo capitalista. No Brasil, a grande crise econômica produziu intensa queda nas exportações de café. Naquele ano, o país produziu 29 milhões de sacas de café, mas só conseguiu vender metade e com o preço reduzido. A crise arruinou cafeicultores e deixou muitos trabalhadores sem emprego nas cidades, diminuindo também o poder de compra.

A retração econômica imposta pela crise atingiu o mercado de trabalho em todo o país, trazendo como consequências a inadimplência, principalmente aos trabalhadores assalariados. O Dr. Rubens Farrula, proprietário da empresa “Farrula & C. Ltda” que comercializava terrenos do Loteamento Villa Rosaly, não permitiu que pessoas pobres que havia adquirido lotes de sua propriedade viesse a perdê-los, oferecendo não só anistia daqueles meses atrasados, como também financiamento do material de construção. (NEIVA, Luciana. **Redescobrimdo São João de Meriti**. Curitiba: Appris, 2017).

Documento 3 – Casas e terrenos em “Villa Rosaly” em 1932: observa-se muitas casas prontas e terrenos posteriormente ocupados.

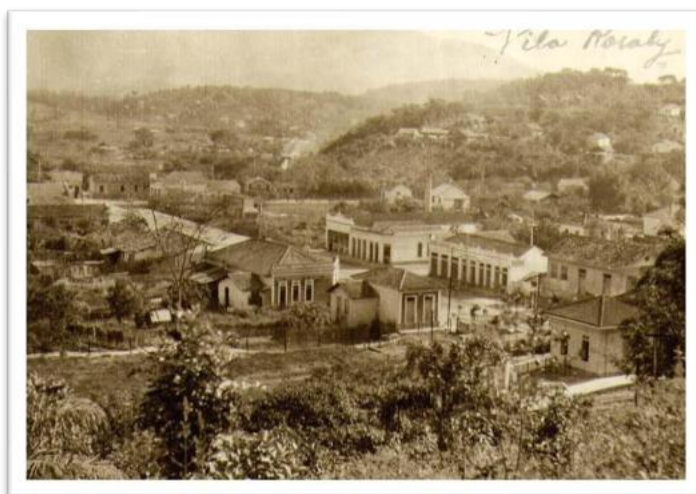


Figura 14. Vila Rosaly, 1932. Fonte: NEIVA, 2017. Acervo IPAHB.

Documento 4 – Escritório da empresa Territorial Lar Econômico do DR. Rubens Farrula – Loteador da Vila Rosaly



Figura 15. Dr. Rubens Farrula (no alto, o quarto da esquerda para direita) e funcionários do escritório de vendas de terrenos da “Lar Econômico”. Fonte: <https://www.saojoaodemeriti.rj.leg.br/comunicacao/fotos/fotos-historicas/8-1930-escritorio-da-empresa-territorial-lar-economico-do-dr-rubens-farrula-loteador-da-vila-rosaly-e-de-coelho-da-rocha-na-foto-dr-arruda-negreiros-e-dr-rubens-farrula.jpeg/view>. Acesso em 02/11/2025.

Documento 5 – A casa que era utilizada como como escritório da empresa de loteamentos na atualidade. Em seguida, um infográfico, abordando uma comparação em dois momentos da história Territorial Lar Econômico na década e de 1920 e em 2005.



Figura 16. Antiga sede da “Territorial Lar Econômico”. Fonte: <https://www.google.com.br/maps>, acesso em 15/09/2025.

Infográfico:

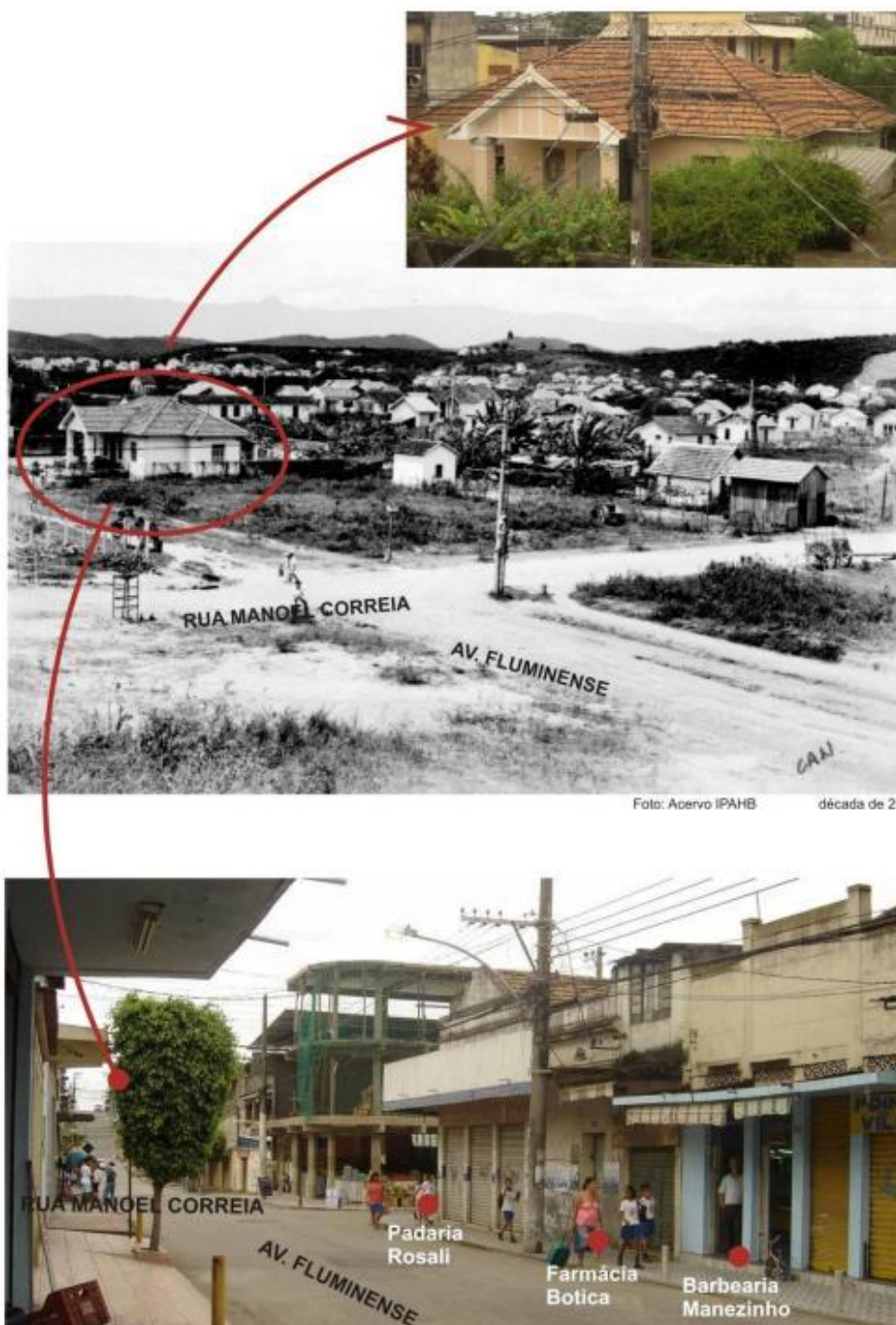


Figura 17. Acima, casa da sede do loteamento do bairro de Vila Rosaly em 2005; no meio, cruzamento da Av. Fluminense com a Rua Manoel Correia na década de 20 com detalhe da sede e lotes com construções. Abaixo o mesmo cruzamento em 2005. Provavelmente a casa é utilizada com fins residenciais.

Fonte: NEIVA, Luciana. Redescobrimo a cidade de São João de Meriti. Disponível em: pp.uff.br/riuff/bitstream/handle/1/23855/LUCIANA%20NEIVA%20MOREIRA%20-%20PARTE%20I.pdf?sequence=1&isAllowed=y. Acesso em 30/08/2025.

Documento 6 – Vídeo documentário “As vidas de Rubens Farrula Rosaly (Vila Rosaly)”. O documentário aborda duas personalidades de São João de Meriti, o casal Rubens Farrula e Rosaly responsáveis pelo loteamento que deu origem ao bairro Vila Rosali.



Figura 18. Uma cena do documentário exibindo uma fotografia de Rubens Farrula em seu escritório de vendas de lotes e terrenos em Vila Rosali. CRÔNICA DE SÃO JOÃO DE MERITI – SÃO JOÃO PASSADO LIMPO. As vidas de Rubens Farrula e Rosaly. Youtube, 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMk1G_pl9Oc, Acesso em 15/09/2025.

Documento 7 – Vila Rosali: lotes para construção de casas, comércio e ... cemitério judaico.

Além de atrair pessoas que desejavam ter a sua casa própria, adquirindo um terreno, com prestações facilitadas, acesso ao transporte ferroviário e bem próximo ao Rio de Janeiro, àquela época Distrito Federal, Vila Rosali foi o lugar do assentamento de um cemitério judaico, assim como de judeus que adquiriram terrenos, e abriram padarias e comércio nas proximidades. O Cemitério Israelita de Vila Rosali foi fundado em outubro de 1920 e se situa junto a estação de Vila Rosali. No mesmo cemitério se encontra o mais antigo memorial do holocausto das Américas. Em seu interior, foi enterrado várias barras de sabão supostamente confeccionadas com a gordura corporal de prisioneiros. O enterro “simbólico” que ocorreu em

1947 mobilizou mais de cinco mil pessoas, que saindo da capital formaram uma grande carreata até chegar ao cemitério de Vila Rosaly. Há também aqueles que preferiram ir de trem, descendo à estação de Vila Rosali, de frente ao portão do cemitério.

Fonte: CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA ROSALI. In: WIKIPEDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cemit%C3%A9rio_Israelita_de_Vila_Rosali. Acesso em: 15/09/2025.

Após a leitura dos documentos, há as seguintes sugestões de atividades:

1- Observe e leia atentamente todos os documentos relacionados à formação do bairro Vila Rosali. Em seguida, elabore uma linha do tempo com todas as informações contidas nos documentos.

A atividade relaciona-se aos seguintes objetivos:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

2- No documento 1, há uma citação sobre a antiga Estrada de Ferro Rio D'Ouro, uma antiga estrada de ferro que cortava a região de Vila Rosaly. A ferrovia foi um atrativo para quem estava se estabelecendo no bairro.

a) Pesquise e escreva sobre a ferrovia e sua importância para os meritienses na atualidade.

b) O seu bairro tem acesso à transporte público? Explique a sua resposta.

A atividade relaciona-se ao seguinte objetivo:

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

3- Considere o Documento 2 e Documento 6 para responder às questões abaixo:

a) A Grande Depressão de 1929, também conhecida como a “Quebra da Bolsa de Nova York”

causou desemprego, fome e até mesmo perda de terras. A crise do capitalismo não se restringiu somente aos Estados Unidos: No Brasil, cafeicultores foram à falência com a paralisação das exportações de café, trabalhadores brasileiros perceberam o aumento dos preços dos alimentos. Descreva ou apresente as principais ações do governo brasileiro para diminuir os efeitos da crise causada pela Grande Depressão.

b) Os lotes e terrenos da Territorial Lar Econômico, empresa loteadora de Vila Rosali mediou ações relacionadas as consequências da quebra da Bolsa de Nova York no Brasil. Descreva estas ações.

c) A denominação de Vila Rosaly está relacionada ao poder econômico e político local da família Farrula. O lugar se constitui em estreita relação com a atuação das elites locais. O **documento 6** apresenta Rubens Farrula não apenas como “um empresário do ramo imobiliário (venda de terrenos), mas um indivíduo com ligações políticas que se materializa no seu poder e influência local. Apresente as principais ligações de Rubens Farrula com autoridades da época e explore com suas palavras a relação entre o nome do bairro, Vila Rosali, com o poder da família Farrula.

As atividades se relacionam aos seguintes objetivos:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

(EF09HI10) Identificar e relacionar as dinâmicas do capitalismo e suas crises, os grandes conflitos mundiais e os conflitos vivenciados na Europa.

4. Observe os **documentos 3 e 4** e responda corretamente o que é solicitado:

a) Compare a fotografia que compõe o documento 3 com o bairro Vila Rosali de hoje. Quais as mudanças e permanências que podem ser apontadas? Você pode utilizar o aplicativo “Google Maps” para responder a questão, visualizar pela janela do ônibus ou andar a pé.

b) Apresente uma opinião sobre a seguinte frase: “Há apenas um negro na fotografia do escritório do Dr. Rubens Farrula.”

A atividade relaciona-se ao seguinte objetivo:

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

3.2 - PROPOSTA 2: Conhecendo o nosso bairro

As atividades a seguir estão divididas em dois blocos: “**Meriti na Escola**”, na qual haverá seminários e apresentações sobre bairro Vila Rosali, comentando o vídeo e, se possível, o autor. A apresentação será dedicada para alunos do 9º e 8º anos, se possível a 1º série do ensino médio. O objetivo central da atividade o aprofundamento e reflexão sobre o processo de loteamento, a formação e a transformação do espaço ao longo do tempo.

O segundo bloco será denominado “**Escola na Rua**”, onde será realizada uma visita de campo na qual o aluno estará atento à sensibilidade do lugar. Poderá observar, refletir sobre as características do bairro, possibilitando o conhecimento das temporalidades ali implicadas.

Meriti na Escola

1- Organização da primeira atividade: exibição do documentário **As vidas de Rubens Farrula e Rosaly** (documento 6). Após a exibição, faremos uma breve apresentação sobre o autor do documentário e o processo de produção do mesmo. O professor poderá perguntar aos alunos se conhecem o bairro, a exemplo o Colégio Estadual Rubens Farrula, os cemitérios – geral e israelita – a ferrovia e os moradores que aparecem no documentário. O loteamento deverá ser abordado, considerando a relevância para a formação do bairro, como os lotes, as quadras e as ruas. Pensar nas mudanças e permanências constituintes do lugar e ação de diversas pessoas (primeiros moradores), que apesar de não estarem presentes na história oficial do município, por isso sua importância para a história local.

Atividade-roteiro do documentário.

- Nome do documentário:
- Autor:
- Assunto:
- Qual era a atividade econômica de Rubens Farrula? Que relação essa atividade tem com o bairro Vila Rosali?
- A ferrovia possui um destaque na primeira parte do documentário. Por quê?
- Havia alguma relação entre Rubens Farrula e a política nacional dos anos 1930?? Comente.
- Por que Rosaly não aparecia nos diversos eventos políticos que seu marido Rubens Farrula participava?
- Quais os cemitérios que são mencionados no documentário?
- Qual a importância do canal do Youtube “Crônicas de Meriti” para a história de São João de Meriti? Escreva sua opinião.

As atividades se relacionam aos seguintes objetivos:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive.

2- (EF09HI13) e (EF09HI16). Em uma segunda aula haverá uma atividade ligada a ocupação judaica em Vila Rosali. Como explicitado no **documento 7**, não somente moradias se estabeleceram no loteamento Vila Rosali: uma associação israelita adquiriu um grande terreno para construir um cemitério para a comunidade judaica instalada na cidade do Rio de Janeiro. Com base nas informações apresentadas e no blog “ROITBLOG – Considerações sobre História do Rio de Janeiro e dos Judeus no Rio de Janeiro, edição em vídeo, informática, fotografia e outras tralhas – [http:// https://roitblog.blogspot.com/](http://https://roitblog.blogspot.com/)”, desenvolva as questões abaixo:

- a) Pesquise a localização (rua e número) do cemitério israelita de São João de Meriti.
- b) Qual seria um motivo para a aquisição do terreno e posterior construção do cemitério em Vila Rosali?
- c) Segundo o blog e o **documento 7**, houve outras ocupações judaicas em Vila Rosali, além do cemitério. Comente a informação, verificando a presença atual em Vila Rosaly.
- d) Leia o pequeno texto abaixo:

“A Solução Final”: Fábricas de Morte

Em 1942, os líderes nazistas decidiram matar todos os judeus que pudessem. Eles chamaram seu plano de “solução final” e construíram campos de extermínio especialmente para essa finalidade.

Já existiam na Alemanha há alguns anos campos de concentração, locais onde faziam prisioneiros trabalharem como escravos, mas os campos de extermínio foram uma “novidade” introduzida em 1942. Os campos de extermínios eram verdadeiras “fábricas de morte”. Assim que chegavam aos campos, velhos, doente e crianças eram mandados imediatamente para a morte em câmaras de gás, sem que soubessem disso. Em Auschwitz eram mortas cerca de 6 mil pessoas por dia, os prisioneiros eram vítimas das piores humilhações e maus-tratos, experimentos com substâncias letais, tratamentos em anestésias além de doenças causadas pela falta de higiene.

Calcula-se que nesses campos de concentração foram mortos cerca de 6 milhões de judeus.

Fonte: Boulos Júnior, Alfredo História sociedade & cidadania: 9o ano: ensino fundamental: anos finais / Alfredo Boulos Júnior. -1. ed. -- São Paulo: FTD, 2022.

- Qual a diferença entre campo de concentração e cos campos de extermínios?
- O extermínio de judeus ficou conhecido como Holocausto. Há referências sobre o Holocausto em Vila Rosali? Explique sua resposta.
- Relacione o **documento 7** ao texto “A Solução Final”: Fábricas de Morte.

A atividade relaciona-se aos seguintes objetivos:

(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação.

Escola na Rua

1- A atividade tem como objetivo a visita a dois pontos do bairro Vila Rosali: a Avenida Fluminense — principal via do bairro — e o Cemitério Israelita de Vila Rosali. O primeiro ponto de parada será a Avenida Fluminense, onde será realizada a observação externa da casa que, na década de 1920, servia como sede da empresa loteadora de Rubens Farrula, além das residências e estabelecimentos comerciais do entorno. O planejamento das visitas será elaborado previamente, contando com ampla participação dos alunos na organização e registro do processo. À equipe pedagógica da escola caberá a definição dos aspectos técnicos: escolha do melhor dia e horário, transporte (ônibus) e consulta aos demais professores, especialmente aqueles que residem na região. Após a elaboração do planejamento, será feita uma breve revisão da proposta “Meriti na Escola”, com o intuito de realizar possíveis ajustes ou complementações necessárias antes da execução da atividade. A seguir, um mapa contendo a distância a ser percorrida entre a escola e o primeiro ponto.

feito à pé também, atravessando apenas uma passarela. Antes de ir ao cemitério, foi solicitado aos alunos que tirassem fotos do cruzamento da Avenida Fluminense com a Rua Manuel Corrêa.

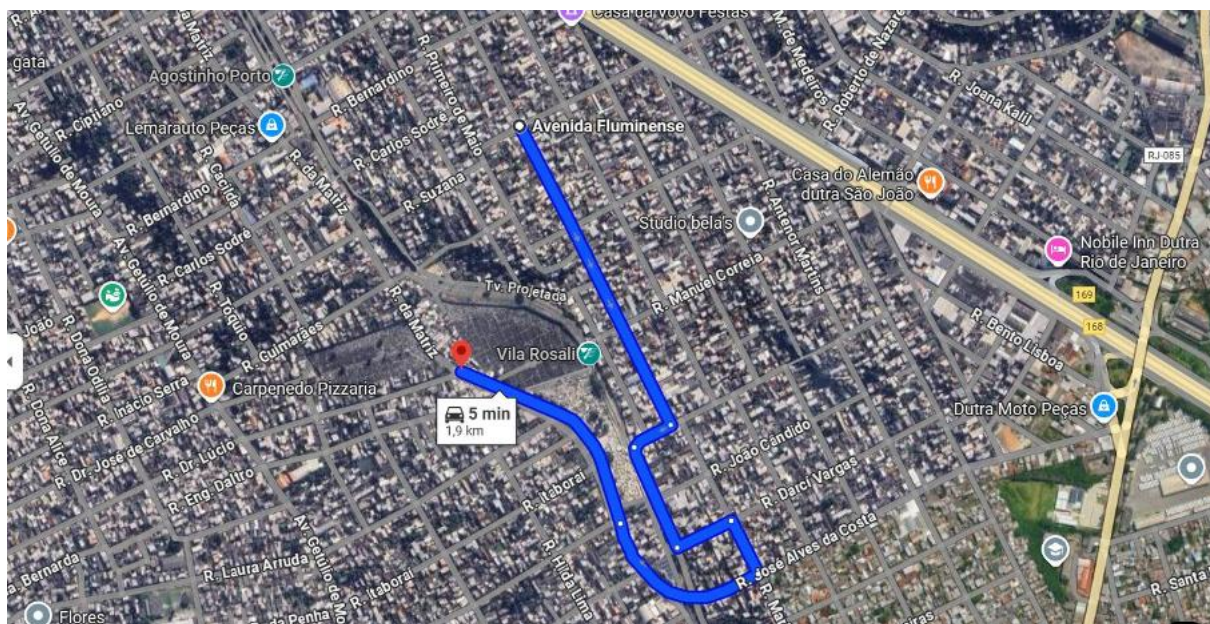


Figura 20. Mapa contendo a rota ser utilizada pelo ônibus entre a Avenida Fluminense, no centro do bairro de Vila Rosali, ao Cemitério Israelita. Fonte: <https://www.google.com.br>. Acesso em 02/10/2025.

- Qual o nome da instituição que mantém o cemitério?
- Qual a relação do cemitério com a ferrovia?
- Há um museu no interior do cemitério, como se chama? Qual a sua finalidade?
- Foi observado um grande cano beirando a Avenida da Matriz, beirando o muro do cemitério municipal e o israelita. Qual a finalidade de desse encanamento?
- Foi fotografada a esquina da Avenida Fluminense com a Rua Manuel Corrêa. Essa esquina possuía uma padaria que produzia alimentos judaicos. O que há atualmente?
- Qual a relação podemos fazer do cemitério israelita, Bairro Vila Rosaly e a aula sobre Segunda Guerra Mundial?
- Após a visitação, reflita: “São João de Meriti foi formada a partir de loteamentos que atraíram pessoas de outros países e origens”.
- Faça uma breve pequena pesquisa, escrevendo em torno de cinco linhas, sobre a Declaração Universal dos Direitos Humanos.
- Que relação há entre Direitos Humanos e o Memorial das Vítimas do Holocausto no Cemitério Israelita de Vila Rosaly?

As atividades se relacionam aos seguintes objetivos:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

(EF09HI13) Descrever e contextualizar os processos da emergência do fascismo e do nazismo, a consolidação dos estados totalitários e as práticas de extermínio (como o holocausto).

(EF09HI16) Relacionar a Carta dos Direitos Humanos ao processo de afirmação dos direitos fundamentais e de defesa da dignidade humana, valorizando as instituições voltadas para a defesa desses direitos e para a identificação dos agentes responsáveis por sua violação

Loteamento Itinga, do inferno ao paraíso: a história e formação do bairro de Éden

Documento 1 – Origem e localização

O bairro de Éden está localizado em São Mateus, terceiro distrito de São João de Meriti, próximo ao centro da cidade. Atualmente é um bairro populoso, com muitas escolas, igrejas, e uma ferrovia para transporte de cargas, que outrora transportou muitos passageiros, com estação própria, mas após a desativação do transporte de passageiros na antiga “Linha Auxiliar”, como era chamada a ferrovia, infelizmente foi destruída, restando apenas vestígios de uma parede. Entre 1994 e 1998, passava pelos trilhos de Éden o antigo “Trem de Prata”, um trem de passageiros de luxo que ligava o Rio de Janeiro à São Paulo, sendo o último serviço de passageiros a passar naquela região. A importância do bairro é destacada pela grande circulação de pessoas, pois há um acesso direto a cidade de Nilópolis e a Via Light, via expressa que liga Pavuna à Nova Iguaçu e a presença de um terminal rodoviário.

A proximidade com Nilópolis pode ser explicada pela história da origem do bairro: no século XIX, a localidade fizera parte da antiga fazenda São Matheus. Em 1916, Nilópolis se tornou 7º distrito de Nova Iguaçu, as terras da antiga fazenda de São Mateus ficaram dividida com o 4º distrito, São João de Meriti.

Contudo, a região que deu origem ao bairro teve um nome anterior, ligada a toponímia

indígena: “Itinga”, que significa água branca. Havia um poço que abastecia algumas casas com suas águas límpidas e claras. Porém o que chama a atenção foi a mudança do nome de Itinga para Éden: uma lenda que circulava na década de 1920-30 da chamada “Bruxa de Itinga”. A notícia incrustada de sensacionalismo dos principais jornais da época informava que havia uma mulher que “amaldiçoou o lugar e viam a bruxa em um carro preto com demônios, desaparecendo na escuridão da noite”.

O imaginário popular associou a morte do filho de um jornalista à maldição de “tal bruxa”, com isso mudou-se o nome do bairro para Éden, “para redimir o nome do lugar”. Em outras versões, há uma motivação ligada à empresa de loteamento do lugar, que através da mudança do nome poderia facilitar a venda de lotes e atrair moradores. Uma outra versão nos conduz a inauguração da estação de trem da Linha Auxiliar – Estrada de Ferro Central do Brasil com o nome de Éden. Ao que parece, independente das versões aqui mencionadas, as mudanças de nomes de bairros, cidades, estações de trem e ruas têm ligação com a novidade, atraindo olhares para moradores e comerciantes que poderiam se estabelecer ali.

Em se tratando dos loteamentos, a empresa Parque Fluminense, propriedade da Garantia Lar Limitada que oferecia venda de terrenos na região de Itinga. A empresa tinha como proprietário Dr. Bernardino Teixeira. O escritório de venda localizava-se na cidade Nova Iguaçu, também na Baixada Fluminense.

Documento 2 – Fotografia da estação ferroviária de Itinga/Éden 1932 ao lado de lotes e casas construídas.



Figura 21. À esquerda a estação ferroviária, em torno da mesma casas e terrenos da loteadora “Parque Fluminense”. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/eden.htm, acesso em 02/10/2025.

Documento 3 – As ofertas de lotes e terrenos em São João de Meriti atraíam pessoas que não conseguiam estabelecer moradias na capital. A proximidade com a ferrovia era um atrativo forte e as empresas loteadoras aproveitavam-se da vantagem do transporte e, como consequência acesso a capital.



Figura 22. Propaganda de loteamento próximo à estação, em 8/5/1930. Fonte: http://www.estacoesferroviarias.com.br/efcb_rj_auxiliar/eden.htm, acesso em 02/10/2025.

Documento 4 – Depoimentos de antigos moradores sobre a formação do bairro de Éden:

- Aristolina Maria da Silva – 78 Anos, cunhada de Dr. Bernardino Teixeira, um dos fundadores de Éden, que iniciou a venda de terrenos em 1927, com um loteamento denominado Parque Fluminense: Trabalhou 18 anos nos correios do Centro de São João de Meriti e nos conta que a agência filial de Éden foi inaugurada em 1934. Também menciona que os alimentos vendidos no principal armazém de “Secos e molhados” do bairro vinham de São Mateus, o leite de Nilópolis e a água em carros pipas de Agostinho Porto. Com a chegada da rede elétrica, sua casa foi uma das primeiras a se beneficiar. Recorda da Escola Municipal Itinga, inaugurada em 1933, em cujo prédio instalou-se mais tarde o Grêmio Recreativo de Éden.
- Jacinta Bianchi de Genaro – 81 anos, chegou em Itinga em 1927 com seu marido Luiz Genaro. Conta-nos que Itinga era mato, brejo e não tinha luz. Havia apenas um trem que passava de duas em duas horas e nem estação havia, pois só foi construída em 1933. Seu marido foi o primeiro comerciante do local, possuindo uma loja de “secos e molhados” e uma indústria de cerâmica. Foi o senhor Genaro que em 1935, organizou o primeiro carnaval, construindo um coreto na praça.

Fonte: NEIVA, Luciana. Redescobrimos São João de Meriti. Curitiba. Appris. 2017.

Documento 5 - Vídeo documentário “Bruxa de Itinga - a inquisição extemporânea em São João”. O documentário retrata uma mulher que foi considerada curandeira/feiticeira pelos habitantes de Itinga, primeiro nome de Éden, e o sensacionalismo produzido pela imprensa da época.



Figura 23. Uma cena do documentário exibindo o título do documentário e a mulher acusada de “bruxaria”. CRÔNICA DE SÃO JOÃO DE MERITI – SÃO JOÃO PASSADO LIMPO. Bruxa de Itinga - a inquisição extemporânea em São João. Youtube, 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMk1G_pl9Oc, Acesso em 15/09/2025.

Documento 6 – O mapa atual de Éden através de um aplicativo com imagens de satélite. Observa-se um bairro densamente povoado, com ruas e quadras definidas. Nota-se a inexistência de áreas verdes ou parques. A ferrovia existe apenas para trens cargueiros.

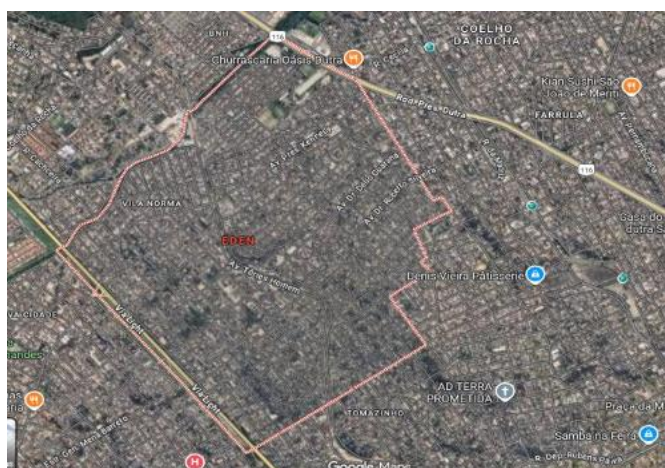


Figura 24. O Bairro de Éden através do Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 15/10/2025.

Atividades

1-. Cartografia e História Local: a modificação do espaço urbano em Éden. O roteiro abaixo deve ser seguido:

- Os alunos deverão ser divididos em grupos.
- Serão entregues aos alunos mapas atuais de Éden
- Deverão os alunos observar todos os documentos apresentados, em especial os **documentos 1 e 4**.
- Os alunos devem comparar a **ocupação do solo**, identificando ruas, ferrovias e casas e comércio.
- Produto final: A produção de um mapa digital ou em cartolina, mostrando o crescimento do bairro a partir do loteamento, contendo um “antes e depois”.

A atividade relaciona-se ao seguinte objetivo:

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

2- A ferrovia foi um importante para o transporte de carga e passageiros em geral. No século XX, teve papel decisivo na formação de bairros, cidades e centros comerciais. Responda as questões a seguir, observando os **documentos 1,2 e 3**:

- a) Apresente um argumento sobre a relação entre a ferrovia e a empresa loteadora Parque Fluminense.
- b) Atualmente, a ferrovia é o principal meio de transporte no bairro de Éden? Justifique a sua resposta.

A atividade relaciona-se ao seguinte objetivo:

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

3- “Traços Femininos de Éden”: esta atividade consiste em pensar a invisibilidade da mulher nas narrativas locais, desde a origem do bairro. Todos os documentos podem ser consultados

para esta atividade, em especial o **documento 5**.

a) Primeiro momento: cada aluno deve fazer uma lista de “mulheres que poderiam ter participado da história de Éden – donas de lotes, moradoras, pioneiras, líderes comunitárias, rezadeiras, professoras, dona de comércio entre outras ocupações.

b) Em seguida, em duplas ou trios, que cada grupo escolha uma dessas personagens do bairro e crie um **breve relato de vida**, considerando:

- Em que década ela vive (por exemplo 1920- 30, 1940-50, 1960-70, 1990)
- Como ela chegou ao bairro (por migração interna, por herança, por compra de lote, etc.)
- Que desafios enfrentou (acesso à terra, transporte, infraestrutura, discriminação de gênero)
- Depois, proponha que cada dupla apresente oralmente sua personagem, e a turma debata:
- Que memória (objetos, documentos, espaços) essa mulher deixaria — por exemplo: certificados escolares, fotos, planta de lote, anotações em cadernos etc.

c) Depois, proponha que cada dupla apresente oralmente sua personagem, e a turma debata:

- Quais condições estruturais (urbanísticas, econômicas, sociais) favoreceram ou dificultaram que mulheres participassem da ocupação e do crescimento do bairro?
- Por que muitos relatos locais acabam “apagando” ou omitindo essas mulheres?
- Que tipo de fonte histórica (documentos oficiais, registros paroquiais, arquivos familiares, jornais antigos, entrevistas orais, fotos) poderia ajudar a reconstruir essas histórias femininas locais?

d) Sobre a participação política e luta das mulheres por cidadania no Brasil, pesquise e responda:

- A mulher que estudou na Europa e trouxe para o Brasil a experiência da luta feminina pelo direito ao voto.

- Quando a mulher teve o direito ao voto reconhecido em lei e quem foi a primeira deputada federal eleita no Brasil.
- Quais foram as primeiras vereadoras eleitas após a emancipação de São João de Meriti.

e) Sobre o **documento 5**: Explicite sua opinião sobre a seguinte frase “Se a mulher não fosse casada, ou ainda sim morasse sozinha, não se enquadrando na “mulher do lar” que tipificava a mulher na primeira metade de século XX, sofria muitos preconceitos.

A atividade relaciona-se ao seguinte objetivo:

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

4- Atividade: Conhecendo o nosso bairro – Éden. A atividade visa trazer ao aluno o sentido de pertencimento ao lugar, desenvolvendo o pensamento histórico e o uso de fontes e espaço urbano como objetos de estudo na aula de história.

a) Aula com exibição do vídeo “Bruxa de Itinga” e análise dos documentos apresentados.

b) Discussão e debate sobre a origem da ocupação do bairro:

- Por que o bairro recebeu esse nome?
- Que tipo de pessoas vieram morar aqui?
- Que transformações podemos ver nas ruas e construções?

c) Planejamento coletivo:

- Escolher os pontos a visitar
- Definição dos papéis (fotógrafos, entrevistadores, desenhistas, anotadores).
- Apoio: a escolha do transporte e documentação a cargo da unidade escolar.

d) Mapa com o caminho a ser seguido da escola até a Praça de Éden.

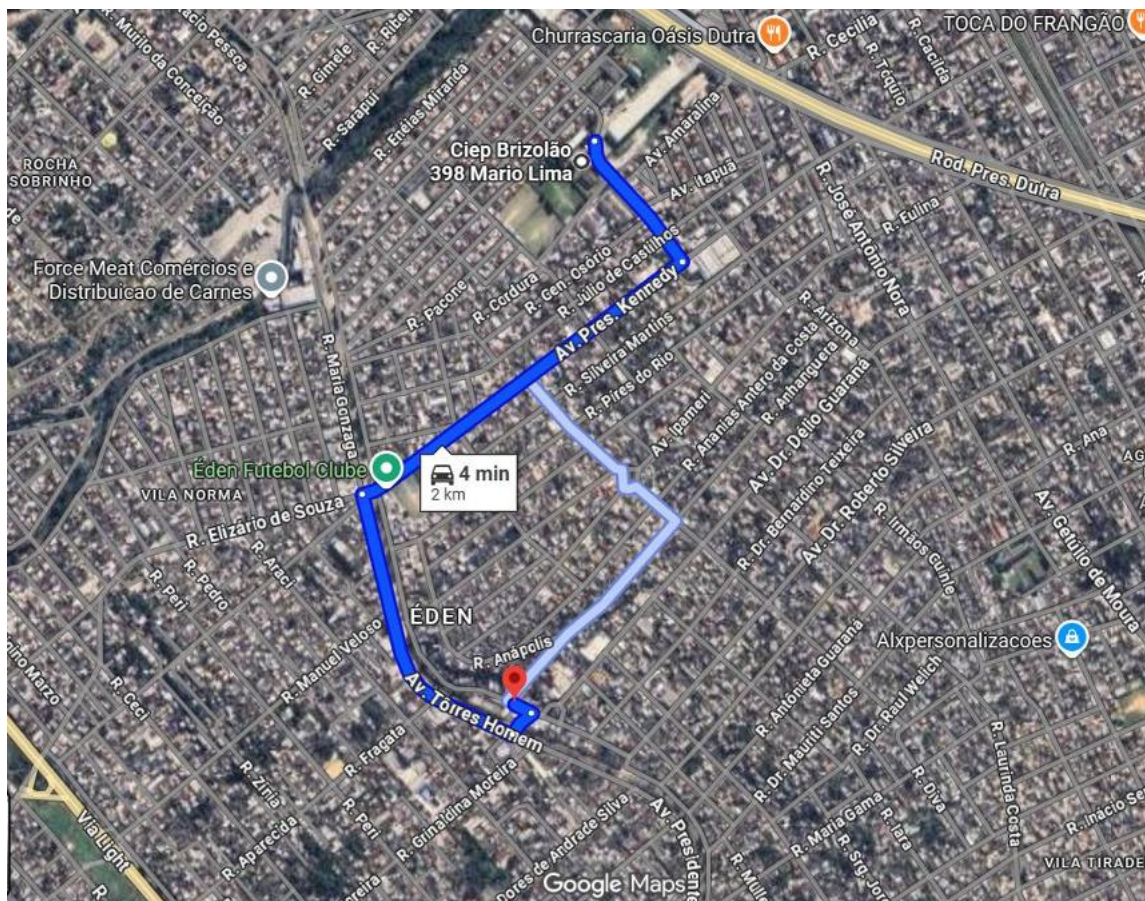


Figura 25. O caminho a ser seguido da escola até a Praça de Éden. O roteiro pode ser alterado ou novamente produzido pelos alunos. Disponível em: <https://www.google.com.br>, acesso em 15/10/2025.

e) Pontos para a observação:

- **Estação de Trem de Éden** (antiga Itinga); vestígios.
- **A principais Avenidas do bairro** (eixos de expansão urbana);
- **Igreja Católica de Éden** (marco comunitário e religioso);
- **Praça Central e áreas comerciais** (transformações recentes);
- Possíveis vestígios do antigo **loteamento de Itinga**.

Todos os alunos, individualmente ou em grupo deverão fazer a observação com registros fotográficos; poderão conversar com comerciantes e/ou moradores antigos, perguntando a origem, quando se estabeleceu no bairro e as principais mudanças ocorridas. Verificar também os espaços de sociabilidade e lazer, identificando se há patrimônios presentes em Éden.

d) Em sala de aula, após a atividade prática, serão apresentadas as seguintes perguntas aos

alunos:

- Quais as principais observações lhe chamaram a atenção?
- Quais os lugares com maior concentração de pessoas, por quê?
- Em Éden existem áreas arborizadas em praças e parques? Por quê?
- Segundo os moradores ou comerciantes da região, o que mudou com o passar dos anos?
- Identificaram construções antigas? Quais?
- Há moradores/comerciantes que ainda residem no Bairro?
- Estudamos o Governo Juscelino Kubitschek (1956-1961) e o seu projeto conhecido como “Desenvolvimentismo”, baseado na industrialização (produção de automóveis) e construção de estradas. Que relação podemos estabelecer entre essa política e o transporte de passageiros em Éden?

d) Produto final: Alunos deverão se organizar em grupo e fazer uma apresentação em meios digitais intitulada **“O Éden em transformação: história e memória do nosso bairro”**. A apresentação digital pode estar constituída em uma ou mais formas de tecnologias de domínio de alunos como o uso de “slides”, vídeos ou a mescla de ambos, elaborando uma página em uma rede social de preferência do grupo (Youtube, Instagram, Facebook, TikTok entre outras).

As atividades se relacionam aos seguintes objetivos:

(EF09HI02) Caracterizar e compreender os ciclos da história republicana, identificando particularidades da história local e regional até 1954;

(EF09HI05) Identificar os processos de urbanização e modernização da sociedade brasileira e avaliar suas contradições e impactos na região em que vive;

3.3 - Considerações parciais: Integrações, Desafios e Caminhos

A proposta apresentada neste capítulo evidencia que o ensino de história pode ser profundamente enriquecido com a história local. Na sala de aula, o cotidiano dos alunos e dos moradores dos bairros que se encontram no entorno da escola são o eixo central na articulação

das atividades pedagógicas propostas. percebemos que os espaços e as trajetórias individuais possuem relevância no ensino de história, possibilitando uma articulação com a história nacional e global, analisando, por exemplo a relação de São João de Meriti com o judaísmo e a Segunda Guerra Mundial. Para tal experiência de histórica local, consideramos os loteamentos aqui apresentados como uma forma direta e afetuosa do encontro dos estudantes com a história local e com isso, abrir caminhos para outras observações em relação à história de São João de Meriti.

A cidade de São João de Meriti possui uma trajetória própria, que merece ser valorizada no ensino de História. Entretanto, como demonstrado ao longo das atividades realizadas, investigá-la constituiu um desafio significativo para a pesquisa, trazendo diversas dificuldades. A ausência de um acervo institucionalizado (ou mesmo a dificuldade de acesso a arquivos particulares), ainda representa um obstáculo para o professor que fundamenta seu trabalho na articulação entre ensino de história e história local. Apesar disso, há um conjunto expressivo de informações dispersas em blogs, sites e em alguns livros que, embora não tenham como objetivo principal narrar a história da cidade, apresentam um acervo valioso de fontes. Esse material foi fundamental para a construção das propostas aqui apresentadas, permitindo-nos elaborar e sugerir atividades que evidenciam o potencial da história local no ensino de História.

Dessa forma optamos pelos loteamentos de Vila Rosali e Éden por estarem próximos a unidade escolar e ao eixo central da cidade, o que não retira a importância de outras regiões da cidade, que tiveram participação na constituição da história em torno de companhias loteadoras para a construção de moradias.

Isto nos permite defender que as atividades aqui apresentadas no âmbito do ensino de história local possam orientar e direcionar outras pesquisas e produções pedagógicas que estimulem a críticas e a construção do pensamento histórico. O aluno é o sujeito da história e, durante sua aprendizagem histórica, deve compreender que sua experiência de vida na cidade contribuirá para que ele possua pertencimento na sociedade em que vive e que poderá modificá-la no decorrer da sua vida. Por isso defendemos aqui a história local e ensino de história local sobre e para São João de Meriti.

CONSIDERAÇÕES FINAIS

De acordo com a proposta de pesquisa organizada nos capítulos apresentados, buscamos consolidar um debate teórico fundamental para a compreensão e a utilização da história local tanto no campo da pesquisa historiográfica quanto no âmbito do ensino de história. Partiu-se do entendimento de que a história local não deve ser concebida como um recorte menor, residual ou periférico em relação às grandes narrativas históricas, mas como uma perspectiva analítica específica, ancorada na articulação entre espaço, experiência social e produção do conhecimento histórico. Nessa direção, a reflexão empreendida na compreensão da história local de São João de Meriti, evidenciou que o estudo da história local implica problematizar o conceito de espaço como construção histórica e social.

Portanto, o diálogo teórico estabelecido entre a história local e os aportes da micro-história permitiu compreender esta última não como sinônimo de estudos circunscritos a espaços reduzidos, mas como uma abordagem analítica que privilegia a observação minuciosa e a análise densa de contextos específicos. Nesse quadro, a redução de escala assume papel central ao possibilitar a articulação entre o particular e o geral, evitando tanto o isolamento do recorte espacial quanto sua diluição em explicações totalizantes.

Ao mobilizar essas categorias, nossa pesquisa reafirma o conceito de espaço como elemento constitutivo das relações sociais e das práticas históricas, superando sua compreensão como mero cenário. No campo do ensino de História, a análise desenvolvida permitiu reafirmar as expressivas potencialidades pedagógicas da história local, particularmente no estudo da formação urbana de São João de Meriti através processo de loteamento ocorrido no próprio município, enquanto elementos constitutivos da ocupação e organização do território. Ao mobilizar fontes históricas diversas sobre o município, especialmente aquelas relacionadas à constituição dos loteamentos, aos bairros do entorno da escola e aos vestígios do passado inscritos nesses espaços, essa abordagem favorece a aproximação entre os conteúdos escolares e as experiências concretas vivenciadas pelos sujeitos meritiense, até então invisibilizados na história da cidade, contribuindo para a construção de conhecimentos historicamente situados e socialmente significativos.

Além disso, possibilita a problematização de conceitos históricos a partir de realidades próximas, estimulando o desenvolvimento do pensamento crítico, da capacidade de análise histórica e do reconhecimento dos sujeitos históricos envolvidos no processo de formação da

cidade e de suas comunidades. Desse modo, o trabalho com a história local, tomando como referência a constituição dos loteamentos e a dinâmica histórica de São João de Meriti, amplia o repertório de narrativas em sala de aula, promove o diálogo entre saberes acadêmicos e saberes sociais e reafirma o ensino de História como prática reflexiva, contextualizada e comprometida com a formação cidadã.

Por fim, entendemos que dissertação de reflete as potencialidades do ensino de história local, com referenciais teórico-metodológicos consistentes, capazes de fomentar novas perspectivas sobre a historiografia local e suas aplicações pedagógicas. Destacamos a importância de reconhecer, valorizar e estimular a produção de práticas pedagógicas autorais por parte de professores, especialmente aquelas que estabeleçam diálogo com a comunidade ou o bairro em que a escola se insere e com as experiências e memórias dos estudantes em seu contexto social.

Considera-se, aqui que as atividades sugeridas possam ser reelaboradas ou ressignificadas, com abordagens direcionadas a outros sujeitos da cidade, ou outras dinâmicas presentes que estiveram presentes na história, mas invisibilizadas em produções historiográficas. Assim, o produto pedagógico da dissertação pode ser um início de um novo caminho a ser descortinado na história local de São João de Meriti.

REFERÊNCIAS

ABREU, Marcelo. História Local e Ensino de História: Interrogação da memória e pesquisa como princípio educativo. In: I - Gabriel, Carmen Teresa. II - Monteiro, Ana Maria. III – Martins, Marcus Leonardo Bomfim. **Narrativas do Rio de Janeiro nas aulas de história**. Rio de Janeiro: Ed. Mauad X, 2016.

ALBUQUERQUE, Enderson. Adensamento populacional da Baixada Fluminense a partir dos loteamentos: a construção de uma periferia. GeoPUC. **Revista da Pós-Graduação em Geografia da PUC-Rio**, Rio de Janeiro, v. 13, n. 24, p. 143–167, jan./jul. 2020.

ALVES, Angelo José. **As potencialidades de usos biográficos no ensino de história: um estudo a partir das memórias construídas em torno de João Cândido**. 2022. Dissertação (Mestrado em Ensino de História) — Universidade Federal do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2022.

BARBOSA, Vilma de Lurdes. Ensino de História local: Redescobrimdo Sentidos. **Saeculum – Revista de História**. PB, João Pessoa: UFPB. Jul/Dez, 2006. Disponível em: . Acesso em: 02/12/2020.

BARROS, José D' Assunção. Conferência: **Espaço, Território, Região - pressupostos metodológicos**. UESB, Vitória da Conquista, 2013.

BORGES, Hugo Delphim. As ruínas do porto de Meriti. **Redescobertas Fluminenses**, n. 3, p. 6–13, abr. 2025.

BOURDIN, **A Questão Local**. DPA. Rio de Janeiro, 2001.

BOULOS JUNIOR, Alfredo. **História sociedade & cidadania: 9o ano: ensino fundamental: anos finais**. -1. ed. São Paulo: FTD, 2022.

BRASIL. Ministério da Educação. **Base Nacional Comum Curricular**. Brasília: MEC, 2018. Disponível em: <http://basenacionalcomum.mec.gov.br/>.

CÂMARA MUNICIPAL DE SÃO JOÃO DE MERITI. **Escritório da empresa territorial Lar Econômico do DR. Rubens Farrula - Loteador da Vila Rosaly e de Coelho da Rocha. Na Foto Dr. Arruda Negreiros e Dr. Rubens Farrula**. <https://www.saojoaodemeriti.rj.leg.br/comunicacao/fotos/fotos-historicas/8-1930-escritorio-da-empresa-territorial-lar-economico-do-dr-rubens-farrula-loteador-da-vila-rosaly-e-de-coelho-da-rocha-na-foto-dr-arruda-negreiros-e-dr-rubens-farrula.jpeg/view>

CAVALCANTI, Erinaldo. História e história local: desafios, limites e possibilidades. **Revista História Hoje**, v. 7, nº 13, p. 272-292. 2018.

CAPES. **Catálogo de teses e dissertações**. Disponível em: <https://catalogodeteses.capes.gov.br/catalogo-teses>. Acesso em: 27/12/2025.

CEMITÉRIO ISRAELITA DE VILA ROSALI. In: WIKIPÉDIA: a enciclopédia livre. Disponível em: https://pt.wikipedia.org/wiki/Cemit%C3%A9rio_Israelita_de_Vila_Rosali. Acesso em: 01/12/2025

COSTA, Claudia Patrícia de Oliveira. **A Baixada Fluminense e as recentes emancipações políticas: historiografia, identidade e ensino de história**. 2019. Tese (Doutorado em História). Universidade do Estado do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2019.

CRÔNICA DE SÃO JOÃO DE MERITI – SÃO JOÃO PASSADO LIMPO. **Bruxa de Itinga - a inquisição extemporânea em São João**. Youtube, 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMk1G_pl9Oc

CRÔNICA DE SÃO JOÃO DE MERITI – SÃO JOÃO PASSADO LIMPO. **As vidas de Rubens Farrula e Rosaly**. Youtube, 19 de fevereiro de 2025. Disponível em: https://www.youtube.com/watch?v=XMk1G_pl9Oc

DAGEOP. **São João de Meriti**. Disponível em: <https://www.dageop.com.br/sao-joao-de-meriti>. Acesso em: 15 dez. 2025.

DIÁRIO DE NOTÍCIAS (Rio de Janeiro). “**Passe a valer mais... comprando um terreno em Vilar dos Teles**”. Rio de Janeiro, p. 1, 3 abr. 1949.

DOSSE, François. O Recurso geográfico dos historiadores. In: **História e Ciências Sociais**. Bauru – SP: EDUSC, 2004.

ESTAÇÕES FERROVIÁRIAS. **Estações ferroviárias do Brasil**. Disponível em: <http://www.estacoesferroviarias.com.br/>. Acesso em: 01 de novembro de 2026.

FERNANDES, José Ricardo Oriá. Um lugar na escola para a História local. **Ensino em Revista**, 4(1):43-51, jan./dez.1995

G1 RIO DE JANEIRO. **Conhecida como “formigueiro das Américas”, São João de Meriti perdeu habitantes, mas segue como a mais densa do RJ e a 3ª do Brasil**. Disponível em: <https://g1.globo.com/rj/rio-de-janeiro/noticia/2023/06/29/conhecida-como-formigueiro-das-americas-sao-joao-de-meriti-perdeu-habitantes-mas-segue-como-a-mais-densa-do-rj-e-a-3a-do-brasil.ghtml>. Acesso em: 1 ago. 2025.

GOUBERT, Pierre. História Local. **Revista Arrabalde**. Ano I, nº 1, maio/agosto 1988.

GOOGLE. **São João de Meriti (RJ)**. Google Maps. Disponível em: <https://www.google.com.br/maps/place/S%C3%A3o+Jo%C3%A3o+de+Meriti,+RJ/>. Acesso em: 7 fev. 2026.

GONÇALVES, Marcia de Almeida. História Local: o Reconhecimento da Identidade pelo caminho da Insignificância. In: GASPARELLO, Arlete Medeiros; MAGALHÃES, Marcelo de Souza; MONTEIRO, Ana Maria, **Ensino de História: Sujeitos, Saberes e Práticas**. Rio de Janeiro. Mauad, 2007

GLOBO, O. **Baixada Fluminense: os dilemas de uma população numerosa, carente de serviços básicos**. Disponível em: <https://oglobo.globo.com/politica/baixada-fluminense-os-dilemas-de-uma-populacao-numerosa-carente-de-servicos-basicos-13968398>. Acesso em: 30 dez. 2024.

GRUPO DE PESQUISA EM PLANEJAMENTO URBANO E DESENVOLVIMENTO TERRITORIAL. <http://gedur-ufrrj.net.br/producao-cartografica/acesso> em 01/12/2025.

HARVEY, David. **O direito à cidade**. *Lutas Sociais*, São Paulo, n. 29, p. 73-89, jul./dez. 2012. Tradução de Jair Pinheiro.

KNOPP, Rodinei. **História política e movimentos sociais em São João de Meriti: 1980–2000**. 2002. Dissertação (Mestrado em História). Universidade Severino Sombra, Vassouras, 2002.

LAMEGO, Alberto Ribeiro. **O homem e o brejo**. Rio de Janeiro: IBGE, 1945.

LEVI, Giovanni. Pensando as transformações e a recepção da micro-história no debate histórico hoje. In: OLIVEIRA, Mônica Ribeiro de & ALMEIDA, Carla Maria Carvalho (orgs.).

Exercícios de micro-história, pp. 131-154. Rio de Janeiro: Editora FGV, 2009. 299p.

_____. A História: ciência das perguntas gerais e das respostas locais. In: VENDRAME, Maíra Inês; KARSBURG, Alexandre. **Territórios da História: o micro, o local e o global**. São Paulo: Alameda. 2023. p. 23-40.

MARQUES, Alexandre dos Santos. Baixada Fluminense: da conceituação às problemáticas sociais contemporâneas. **Revista Pilares**, Duque de Caxias, n. 6, p. 7–16, abr. 2006.

MEDEIROS, Arlindo. **Memória histórica de São João de Meriti**. São João de Meriti, RJ, 1958.

MONTEIRO, Ana Maria e PENNA, F. de A. Ensino de história: saberes em lugar de fronteira. **Revista Educação & Realidade**. Vol. 36, n1, jan/abr 2012 (191-211).

MONTEIRO, Linderval Augusto. **Retratos em movimento: vida política, dinamismo popular e cidadania na Baixada Fluminense**. Rio de Janeiro: FGV, 2016.

NEIVA, Luciana. **Redescobrimos São João de Meriti**. Curitiba: Appris, 2020.

OBSERVATÓRIO SEBRAE. **Perfil geográfico da Baixada Fluminense (RJ)**. Disponível em: <https://observatorio.sebrae.com.br/profile/geo/rj-baixada-fluminense-i>. Acesso em: 10 dez. 2025.

PORTAL PROFHISTÓRIA NACIONAL. Disponível em: <https://profhistoria.ufrrj.br>. Acesso em: 01/11/2025.

PRESIDÊNCIA DA REPÚBLICA. **LEI Nº 601 De 18 de setembro de 1850. Dispõe sobre as terras devolutas do Império**. https://www.planalto.gov.br/ccivil_03/leis/l0601-1850.htm

REVEL, Jacques. Artigo: Micro-história e macro-história o que as variações de escalas ajudam a pensar um mundo globalizado, **Revista brasileira de Educação**, v. 15, n. 45, set./dez. 2010.

_____. A história ao rés do chão. LEVI, Giovanni. **A herança imaterial: trajetória de um exorcista no Piemonte do século XVII**. Rio de Janeiro: Civilização Brasileira, 2002.

_____. Micro-análise e construção do social. In: REVEL, J. (org) **Jogo de escalas: a experiência da microanálise**, pp. 15-37. Rio de Janeiro: Ed. Fundação Getúlio Vargas, 1998.

ROITBLOG - **Considerações sobre História do Rio de Janeiro e dos Judeus no Rio de Janeiro**, edição em vídeo, informática, fotografia e outras tralhas. <https://roitblog.blogspot.com/>

ROJAS, Carlos Antonio A. **Micro-história italiana: modo de uso**. Londrina: Eduel, 2012.

ROCHA, Jorge Luís: **São João de Meriti: um balaio de ideias. História e seus usos em sala de aula.** Rio de Janeiro. J.L.Rocha, 2000.

SALES, Jean Rodrigues; SILVA, Lucia Helena Pereira da (org.). **A Baixada Fluminense e suas cidades: uma contribuição para a pesquisa e o ensino de história da região** [recurso eletrônico]. Cachoeirinha: Fi, 2025.

SENADO FEDERAL. **Há 170 anos, Lei de Terras oficializou opção do Brasil pelos latifúndios.** <https://www12.senado.leg.br/noticias/especiais/arquivo-s/ha-170-anos-lei-de-terras-desprezou-camponeses-e-oficializou-apoio-do-brasil-aos-latifundios>

SILVA, Rayani Oliveira Carvalho da. **São João de Meriti: uma cidade esquecida na Baixada Fluminense.** 2020. Trabalho de Conclusão de Curso (Licenciatura em História). Pontifícia Universidade Católica do Rio de Janeiro, Rio de Janeiro, 2020.

SHMIDT, Maria Auxiliadora e CAINELLI, Marlene. **Ensinar história.** São Paulo: Scipione. 2004.

SIMÕES, Manoel Ricardo. **A cidade estilhaçada: reestruturação econômica e emancipações municipais da Baixada Fluminense.** Mesquita: Entorno, 2007.

SOUTO, Adriana Branco Correia. **As comissões federais de saneamento da Baixada Fluminense (1910–1933).** 2016. Dissertação (Mestrado). Universidade Federal Rural do Rio de Janeiro, Nova Iguaçu, 2016.

SOUZA, Diego de Castro. AS FRATURAS SOCIOAMBIENTAIS DE SÃO JOÃO DE MERITI, RJ: **Revista Continentes** [S.l.], n. 14, p. 139-168, ago. 2019. Disponível em: <https://www.revistacontinentes.com.br/index.php/continentes/article/view/22>. Acesso em: 15 dezembro de. 2025.

SOUZA, Saulo Nunes de. **O local no ensino de História: ações didáticas para pensar historicamente.** 2020. Dissertação (Mestrado em Ensino de História). Universidade Federal Fluminense, Niterói, 2020.

TORRES, Gênesis (org.). **Baixada Fluminense: a construção de uma história — sociedade, economia, política.** Rio de Janeiro: IPAHB Editora, 2004.

UNIVERSIDADE FEDERAL RURAL DO RIO DE JANEIRO. **Município de São João de Meriti.** Disponível em: <https://geografiaurbanaufrrj.blogspot.com/2014/12/municipio-de-sao-joao-de-meriti.html>. Acesso em: 10 jan. 2026.